

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Profª Dra. Françoise Dominique Valéry – Professora Orientadora

ENTRE O MAR E A ESTRELA, UM LUGAR PARA SE BEM VIVER:

A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa/RN

CARLOS JOSÉ CAVALCANTI DE LIMA



**Natal/RN
2004**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CARLOS JOSÉ CAVALCANTI DE LIMA

ENTRE O MAR E A ESTRELA, UM LUGAR PARA SE BEM VIVER:
a problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa/RN

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por Carlos José Cavalcanti de Lima, para a obtenção do título de Mestre. Orientadora: Prof^a Dra. Françoise Dominique Valéry.

NATAL/RN
2004

Divisão de Serviços Técnicos

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Lima, Carlos José Cavalcanti de.

Entre o mar e estrela, um lugar para se bem viver : a problemática da expansão urbana da Cidade de Baía Formosa/RN / Carlos José Cavalcanti de Lima. – Natal, RN, 2004.

199 p.

Orientador : Françoise Dominique Valéry.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

1. Urbanismo - Baía Formosa (RN) - Tese. 2. Expansão urbana - Baía Formosa (RN) - Tese. 3. Organização socioespacial - Tese. 4. Turismo - Baía Formosa (RN) - Tese. I. Valéry, Françoise Dominique. II. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 911.375.5(813.2)(043.2)

CARLOS JOSÉ CAVALCANTI DE LIMA

ENTRE O MAR E A ESTRELA, UM LUGAR PARA SE BEM VIVER:

a problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa/RN

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por Carlos José Cavalcanti de Lima, para a obtenção do título de Mestre. Orientadora: Profª Dra. Françoise Dominique Valéry.

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Françoise Dominique Valéry
Orientadora

Profª Dra. Rosa Ester Rossini
Examinadora

Profª Dra. Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha
Examinadora

Natal, __ / __ / __.

Este trabalho é dedicado à população de Baía Formosa/RN, que tem sofrido os impactos das atividades econômicas ali desenvolvidas sem que haja preocupação com a sustentabilidade local, o que acaba por se refletir no espaço urbano de sua sede.

AGRADECIMENTOS

À Dália, que me incentivou a enfrentar a difícil tarefa de produzir este trabalho, sempre contribuindo com críticas, sugestões e dando estímulo para sua conclusão, sem os quais não haveria êxito nesta empreitada.

À professora Françoise Dominique Valéry por acreditar na minha capacidade de empreender este estudo, e aos demais professores do PPGAU que contribuíram para a aquisição de novos conhecimentos.

Aos professores Anelino Silva e Dulce Bentes pelas contribuições apresentadas por ocasião da banca de qualificação desta Dissertação.

À minha família, em especial meus filhos, Veluzia, Cristiane e Carlos Eduardo, este último sempre me auxiliando na resolução dos problemas ligados à informática que tive durante todo o trabalho.

A Fernando Luís, colega que me auxiliou na preparação da apresentação deste trabalho, à Márcia Medeiros, pela disponibilização de dados e fotos de sua Monografia, e ao colega Jonas Reis pelas fotos cedidas.

Aos servidores da GRPU/RN, do IDEMA, da CAERN, do IBGE, da Prefeitura Municipal de Baía Formosa e das demais instituições que, de alguma forma, contribuíram com a disponibilização de dados e informações que foram essenciais para a execução deste trabalho.

Aos atores sociais entrevistados, que com sua contribuição me fizeram melhor compreender as questões vinculadas a problemática urbana daquela cidade.

RESUMO

A problemática da expansão urbana de Baía Formosa, cidade situada no extremo sul do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte, se apresenta no contexto da realidade observada atualmente nos municípios litorâneos brasileiros, em especial naqueles submetidos ao aumento da atividade turística, e por isso tem trazido grandes preocupações aos seus habitantes, à comunidade técnico/científica e aos governantes, em face dos conflitos de interesses e da ampliação dos problemas urbanos que tem gerado. Em Baía Formosa a situação é agravada pelo fato de que a cidade é confinada, por coexistirem, em seu entorno, extensas propriedades privadas, áreas de preservação ambiental e o mar, em seu limite Leste. São objetivos deste estudo a análise do processo de expansão urbana dessa cidade e as alternativas para que a organização socioespacial de núcleos urbanos submetidos a situações similares possa se dar de forma adequada, considerando as relações sociais existentes, os condicionantes naturais e a promoção da inserção da população local, para que usufrua desse processo, de modo a contribuir para uma maior equidade social. Tratando-se de um estudo de caso utilizou-se de pesquisa bibliográfica, dados de campo, registros feitos em mapas do uso e ocupação do solo e fotografias da área, além da coleta de dados primários por meio de entrevistas feitas com vários atores sociais. A análise mostra que a expansão urbana hoje observada é caracterizada por um modelo insustentável, que além de recente, agride ao meio ambiente, traz conflitos fundiários, e é atípico, devido ao confinamento que a área está submetida, e que o ecoturismo, pode representar uma alternativa para que sua expansão se dê de forma adequada, se observados os diversos parâmetros de sustentabilidade da atividade.

Palavras-chave: Urbanização – Urbanismo – Turismo – Lugar – Expansão Urbana – Organização Socioespacial – Segregação - Baía Formosa.

ABSTRACT

The urban expansion problem of Baía Formosa, a southern edge city of de Rio Grande do Norte eastern coast, which has been presented in other coast Brazilian towns, specially on those with tourist activities increase. Therefore, this situation brings huge concerns to their inhabitants, to their technical /scientific community and to the governments, because of the conflicts of interest and of the growth of urban problems that this has been created. At Baía Formosa, the situation is aggravated because the city is confined, once around it, there are large private proprieties, environmental preservation area and the sea, at the eastern edge. The objectives of this study are the analyses of this city expansion process in order to obtain adequate alternatives and defining methodology to apply in other urban nucleus that are subjected to similar situations. Of course, presents social relations, environmental conditions and promoting local population insertion should be considered in order that enjoin this process and contributing to a better social balance. This case study has used bibliography research, field data, maps and soil occupation recorders and photographs of the area, besides the primary data gathering by surveys carried out with many social actors. The present analysis shows that the urban expansion observed today is featured by a recent unsustainable model, which attacks the environment and brings either farm conflicts. On the other hand, the ecological tourism can represent an alternative in order to achieve an adequate expansion form, without forgetting the several structural parameters necessary to support the sustainable activities.

Key-words: Urbanization – Urbanism – Tourism – Place – Urban Expansion – Socioespatial Organization – Segregation - Baía Formosa.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Mapa mostrando a posição da cidade de Baía Formosa, no contexto do município, do estado do Rio Grande do Norte e do Brasil	23
FIGURA 02: Mapa de uso e ocupação do solo da cidade de Baía Formosa	24
FIGURA 03: Foto aérea da cidade de Baía Formosa, apresentando em destaque: o confinamento da área urbana atual da cidade; as áreas que vem sendo submetidas a um processo de erosão costeira; as áreas que vinham sendo utilizadas com fins privativos por barracas de praia; e a cerca que limita ao Sul e a Leste, a área urbana atual da cidade das áreas da Destilaria Baía Formosa	27
FIGURA 04: Mapa político-administrativo do estado do Rio Grande do Norte, onde se vê no seu extremo inferior do lado direito, na divisa com o estado da Paraíba, o município de Baía Formosa	34
FIGURA 05: Mapa do município de Baía Formosa, compilado a partir do Mapa Municipal Estatístico do IBGE, o qual mostra os seus limites, a rede hidrográfica, a sede e os povoados, e as principais vias de acesso e circulação	35
FIGURA 06: Visão panorâmica de Baía Formosa, ressaltando sua estrutura geomorfológica. Do lado direito, a baía com as falésias altas. À esquerda, as praias quase que inexploradas. No alto da foto e mais à esquerda, a Mata Estrela. Abaixo, a praia da Cacimba e o núcleo urbano que originou a cidade	39
FIGURA 07: Mapa do município de Baía Formosa mostrando as duas principais vias de transportes que dão acesso à cidade (BR-101 e RN-062), as indicações dos limites de município, e os seus dois rios principais (Curimataú/Cunhaú e Guajú)	40
FIGURA 08: Lagoa Araraquara, situada dentro da Mata Estrela	41

FIGURA 09: Manguezal do estuário do Curimataú/Cunhaú. Repare as manchas que caracterizam a degradação desse ecossistema	43
FIGURA 10: Vista de uma trilha dentro da Mata Estrela	44
FIGURA 11: Entrada da Trilha da Gameleira na Mata Estrela	45
FIGURA 12: Capela de Nossa Senhora da Conceição, construída na parte baixa da cidade de Baía Formosa, próximo aos antigos armazéns de peixes	52
FIGURA 13: Mapa do município de Baía Formosa com destaque para a área com cultivo de cana-de-açúcar e para as estradas vicinais que, em sua maioria, servem à atividade canavieira	56
FIGURA 14: Plantio de Cana-de-açúcar. Constitui-se no principal produto agrícola do município e base de sua economia	57
FIGURA 15: Cultivo do coco-da-baía na Fazenda Estrela. Representa o segundo maior produto agrícola do município	58
FIGURA 16: <i>Lixão Pau Ferro</i> , local onde é depositada a maior parte do lixo coletado na cidade. Observe a existência de culturas de milho e de coco-da-baía no mesmo local do lixão	69
FIGURA 17: Outra vista do <i>Lixão Pau Ferro</i> . Repare que há também a existência de mandioca plantada no meio do lixão	69
FIGURA 18: Vista de uma rua da cidade, onde se pode observar o esgoto correndo em uma canaleta a céu aberto. Essa canaleta se interliga a outras que confluem para uma <i>galeria</i> feita pela Prefeitura que deságua na Praia do Porto	70
FIGURA 19: Vista do desaguadouro da <i>galeria</i> de esgotos na Praia do Porto, que por esse motivo pode se tornar poluída e imprópria para o banho de mar	71
FIGURA 20: Mapa Turístico de Baía Formosa, onde estão destacadas as praias, os povoados, a Mata Estrela com suas lagoas, a ocorrência de golfinhos e do Peixe-Boi-Marinho, os locais para prática do Surf e os principais acessos	75

FIGURA 21: Vista das embarcações de pesca na praia do Porto, que também são utilizadas nos passeios de barcos	77
FIGURA 22: Vista da cidade de Baía Formosa. Detalhe, na parte de baixo, a praia da Cacimba. À esquerda na foto, podem ser observadas as belas paisagens da parte sul da cidade	94
FIGURA 23: Vista da rua Senador Antônio Farias, situada na parte sul da cidade, onde se pode observar que o padrão das casas é superior ao do restante da cidade	96
FIGURA 24: Vista da principal pousada da cidade, que se situa no loteamento Bacopari, na praia de mesmo nome (parte sul da cidade)	97
FIGURA 25: Vista de uma rua <i>subindo</i> a duna. Observe a falta de infra-estrutura urbana. Casas precárias, ruas sem pavimentação, esgoto e lixo no meio da rua	99
FIGURA 26: Vista da rua Manoel Bonifácio de Souza (conhecida como rua do <i>Péla</i>), situada na encosta da duna. Repare a falta de infra-estrutura e as precárias condições de saneamento e habitação ..	100
FIGURA 27: Vista panorâmica da cidade de Baía Formosa. À direita (oeste) e no alto (sul), observe a presença da Mata Estrela e, ao longo da baía e mais ao sul, falésias e cordões de dunas	101
FIGURA 28: Vista das falésias contornando a baía na praia do Porto. Sobre as bordas das falésias está a parte alta da cidade	102
FIGURA 29: Vista da Praça da Conceição, onde se observar que as casas são construídas em terrenos com dimensões muito reduzidas ..	104
FIGURA 30: Vista da rua Antônio Ferreira de Souza. Veja que a mesma sofreu um afunilamento	104
FIGURA 31: Vista da praia da Cacimba. Somente algumas de suas casas continuam em poder de pessoas do lugar	105
FIGURA 32: Vista da praia da Cacimba. Atualmente é área de veraneio de pessoas de fora de Baía Formosa	105
FIGURA 33: Vista dos fundos da Praça da Conceição, na praia do Porto. Observe os muros de arrimo construídos para combater os efeitos da erosão provocada pelo avanço do mar	106

FIGURA 34: Vista da praia da Cacimba. Também ali, muros de arrimo foram construídos para combater ao processo erosivo do mar	107
FIGURA 35: Vista de uma Pousada situada na parte alta da praia da Cacimba. Atualmente pertence a um empresário português	108
FIGURA 36: Vista de casas em construção na parte alta do loteamento Bacopari (sul da cidade). Repare no seu padrão construtivo	109
FIGURA 37: Vista da baía. Ao fundo, a área que está sendo negociada com um grupo português para implantação de um resort ...	109
FIGURA 38: Foto aérea da cidade de Baía Formosa, com destaque para as seguintes áreas: a que vem sendo negociada com os portugueses para implantação de um resort, próximo à entrada da cidade, ao Norte; a que está sendo construído um Terminal Turístico, também ao Norte; as da Mata Estrela, à Oeste e ao Sul, que se limitam com a área urbana da cidade; a da zona urbana atual da cidade, onde se percebe seu confinamento; e a área ao Sul da cidade, de propriedade da Destilaria Baía Formosa, que se presta à sua expansão urbana	110
FIGURA 39: Outra vista da área da Figura 37. Ela está situada no canto esquerdo da foto, logo acima das falésias	111
FIGURA 40: Vista do Terminal Turístico em construção. Observe sua localização sobre as dunas	112
FIGURA 41: Lagoa do Junco, uma das dezenove existentes dentro da Mata Estrela, um dos locais adequados ao ecoturismo	117
FIGURA 42: Vista do manguezal do estuário do Curimataú/Cunhaú, em Baía Formosa. Ambiente propício para o ecoturismo	119
FIGURA 43: Vista das falésias na praia do Porto	120
FIGURA 44: Praia de Bacopari. Praia virgem, ideal para o banho de mar, esportes náuticos ou para a simples contemplação	120

FIGURA 45: Vista da baía ao por-do-sol, paisagem que pode inspirar as pessoas às atividades lúdicas	121
FIGURA 46: Praias da Cotia e do Farol, que apresentam alto grau de originalidade	122
FIGURA 47: Pousada <i>Sonho Meu</i> . Seu proprietário, como a maioria dos empreendedores do turismo da cidade, não é nativo do lugar	125
FIGURA 48: Vista do único Shopping de Baía Formosa, empreendimento de iniciativa de um empresário de fora da cidade	126
FIGURA 49: Vista do Centro Social. Repare na lojinha que comercializa o artesanato ali produzido	127
FIGURA 50: Vista das mulheres trabalhando com o artesanato no Centro Social	128
FIGURA 51: Peças do artesanato de Baía Formosa, expostas na lojinha	128
FIGURA 52: Grupo folclórico de Baía Formosa dançando o Pastoril	129
FIGURA 53: Vista da cerca que limita ao Sul, a área urbana da cidade, criando um forte contraste na percepção entre a área do município e a área privada	139
FIGURA 54: Vista da praia de Bacopari, logo após a cerca da Figura 53. Note que a área à beira mar está desocupada, existindo apenas uma cerca que demarca o limite da propriedade privada da área da praia	141
FIGURA 55: Barraca construída em plena faixa de praia - área de uso comum do povo. Praia da Cacimba	148
FIGURA 56: Embarcações paradas na praia do Porto mostram a <i>crise</i> na atividade pesqueira no município	152
FIGURA 57: Vista da Destilaria Baía Formosa, maior responsável pelas modificações ocorridas em Baía Formosa nos últimos anos	161

FIGURA 58: Vista de uma rua da cidade, onde se pode observar entre as casas ali existentes a presença de algumas de melhor padrão construtivo, tendo isso ocorrido após a instalação da Destilaria no município	162
FIGURA 59: Ponto comercial da cidade. Como ele, a maior parte foi instalado após a chegada da Destilaria no município	162
FIGURA 60: Ruas do Centro da cidade de Baía Formosa. Repare na sua forma urbana, com edificações, em sua maioria, de um só pavimento	166
FIGURA 61: Vista da cidade, mostrando que suas edificações têm, em geral, um pavimento, que reforça o seu lado ameno, tranqüilo, sem o <i>stress</i> característico das grandes cidades	166
FIGURA 62: Vista de turistas de <i>um dia</i> que vem de outros destinos como Natal e Pipa, para admirar a visual da baía, das praias selvagens e da Mata Estrela. Eles retornam antes do anoitecer	176

LISTA DE TABELAS

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Dados populacionais dos Censos de 1991 e 2000, e taxas de crescimento no período, verificados em alguns municípios circunvizinhos à Baía Formosa	54
TABELA 02: Valor do Fundo de Participação dos Municípios e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, segundo os municípios	59
TABELA 03: Receita Arrecadada de Baía Formosa em 2001, obtida do Tribunal de Contas do Estado – TCE	62
TABELA 04: Corpo Docente por Dependência Administrativa, 2001, dados da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e do Desporto – SECD	64
TABELA 05: Quadro do IDH, nos anos 2000 e 1991, de Baía Formosa e dos municípios circunvizinhos e a classificação estadual e nacional	66

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BR – Brasil
CAERN - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
CIRM - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
EUA – Estados Unidos da América
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FOB – Free On Board (Frete por Conta do Comprador)
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
GRPU - Gerência Regional do Patrimônio da União
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor
ISS - Imposto Sobre Serviços
MET - Ministério do Trabalho e do Emprego
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MNRU - Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OMS - Organização Mundial de Saúde
OMT - Organização Mundial de Turismo
ONG - Organização Não Governamental
PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa das Dunas
PEA - População Econômica Ativa
PEGC – Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
PGV - Planta Genérica de Valores

PIA - População em Idade Ativa
PIB - Produto Interno Bruto
PMBF - Prefeitura Municipal de Baía Formosa
PNB – Produto Nacional Bruto
PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PPGAU - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
PRODETUR/NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PUC - Pontifícia Universidade Católica
RN – Rio Grande do Norte
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE/RN - Serviço de Apoio à Micro e Média Empresas do Rio G. do Norte
SECD - Secretaria de Estado de Educação, Cultura e do Desporto
SEDEC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
SET/RN - Secretaria de Estado da Tributação do Rio Grande do Norte
SETUR - Secretaria de Estado de Turismo
SIAB - Sistema de Informação e Atenção Básica
SINTEC - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio, da Ciência e da Tecnologia
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SUGERCO - Subcoordenadoria do Gerenciamento Costeiro
SUS - Sistema Único de Saúde
TCE - Tribunal de Contas do Estado
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
(Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura)
UNICAMP - Universidade de Campinas
USP - Universidade de São Paulo
ZEC - Zona Especial Costeira
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA SEDE DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA	31
2.1 Caracterização Física do Município de Baía Formosa e de sua Sede	32
2.2 Histórico do Processo de Ocupação de Baía Formosa e seu Entorno	47
2.3 Perfil Demográfico e Sócio-econômico de Baía Formosa	53
2.4 Políticas Públicas e suas Interferências na Expansão Urbana da Sede do Município de Baía Formosa	72
3 UMA ABORDAGEM SOBRE A QUESTÃO URBANA E SEUS REFLEXOS NA CIDADE DE BAÍA FORMOSA	79
3.1 O Processo de Urbanização e o Fenômeno do Deslocamento das Populações para as Zonas Costeiras no Brasil e no Mundo	80
3.2 O Planejamento Urbano e a Prática Social da Sociedade Local como Instrumento de (Re)produção do Espaço na Cidade de Baía Formosa	86
3.3 As Interferências do Turismo na Expansão Urbana de Baía Formosa	113
4 A PROBLEMÁTICA DA EXPANSÃO URBANA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA NA VISÃO DE SEUS ATORES SOCIAIS	132
4.1 Confrontação da Problemática da Expansão Urbana da Cidade de Baía Formosa na Visão de seus Atores Sociais com a Situação Existente	133
4.2 O Turismo Visto como Alternativa à Organização Socioespacial de Baía Formosa e suas Implicações no Lugar	169
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
6 REFERÊNCIAS	191

1 INTRODUÇÃO

A problemática da expansão urbana da sede do município de Baía Formosa, situado no extremo sul do Litoral Oriental do estado do Rio Grande do Norte (Figura 01), se constitui na preocupação primeira deste trabalho. Ela se apresenta no contexto do que é observado na maioria dos municípios litorâneos brasileiros, em especial naqueles submetidos a um recente aumento da atividade turística, cuja concentração das populações em núcleos urbanos tem provocado justificadas preocupações de seus habitantes, na comunidade técnico/científica e nos governantes, uma vez que são inevitáveis conflitos de interesses e ampliação dos problemas urbanos.

Cercada pelos vulneráveis ecossistemas costeiros existentes em seu entorno e por terras pertencentes a duas empresas privadas, a cidade de Baía Formosa situada à beira mar enfrenta ainda um outro problema, que é o processo de erosão costeira verificado em parte de sua linha de costa. Tudo isso conduz a uma inusitada situação. A cidade não tem para onde crescer, pois se apresenta confinada. Esta situação caracteriza sua expansão urbana como um assunto dos mais desafiadores a serem tratados.

O uso e ocupação do solo urbano constituem-se no recorte temático deste estudo, cujo objeto da pesquisa está delimitado pela área física da atual sede do município de Baía Formosa, e de seu entorno imediato que pode sujeitar-se à expansão urbana da cidade, excluindo a Mata Estrela, por ser área de preservação ambiental, e os demais aglomerados urbanos do município que não estejam contidos nessas áreas, tendo, em função dos dados coletados, o seu recorte temporal situado nos primeiros anos do século XXI (2001 a 2003).

Uma questão tão instigante como essa, somente passou a ser do conhecimento do autor deste trabalho a partir de sua atuação profissional, o que lhe fez despertar o interesse em estudar essa localidade e suas peculiaridades, objetivando entender o processo que culminou com a situação hoje existente.

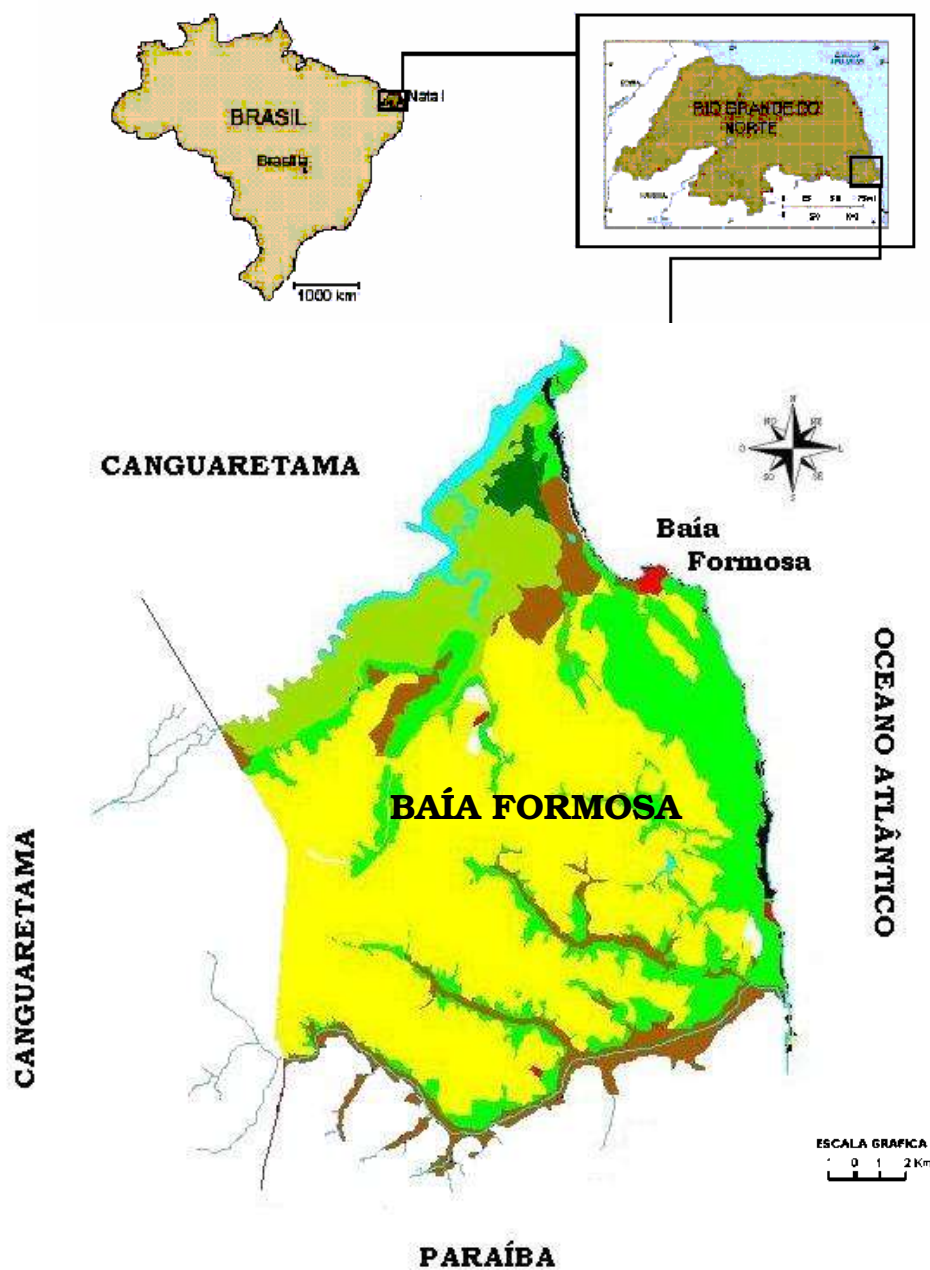
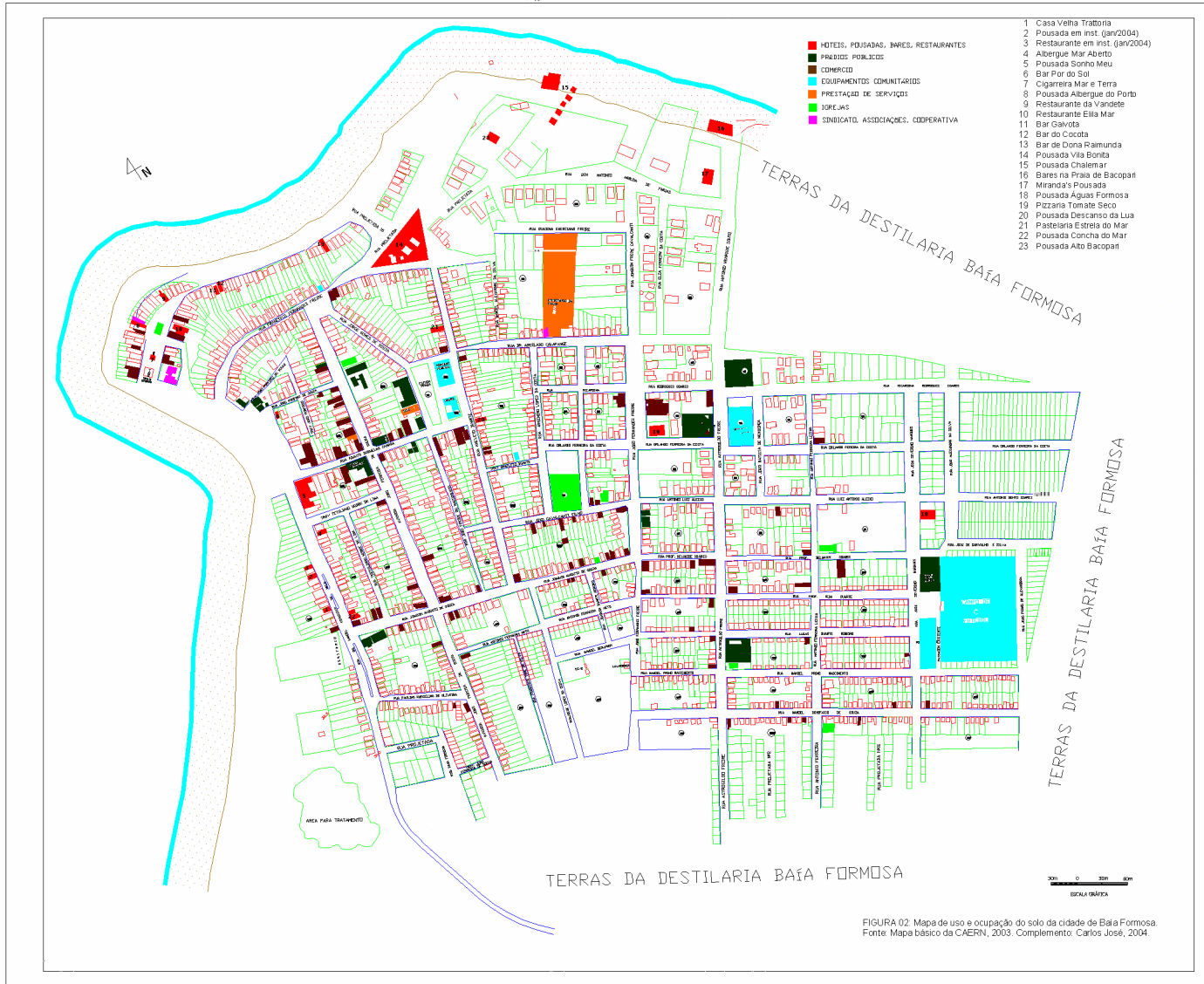


FIGURA 01: Mapa mostrando a posição da cidade de Baía Formosa, no contexto do município, do estado do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Fonte: Mapa básico de Diniz, 2002. Complemento: IDEMA, 2001.



Isso se deu, no início do ano de 1997, época em foram estabelecidas as primeiras tratativas visando o desenvolvimento de ações conjuntas a serem realizadas com a participação de técnicos e estudiosos de instituições diversas, para o reordenamento do uso e ocupação do solo ao longo da orla marítima do estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente nas áreas de domínio da União ali situadas. A esse movimento interinstitucional se convencionou chamar de *Ação Zona Costeira*.

As iniciativas desenvolvidas na *Ação Zona Costeira* propiciaram o estabelecimento de contatos mais próximos com as comunidades situadas ao longo do litoral do estado, o que determinaram a ampliação do seu nível de preocupação com a forma de ocupação e uso do solo que vinha sendo dada às essas áreas, especialmente aos núcleos urbanos ali situados.

Em Baía Formosa, verificou-se que a estreita faixa de praia existente nas proximidades de seu núcleo urbano primitivo, no sopé da falésia viva, em direção ao Farol de Bacopari (Figuras 02 e 03), estava sendo utilizada com fins privativos por barracas de praia e por proprietários de terrenos do Loteamento Bacopari, que estendiam os seus limites à área de uso comum da praia.

Buscando formas de dar um rearranjo à ocupação do espaço adjacente e assim liberar as áreas públicas para o uso indistinto da sociedade, os integrantes da *Ação Zona Costeira*, verificaram a indisponibilidade de espaços nas proximidades que permitisse uma realocação dos equipamentos existentes, o que motivou uma investigação mais aprofundada da área e a tentativa do estabelecimento de uma parceria com a Prefeitura local para o reordenamento daquela orla.

Contudo, dificuldades operacionais das instituições componentes daquele movimento interinstitucional e, principalmente, o pouco compromisso do Poder Público local com a questão, acabaram por não tornar conseqüentes as ações pretendidas.

A preocupação com a problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa é aqui retomada, na forma de um trabalho acadêmico e científico que possa vir lançar luz sobre a questão do uso e ocupação do solo e da gestão de cidades submetidas a processos de expansão urbana que apresentem situações similares ao dessa cidade.

O município de Baía Formosa situa-se no extremo sul do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte¹ e chama a atenção por suas peculiaridades. Apesar de ainda não padecer do fenômeno do grande crescimento populacional que é verificado em alguns dos municípios da zona em que está inserido, a proximidade com esses lugares e o seu alto potencial turístico, representado pelos atrativos cênicos-paisagísticos, conduz a que essa fronteira logo venha ser desbravada pelos agentes que patrocinam o turismo.

Os vulneráveis ecossistemas costeiros que se fazem presentes nesse município, correm sérios riscos de serem seriamente afetados. O município é pródigo quanto à questão ambiental. Nele está situado, bem próximo da linha de costa, o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica existente no Rio Grande do Norte e um dos maiores do Nordeste, além de vários outros ecossistemas associados, como praias, dunas, lagoas, falésias e manguezais.

O confinamento da cidade representa uma situação particularmente incomum (Figura 03), pelo fato de coexistirem, em seu entorno, extensas propriedades privadas que se dedicam à monocultura da cana-de-açúcar; pelo remanescente de Mata Atlântica ali existente; pelo Oceano Atlântico, no seu limite Leste; e pelos cordões de dunas existentes tanto ao Norte quanto ao Sul, na porção mais próxima da linha de costa, situações que caracterizam sua expansão urbana como um dos problemas dos mais desafiadores (ou delicados?) a serem tratados.

Agrava-se a situação, o fato da cidade, surgida no sopé da falésia viva, enfrentar um dos principais problemas presentes ao longo da linha de costa em todo o mundo, que é a erosão costeira (Figuras 03, 33 e 34), fenômeno natural que não causaria maiores conseqüências, caso ações planejadas fossem empreendidas pelas esferas públicas nesse espaço litorâneo.

¹ Definido pelo Inciso I art. 3º da Lei N.º 6.950/96, que instituiu o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, o Litoral Oriental é uma porção do território do Rio Grande do Norte que inclui os municípios de Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará-Mirim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Natal, Parnamirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Arês, Tibau do Sul, Vila Flor, Goianinha, Canguaretama e Baía Formosa.

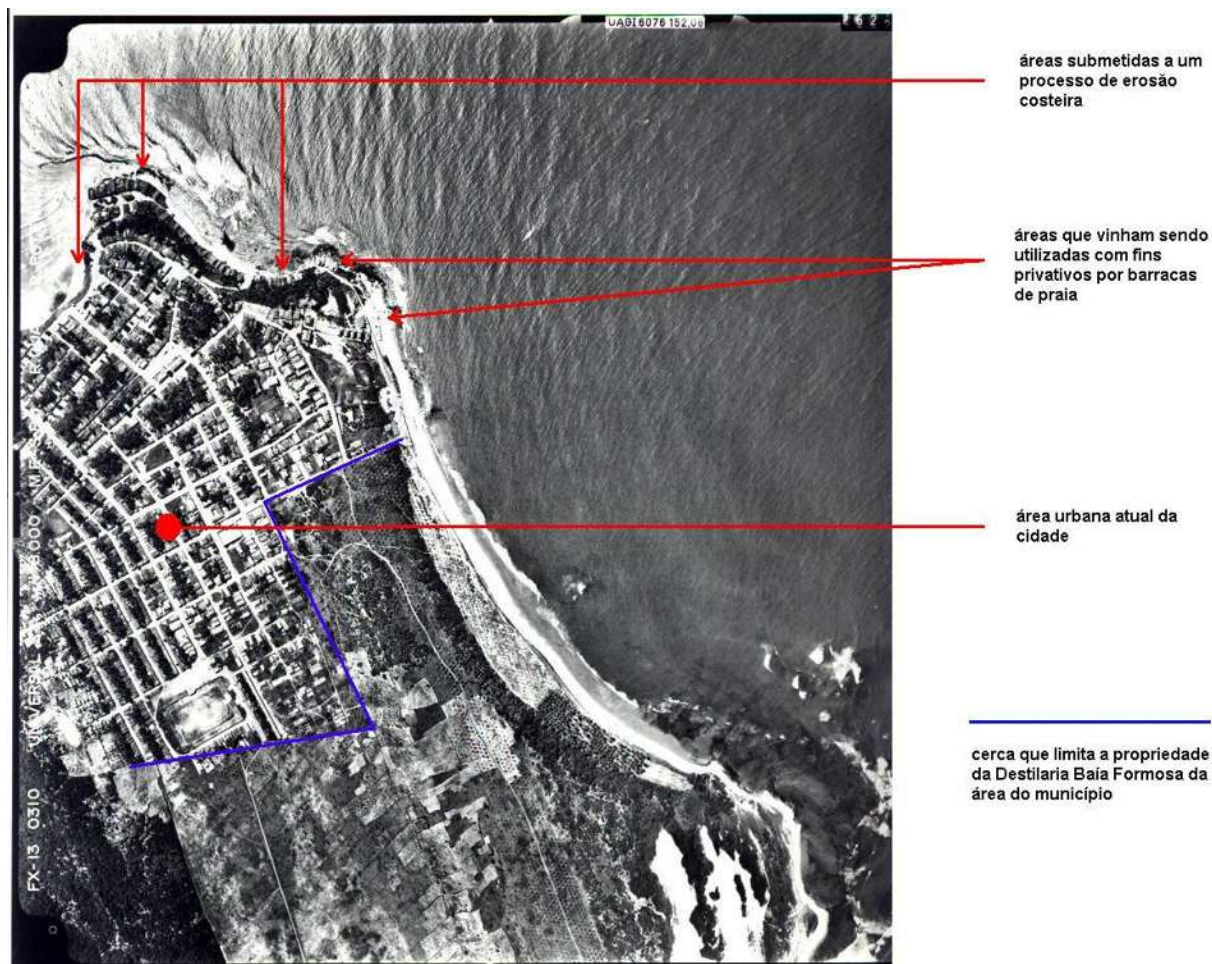


FIGURA 03: Foto aérea da cidade de Baía Formosa, apresentando em destaque: o confinamento da área urbana atual da cidade; as áreas que vem sendo submetidas a um processo de erosão costeira; as áreas que vinham sendo utilizadas com fins privativos por barracas de praia; e a cerca que limita ao Sul e a Leste, a área urbana atual da cidade das áreas da Destilaria Baía Formosa.

Fonte: Secretaria do Patrimônio da União – SPU, 1997.

O objetivo deste trabalho é o de analisar o processo de expansão urbana da sede do município de Baía Formosa, no estado do Rio Grande do Norte, bem como verificar as alternativas viáveis que possibilitem a organização socioespacial de núcleos urbanos submetidos a situações similares, para que esta possa se dar de forma adequada, considerando a complexidade e as contradições das relações sociais existentes, respeitando os condicionantes naturais e promovendo a inserção da população local, para que usufruam desse processo, de modo a contribuir para uma maior equidade social.

São objetivos específicos deste estudo: refletir sobre o processo de urbanização e suas características no nível local; analisar a situação atual do uso e ocupação do solo da sede do município de Baía Formosa; levantar os instrumentos legais existentes ou em elaboração que dizem respeito ao processo de organização espacial; averiguar a natureza do crescimento populacional e o processo migratório que afeta o crescimento da sede urbana do município; e, finalmente, verificar as alternativas viáveis que possibilitem a expansão do espaço ocupado pela comunidade local.

Este estudo refere-se a assuntos ligados ao Planejamento Urbano e à Sociologia Urbana, cujo tema *Uso e Ocupação do Solo* se insere na linha de pesquisa Gestão e Políticas Físico-territoriais, que vem sendo desenvolvida dentro do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Vincula-se à linha de pesquisa mencionada, por tratar das intervenções no processo de modificação do espaço da sede do município de Baía Formosa, os principais fatores que influenciaram nas transformações do uso e ocupação do solo local, por verificar as alternativas viáveis que possibilitem a expansão do espaço ocupado pela comunidade local e, ainda, por propor diretrizes de planejamento e gestão para cidades submetidas a situações de organização espacial como a de Baía Formosa.

As razões que motivaram o autor a desenvolver o presente estudo foram, em primeiro lugar, o interesse nos temas uso e ocupação do solo e gestão das cidades, ambos despertados por sua prática profissional, e depois, pela possibilidade de através de um estudo de caso, contribuir com a sociedade, em especial a dos municípios carentes de estrutura de pessoal técnico, ao desenvolver um trabalho científico que pudesse lançar luz sobre a questão do uso e ocupação do solo e da gestão das cidades submetidas a processos de expansão urbana acelerada, decorrentes da intensificação da atividade do turismo e do lazer, e de outras atividades econômicas, especialmente quando esses municípios apresentam alta vulnerabilidade ambiental.

A concentração das populações em núcleos urbanos, em especial naqueles situados nas imediações da linha da costa marítima, como é o caso do presente objeto de estudo, demanda, a cada dia mais, o planejamento e a gestão adequada dos espaços ocupados por essas populações. A maneira de se planejar e

de se gerir as cidades vem sofrendo um processo de mudança que deve vir acompanhada da pesquisa científica para o melhor entendimento da realidade e para racionalizar o aproveitamento de forma tecnológica dos bens naturais disponíveis.

Neste sentido, o presente estudo apresenta possibilidades de contribuir cientificamente com a questão em função da análise feita acerca dos problemas urbanísticos e ambientais que ocorrem atualmente na sede do município de Baía Formosa, e o encaminhamento de diretrizes adequadas de planejamento e gestão para os núcleos urbanos que apresentem dificuldades de organização espacial similares.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso e para esta análise utilizou-se de procedimentos metodológicos como pesquisa bibliográfica, dados de revisão de campo, registros feitos em mapas sobre o uso e a ocupação do solo na atualidade, e registros fotográficos da área, além da coleta de dados primários por meio de entrevistas feitas com vários atores sociais.

A área estudada compreende a área urbana atual da cidade Baía Formosa, sede do município de mesmo nome, o qual situa-se no Litoral Oriental do estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil, identificado conforme as seguintes coordenadas geográficas (latitude 06° 22' 10" Sul; longitude 35° 00' 28" Oeste).

A base cartográfica utilizada no presente trabalho foi elaborada em Autocad, a partir da base cartográfica da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN na escala 1:5.000 que é utilizada como planta cadastral pelo Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Baía Formosa e que foi cedida ao autor deste trabalho. Outro elemento cartográfico utilizado como auxiliar foi a fotografia aérea na escala 1: 8.000 de propriedade da Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

Este trabalho está estruturado em capítulos, tratando o primeiro deles que ora se encerra, da introdução ao estudo, o qual se remete aos aspectos gerais que implicam na pertinência de se destacar a questão urbana numa análise para o planejamento do uso do solo urbano, especialmente nas cidades litorâneas, nos objetivos e justificativas da investigação realizada, considerando o interesse individual e a viabilidade científica do trabalho e, por fim, identifica a localização da área objeto do estudo.

O segundo capítulo refere-se à organização socioespacial da sede do município de Baía Formosa, enfocando desde a caracterização física do município e de sua sede, núcleo do estudo, passando pelo histórico do processo de ocupação da área e de seu entorno, indo até a análise perfil demográfico e sócio-econômico do sítio, abordando, em especial, o aumento da atividade turística e de lazer na localidade, e as interferências do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE e de outros projetos de políticas públicas na organização socioespacial daquela cidade.

O processo de urbanização e o fenômeno do deslocamento das populações para as zonas costeiras verificados no mundo contemporâneo, as questões teóricas do Urbanismo, do Planejamento Urbano e da realidade da sociedade urbana contemporânea (reflexão urbanística vinculada à prática social), com suas interferências no processo socioespacial de formação e (re)construção das cidades, bem como na influência do turismo nessa questão, correlacionados à problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa, são assuntos abordados no terceiro capítulo.

O quarto capítulo trata da problemática da expansão urbana observada atualmente na cidade de Baía Formosa e de suas perspectivas, na visão dos atores sociais envolvidos, mostrando que, apesar de recente, já se revela como um modelo insustentável, que agride ao meio ambiente, traz conflitos fundiários, e é atípico, devido ao confinamento que a área está submetida, e que o turismo pode representar uma alternativa para que sua expansão se dê de forma adequada, se forem considerados os diversos parâmetros de sustentabilidade da atividade.

Conclui-se este trabalho no quinto capítulo com as considerações finais acerca da problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa, com propostas de diretrizes para o planejamento urbano e gestão da cidade, considerando a sustentabilidade, sob seus mais diversos enfoques, para cidades submetidas a situações de organização espacial semelhantes a de Baía Formosa, os limites do estudo e sua contribuição.

2 A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA SEDE DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA

2 A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA SEDE DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA.

Refere-se este capítulo a organização socioespacial da sede do município de Baía Formosa, enfocando desde a caracterização física do município e de sua sede, núcleo do estudo, passando pelo histórico do processo de ocupação da área e de seu entorno, indo até a análise do perfil demográfico e sócio-econômico do sítio, abordando, em especial, o aumento da atividade turística e de lazer na localidade, e as interferências do PRODETUR/NE e de outros projetos de políticas públicas na organização socioespacial daquela cidade.

2.1 Caracterização física do município de Baía Formosa e de sua sede.

O município de Baía Formosa situado no estado do Rio Grande do Norte (Figura 04), na mesorregião Leste Potiguar, microrregião do Litoral Sul (divisão territorial do IBGE), zona homogênea do Litoral Oriental, subzona da Mata (classificação municipal por Zonas de Planejamento), localiza-se de acordo com as seguintes coordenadas geográficas: latitude 06° 22' 10" Sul; longitude 35° 00' 28" Oeste (RIO GRANDE DO NORTE, 2002a).

É um pequeno município que apresenta uma área territorial de 250,1 km², o que equivale a 0,47% da superfície do estado do Rio Grande do Norte. A altitude média da sede do município é de 4 metros, estando a uma distância rodoviária em relação a Capital do estado, Natal, de 104 km. O acesso se dá pela RN-062, que liga a BR-101 à sede do município (Figura 05 e 08). Os limites do município são os seguintes: ao Norte, o Oceano Atlântico e o município de Canguaretama; ao Sul, o município de Mataraca no estado da Paraíba; a Leste, o Oceano Atlântico; e a Oeste, o município de Canguaretama (RIO GRANDE DO NORTE, 2002b).

A sede do município localiza-se no litoral numa posição privilegiada em termos cênico-paisagísticos, uma vez para o lado do mar pode-se descortinar a belíssima paisagem de sua baía de águas tranqüilas circundada por íngremes falésias de cor avermelhada, parcialmente recobertas, ora por brancas dunas móveis ora por dunas fixadas por verdejante vegetação, que de tão bela, recebeu o nome de *Formosa*. Ao fundo a cidade é emoldurada pela Mata Estrela, principal remanescente de Mata Atlântica existente no estado, que se estende na direção sul até encontrar os cordões de dunas do rebordo do Tabuleiro Litorâneo. Ao poente vislumbra-se o coqueiral da fazenda Estrela sequenciado pela visão do estuário do Curimataú/Cunhaú com seu extenso manguezal.

Baía Formosa tem clima tropical chuvoso com verão seco e estação chuvosa adiantando-se para o outono, com média de precipitação pluviométrica anual de 1.400,00 mm. O período chuvoso se estende de janeiro a agosto, apresentando temperatura média anual: máxima, 30° C; média, 25,6° C; e mínima, 21° C. A umidade relativa média anual é de 79% e tem 2.700 horas de insolação (RIO GRANDE DO NORTE, 2002b).

Essas características climáticas e cênico-paisagísticas se constituem em aspectos favoráveis que tornam a cidade um local procurado para moradia por aposentados da classe média provenientes de cidades de maior porte da Região, como Natal e João Pessoa, conforme se verificou nas entrevistas realizadas com as pessoas da cidade. Apesar do elevado índice pluviométrico registrado no município, a amena temperatura e o grande número de horas de insolação permitem conferir àquela cidade condições agradáveis como local de moradia.

Os aspectos geológicos do município caracterizam-no como inserido principalmente na área de abrangência do Grupo Barreiras, com idade do Terciário Superior onde predominam argilas, arenitos, arenitos conglomeráticos, siltitos, arenitos caulínicos, inconsolidados e mal selecionados (RIO GRANDE DO NORTE, 2002b).

Silva (1999, p. 20), ao tratar da caracterização física dos municípios de Baía Formosa e Canguaretama, áreas objeto de sua tese de Doutorado, assim se referiu:

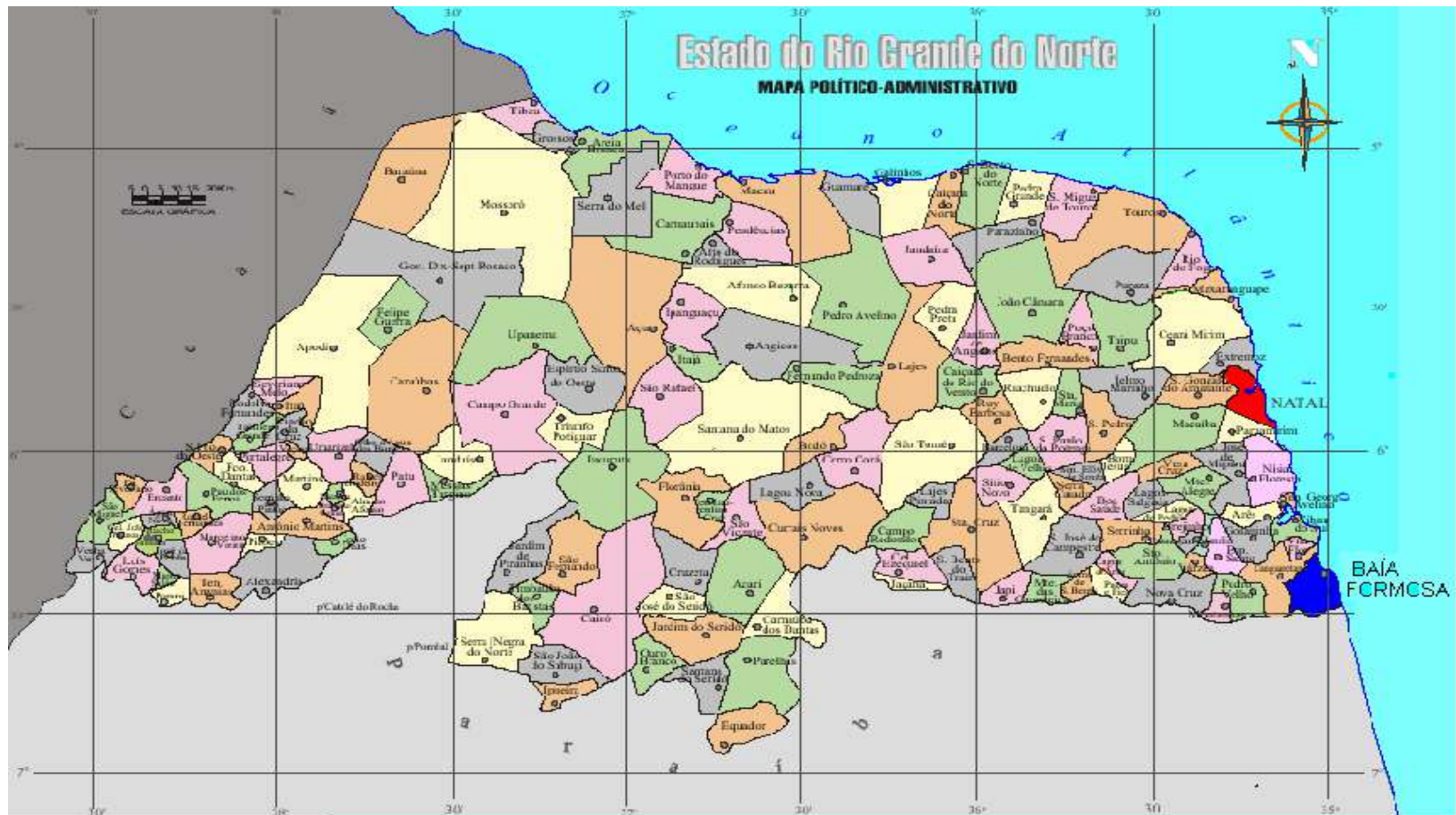
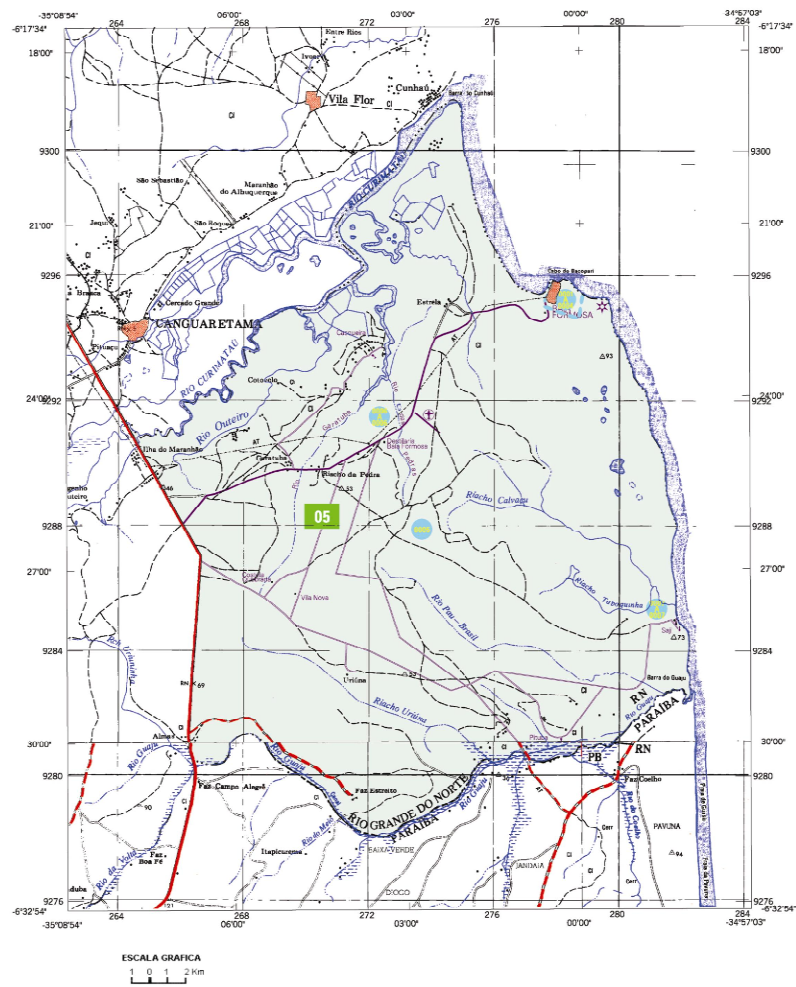


FIGURA 04: Mapa político-administrativo do estado do Rio Grande do Norte, onde se vê no seu extremo inferior do lado direito, na divisa com o estado da Paraíba, o município de Baía Formosa.
Fonte: IDEMA, 2002.

Mapa de Baía Formosa



Fonte: IBGE 2003.

FIGURA 05 — Mapa do município de Baía Formosa, compilado a partir do Mapa Municipal Federativo do IBGE, o qual mostra os seus limites, a rede hidrográfica, a rede de estradas, e as principais vias de acesso e circulação.

Geologicamente os municípios de Baía Formosa e Canguaretama pertencem à Formação Barreiras, do Terciário Superior. Essa área está recoberta por extensas coberturas arenosas colúviais e elúviais indiferenciadas que formam solos altamente permeáveis e lixiviados. O município de Baía Formosa, por estar próximo ao oceano, encontra-se recoberto pelas paleo-dunas e neo-dunas do Quaternário, compostas por areias inconsolidadas e bem selecionadas de origem marinha, transportadas pela ação dos ventos, formando cordões arenosos. Há, também, paleo-dunas recobertas por vegetação que compõem as dunas fixas, embora o homem usando as dunas e paleo-dunas a serviço do turismo ecológico tem provocado alterações na sua morfologia, possibilitando a ação erosiva do vento.

As situações apontadas por Silva impõem a adoção de medidas de controle ambiental bastante restritivas, a fim de se assegurar à integridade da cobertura vegetal das dunas ali existentes, indispensáveis à manutenção de outros ecossistemas associados e para evitar que a ação erosiva do vento transporte os sedimentos arenosos para as áreas habitadas, o que pode causar o soterramento das edificações e outros problemas de maior gravidade.

Acompanhando a faixa litorânea estão depositados os sedimentos areno-quartzosos, denominados de Depósitos de Praias, compostos de areias finas a grossas, com níveis de cascalho, associados às praias atuais e dunas móveis; arenitos e conglomerados com cimento carbonático, definindo cordões de arrecifes. Em alguns pontos da faixa litorânea expõe-se material pertencente ao Grupo Barreiras, formando falésias de até 12 metros de altura (Figuras 06 e 28). Na faixa estuarina encontram-se Depósitos aluvionares compostos de areias e cascalhos, com intercalações pelíticas, associados aos sistemas fluviais atuais (RIO GRANDE DO NORTE, 2002b).

Segundo Silva (1999), o município de Baía Formosa dispõe de recursos minerais que são encontrados no seu subsolo destacando-se entre eles o titânio, a areia de fundição, a argila refratária e a turfa. Também há a ocorrência, nas proximidades da localidade Estrela, de monazita, mineral utilizado na produção de materiais nucleares, na indústria química e, mais recentemente, na obtenção de fósforo vermelho para televisão a cor. São encontrados, em faixas ou disseminados nas dunas, os minerais pesados, ilmenita, rutilo e zircão.

A exploração econômica desses recursos minerais, caso feita com observância à preservação das características naturais do ambiente explorado, pode se constituir em mais uma alternativa de geração de emprego e renda para a população do município, com reflexos diretos na qualidade de vida das pessoas.

Os recursos hídricos do município são os seguintes: hidrologia - bacias hidrográficas dos rios Guaju e Curimataú/Cunhaú; hidrogeologia - aquíferos Aluvião (livre) e Barreiras (confinado, semiconfinado e livre em algumas áreas) (RIO GRANDE DO NORTE, 2002b).

Levantamento do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA indica que 35,75% do território do município está inserido na bacia hidrográfica do rio Guaju, 33,99% na bacia do rio Curimataú/Cunhaú e 26,43% na Faixa Litorânea Leste de Escoamento Difuso. O rio Curimataú/Cunhaú serve de limite com o município de Canguaretama, e o Guaju faz a divisa do estado do Rio Grande do Norte com a Paraíba. O município dispõe, ainda, de uma rede hidrográfica formada por rios e riachos de pequeno porte, como os rios Outeiro e Pau-brasil e os riachos Calvaçu, Taboquinha e Uriúna (Figuras 05), e da presença de lagoas de água doce, como a Lagoa Araraquara (Figura 08), situada na Mata Estrela, um dos mais importantes remanescentes de Mata Atlântica existentes no estado do Rio Grande do Norte (RIO GRANDE DO NORTE, 2002b).

Ao analisar a situação da hidrogeologia da região que envolve o estuário do Curimatú/Cunhaú e entorno, onde está contido o município de Baía Formosa, Silva (1999, p. 22) conclui que *“a água obtida dos poços do aquífero Barreiras (confinado, semiconfinado), apresenta-se como de excelente qualidade química, com baixos teores de sódio, podendo ser utilizada praticamente para todos os fins”*. Já o aquífero Aluvião (livre) apresenta-se disperso, sendo constituído pelos sedimentos geralmente arenosos depositados nos leitos e terraços dos rios e riachos de maior porte. Esses depósitos caracterizam-se pela alta permeabilidade, boas condições de realimentação e uma profundidade média em torno de 7 metros. A água explorada corresponde a 7,6% das reservas reguladoras.

Alerta, no entanto, para o fato de apesar de ser um bem renovável o potencial hídrico da sub-Zona da Mata está por merecer atenções técnicas para o uso, em virtude de ser um aquífero livre, em solo da Formação Barreiras, que alimenta grande demanda d'água e poderá perder o ponto de estabilização.

A escassez de água para consumo humano é apontada nesse século XXI que se inicia como um dos problemas mais graves para os assentamentos humanos em todo o Planeta, conforme aponta a UNESCO. A questão é tão importante que 2003 foi celebrado como o Ano Internacional da Água Doce. Em seu artigo *O Desafio da Água no Século XXI*, Jorge Werthein², alerta que em 2015, quase 3 bilhões de pessoas - 40% da população mundial projetada - devem viver em países com dificuldades de garantir água suficiente para atender a agricultura, a indústria e as necessidades domésticas da população. Trata-se de um problema com implicações políticas, econômicas e sócio ambientais gigantescas, que se reflete, desde já, na pobreza de grande parte da população mundial.

Segundo Werthein (2004), um dos grandes méritos das celebrações deste Ano Internacional da Água Doce foi jogar luz sobre o falso mito da inesgotabilidade dos recursos hídricos, bem como trazer a base onde deve se estabelecer uma abordagem coerente da água com o desenvolvimento sustentável no mundo.

A existência de água em abundância em Baía Formosa, observada sua utilização racional, se constitui como um fator importante à expansão urbana da cidade, uma vez que contando com água de boa qualidade, de fontes diversas e com níveis de realimentação satisfatórios, o planejamento do uso e ocupação do solo urbano pode ser feito, considerando, ao mesmo tempo, a preservação dos estoques desse bem em níveis adequados e as condições necessárias de suprimento à cidade de modo que ela não venha experimentar a sua falta.

Os solos do município de Baía Formosa são predominantemente constituídos por areias quartzosas distróficas, que apresentam fertilidade natural extremamente baixa, textura arenosa, relevo plano, excessivamente drenado, profundos. Apresentam aptidão agrícola classificada como regular para silvicultura e pastagem natural, enquanto que são terras aptas para culturas especiais de ciclo longo como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. São terras indicadas para a preservação da flora e da fauna (RIO GRANDE DO NORTE, 1999).

² Jorge Werthein é Doutor em Educação pela Universidade de Stanford, EUA, e Representante da UNESCO no Brasil.



FIGURA 06: Visão panorâmica de Baía Formosa, ressaltando sua estrutura geomorfológica. Do lado direito, a baía com as falésias altas. À esquerda, as praias ainda quase que inexploradas. No alto da foto e mais à esquerda, a Mata Estrela. Abaixo, a praia da Cacimba e o núcleo urbano que originou a cidade.

Fonte: Chacon, 1998.

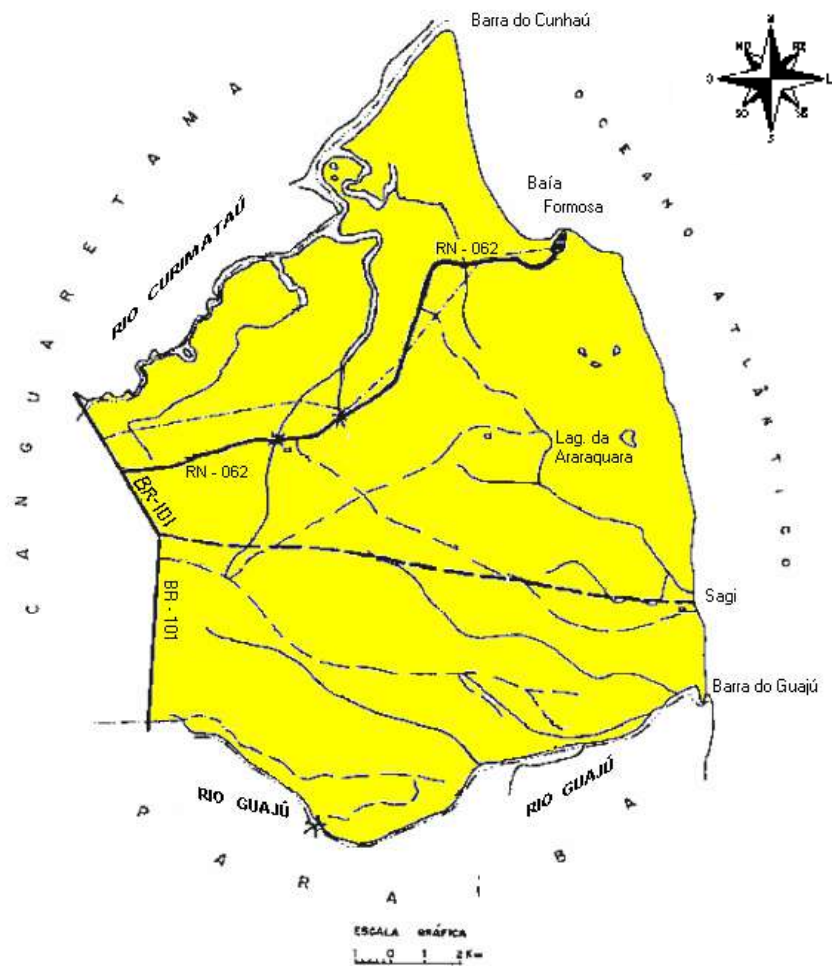


FIGURA 07: Mapa do município de Baía Formosa mostrando as duas principais vias de transportes que dão acesso à cidade (BR-101 e RN-062), as indicações dos limites de município, e os seus dois rios principais (Curimataú/Cunhaú e Guajú).

Fonte: IDEMA, 2002.



FIGURA 08: Vista da Lagoa Araraquara situada dentro da Mata Estrela.
Fonte: IDEMA, 2000.

Na zona estuarina do Curimataú/Cunhaú, no entanto, os solos são aluviais e de mangue (Figura 09). Nessa área tem se intensificado nos últimos anos a atividade da carcinicultura com a implantação de fazendas de cultivo de camarões que ocupam extensas áreas.

Conforme destacado no *Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Carcinicultura no Estado do Rio Grande do Norte*, elaborado pelo *Cluster do Camarão do RN*, a grande concentração de fazendas de produção em alguns estuários tem levado o setor a preocupar-se com a capacidade de suporte desses estuários, no que diz respeito à qualidade da água e à assistência técnica para os pequenos agricultores. Os altos índices de produtividade da área e de preços do produto especialmente no mercado internacional, no entanto, vêm atraindo novos empreendedores que, em sua maioria, possuem poucos conhecimentos sobre a área. O setor também tem manifestado preocupação para que haja um crescimento ordenado e sustentável da atividade, e o zoneamento das áreas estuarinas do estado, que vem sendo realizado pelo IDEMA, é visto como indispensável à preservação do ecossistema que é essencial à manutenção da atividade (FERNANDES; SALIM; OLIVEIRA, 2001).

O Curimataú/Cunhaú é um dos estuários em que essa situação se manifesta com maior evidência, em face ser ele um dos que apresentaram rápida expansão da atividade da carcinicultura. Em consequência disso é um dos estuários do estado que tiveram os seus manguezais mais degradados, sendo, por isso, motivo de diversas intervenções dos órgãos ambientais e do Ministério Público, que acabaram por resultar em ações judiciais, que buscavam, quase sempre, a interrupção da atividade e a recuperação das áreas degradadas.

Por outro lado, o camarão, que já se constitui no principal produto da pauta de exportação do estado do Rio Grande do Norte, de acordo com dados de 2002 da antiga Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio, da Ciência e da Tecnologia – SINTEC (atual Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC)³, pode proporcionar a geração de muitos empregos, inclusive para a população de Baía Formosa. Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Carcinicultura no Estado do Rio Grande do Norte, “os 10.000 hectares de viveiros, previsto para 2005, ocupariam cerca de 13.000 pessoas em empregos diretos e 25.000 em indiretos, estimados respectivamente a partir da relação de 1,3 empregos/ha (fazendas, laboratórios, frigoríficos) e 2,5 empregos/ha (restante da cadeia)” (FERNANDES; SALIM; OLIVEIRA, 2001, p. 25).

Para se ter uma idéia da importância que isso pode significar na economia e na geração de emprego e renda para o município de Baía Formosa, em 2001, dos 4.453,9 hectares de área de viveiros existente no Rio Grande Norte, 400 hectares estavam naquele município, de acordo com levantamento do IDEMA (FERNANDES; SALIM; OLIVEIRA, 2001).

Nos rebordos da planície, os solos são aluviais eutróficos, areias quartzosas distróficas e o latosol vermelho-amarelo distrófico, onde predomina a cultura da cana-de-açúcar, principal produto agrícola do município de Baía Formosa (ver no mapa da Figura 13 o destaque da área plantada). A maior parte da área com solos de areias quartzosas distróficas e areias quartzosas marinhas encontra-se coberta por vegetação natural primitiva, como é o caso da área onde se situa a Mata Estrela. Devido a baixa fertilidade natural dos solos, com deficiência em macro e micronutrientes, essa área praticamente não é utilizada para agricultura, exceção

³ De acordo com a Tabela de Classificação por Produto Exportado da antiga SINTEC, referente ao ano de 2002, o camarão congelado, que já havia alcançado o primeiro lugar na pauta de exportação do Rio Grande do Norte no ano de 2001, registrou uma receita total, em 2002, de US\$ 47.493.828 (FOB), com crescimento no período 2002/2001 de 64,72% e de 252,83% no período de 2002/2000.

para as culturas do cajueiro e do coqueiro, esta última com boa presença na região (SILVA, 1999).



FIGURA 09: Vista do manguezal do estuário do Curimataú. Observam-se manchas que caracterizam a degradação do ecossistema do lado de Baía Formosa (margem direita do rio).
Fonte: IDEMA, 2001.

O relevo do município é de menos de 100 metros de altitude. Ele é constituído de Tabuleiros Costeiros - relevos planos de baixa altitude, também denominados de planaltos rebaixados, formados basicamente por argilas (barro), localizados próximo ao litoral, às vezes chegando ao litoral - e de Planície Costeira, formada por praias que tem como limites, de um lado, o oceano, e, de outro, os Tabuleiros Costeiros.

A formação vegetal do município de Baía Formosa é de floresta subperifólia, que se caracteriza por uma vegetação constituída por árvores sempre verdes, que possuem grande número de folhas largas, troncos relativamente delgados, densa e o solo apresenta-se recoberto por uma camada de húmus. Nas praias e dunas, a vegetação presente é a fixadora de areias. As dunas são estabilizadas ou fixas quando recobertas por vegetação natural. O extenso manguezal – sistema ecológico costeiro tropical dominado por espécies vegetais – mangues e animais típicos, aos quais se associam outras plantas e animais,

adaptados a um solo periodicamente inundado pelas marés, com grande variação de salinidade. Os ecossistemas protegidos existentes no município são de Mata Atlântica, conhecido localmente como Mata Estrela (Figuras 10 e 11), e de manguezal (RIO GRANDE DO NORTE, 2002b).

A vegetação, na área estuarina do Curimataú/Cunhaú, é constituída de extenso e diversificado manguezal, o qual protege esse ecossistema flúvio-marinho da erosão da encosta e das conseqüências de ventanias, além de reter os sedimentos, evitando assim o assoreamento das áreas adjacentes. Para se ter uma idéia de sua importância, a vegetação de mangue dessa área representa 51,6% do manguezal da zona do litoral oriental (RIO GRANDE DO NORTE, 1999).



FIGURA 10: Vista de uma trilha dentro da Mata Estrela.
Fonte: Carlos José, 2003.

A diversidade e a importância do mangue ali existente foi destacada na tese de Doutorado de Silva de 1999, que abordou, além do zoneamento da área e da gestão do território que abrange o estuário, de questões climáticas, geológicas, hidrogeológicas e de formação vegetal, não cabendo aqui maiores considerações.



FIGURA 11: Entrada da Trilha da Gameleira na Mata Estrela.
Fonte: Carlos José, 2003.

Contudo, deve ser ressaltada a presença, no município de Baía Formosa, da Mata Atlântica, floresta Úmida Costeira do Litoral Oriental com muitas árvores por metro quadrado, sempre verdes, folhas largas e tronco delgado. Esse remanescente de Mata Atlântica, como antes referido, é conhecido no estado pela denominação de Mata Estrela, possuindo muitas espécies da flora, à qual Silva assim se refere:

[...] apresenta estrato superior com altura de 20 metros, com árvores de grande porte, de copas contíguas, e uma composição florística baseada no pau-brasil (*Caesalpinia echinata* L.), pau d'arco amarelo (*Zollernia ilicifolia* Vog), sucupira-mirim (*Bowdichia virgilioides* /HBK), pau-ferro (*Cassia apoucouita* Ablet), jatobá (*Hymenaea courbaril* L.), murici (*Byrsonina crassifolia* /HBK), marmeleiro (*Croton hemiargyreus* Muell), catantuba (*Piptadenia monifornio* Benth) e pau-d'óleo (*Copaífera* L.), pau d'arco rocho (*Tabebuia avellanadae* Lor), peroba (*Aspidosperma dasylarpon* DC) e maçaranduba (*Manilka* aff. *amazônica* Hub) (SILVA, 1999, p. 26).

A Mata Estrela, como Área de Conservação, foi criada pela Portaria 460 de 22.12.1990, sendo de responsabilidade da Prefeitura de Baía Formosa. Foi tombada visando proteger o ecossistema da Mata Atlântica, uma vez que se trata da maior área contínua de Mata Atlântica do estado. Possui fauna e flora exuberantes (RIO GRANDE DO NORTE, 2002b).

Posteriormente, em 1993, passou a integrar, por decreto da UNESCO, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasileira, transformando-se em Patrimônio Ambiental da Humanidade. Situada em área de propriedade da Destilaria Baía Formosa, foi transformada, em março de 2000, em Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, através do Decreto n.º 20/2000.

A Mata Estrela é de grande relevância para o município, não só por sua dimensão de 1.833,12 hectares, mas também pelo fato da mesma está associada a outros importantes ecossistemas, como o conjunto de dezenove lagoas e os rios e riachos ali existentes, além da presença de extensas praias quase que totalmente inexploradas, cordões de dunas vegetadas e não vegetadas assentados sobre falésias sedimentares, os quais compõem um cenário de rara beleza cênica, que ao mesmo tempo apresenta fragilidade ambiental acentuada.

Além das espécies da flora antes destacadas, a Mata Estrela conta, ainda, com uma rica fauna, na qual pode ser destacada a presença do macaco guaribas, espécie em extinção, e de grande diversidade de aves, reptéis, ofídios e uma variedade de insetos. Por tudo isso, essa mata apresenta potencial para o desenvolvimento de atividades como pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico (RIO GRANDE DO NORTE, 2000c).

Vale destacar que com todos esses atributos a presença da Mata Estrela no município, ao mesmo tempo em que pode contribuir, através do ecoturismo e do turismo de aventura, na geração de emprego e renda essenciais ao processo de organização socioespacial da cidade de Baía Formosa, pode ensejar a conscientização da população autóctone para a adoção de medidas que visem à sua preservação, caso sejam canalizados esforços neste sentido pelos gestores públicos locais.

2.2 Histórico do processo de ocupação de Baía Formosa e seu entorno

A colonização do continente americano pelos europeus a partir do século XVI, apresenta como traço marcante o expansionismo voltado para o lucro rápido e enriquecimento das metrópoles.

No Brasil, por ter esse caráter de colônia de exploração, sua colonização ocasionou algumas marcas, encontradas até hoje, tais como: povoamento mais intenso na fachada atlântica (o litoral por estar mais próximo da Europa, era o acesso à metrópole e ao comércio europeu); utilização dos melhores solos para a produção de gêneros de exportação; dependência econômica em relação ao centro.

Conforme Moraes (1999), as zonas litorâneas de todas as áreas coloniais americanas foram as primeiras a conhecer núcleos de povoamento, em razão de que o colonizador chegou inicialmente nas novas terras por via marítima. A partir desses assentamentos na costa, os quais serviam de pontos de difusão, era feita a articulação dos fluxos de colonização para o interior explorado com as rotas oceânicas.

Esse padrão recorrente de conformação territorial é denominado de 'bacia de drenagem', pois reproduz um desenho na estruturação da rede de circulação no qual todos os caminhos demandam um eixo principal, e este finaliza seu percurso num porto marítimo (geralmente situado numa baía ou num estuário) (MORAES, 1999, p.31).

A formação territorial do Brasil é típica desse padrão colonial. Com raríssimas exceções, os primeiros assentamentos feitos pelos portugueses no Brasil localizaram-se na zona costeira, estruturados conforme o desenho da *bacia de drenagem*.

É corrente na interpretação do Brasil o juízo de que a formação territorial do país ocorreu adensada na zona litorânea. A citação de Frei Vicente do Salvador – de que os portugueses se prendiam às costas brasileiras 'como caranguejos' - foi reiterada em diferentes momentos e em variados contextos discursivos (MORAES, 1999, p. 65).

Assim, era feita uma ocupação pontual, com cada porto polarizando uma variável porção do espaço do interior adjacente, e em que a grandeza de cada um estava diretamente condicionada à extensão e produtividade desse espaço polarizado.

Isto explica porque o povoamento do espaço litorâneo brasileiro se deu num padrão descontínuo, onde se identificam zonas de adensamento e núcleos pontuais de assentamentos entremeados por vastas porções não ocupadas pelos colonizadores (MORAES, 1999).

O litoral oriental da zona da mata nordestina, área polarizada por Recife/Olinda, foi uma dessas zonas de adensamento que se destacou no período colonial brasileiro, por ser uma zona produtora de açúcar, com ramificações na hinterlândia, por meio da pecuária e da agricultura de abastecimento. Seu período áureo foi o chamado *século do açúcar* (1570-1670), no qual a maior parte dos assentamentos coloniais ocorreu (MORAES, 1999).

Surgia, assim, no litoral oriental da zona mata nordestina, uma rede de núcleos urbanos litorâneos que se localizavam na desembocadura dos principais rios da região. O Curimataú/Cunhaú, no Rio Grande do Norte, constitui-se em um desses rios.

A história da ocupação do entorno do estuário do Curimataú/Cunhaú remonta ao início do século XVII, em razão da instalação pelos colonizadores do Engenho Cunhaú na várzea do rio. Esse foi o primeiro engenho da Capitania do Rio Grande e deu origem a Povoação de Cunhaú, célula mater do povoamento dessa área, que inclui o atual município de Baía Formosa, desmembrado que foi do município de Canguaretama. A Povoação de Cunhaú, juntamente com a Cidade de Natal, constituíam os dois núcleos populacionais então existentes (CASCUDO, 1984).

Os primeiros anos de colonização do Brasil, entretanto, foram caracterizados por dificuldades de recursos da Coroa portuguesa – o comércio com as Índias passava a reduzir-se – o que acabaram por resultar em seu retardamento, propiciando a que traficantes, principalmente, franceses explorassem o pau-brasil, sem que houvesse uma reação forte e contrária por parte do governo lusitano (SANTOS, 1994).

No Brasil existia pau-brasil em abundância em quase toda a Mata Atlântica, na faixa litorânea entre Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro, produto

de fácil comercialização nos mercados europeus, sendo a extração da madeira feita de forma assistemática e predatória, tanto por legítimos arrendatários como por traficantes, que utilizavam mão-de-obra indígena livre para a extração, corte e transporte da madeira até os navios (CASCUDO, 1984).

O Rio Grande do Norte, devido a sua situação geográfica, foi um dos primeiros pontos visitados do litoral brasileiro, antes mesmo da chegada dos portugueses. A presença na região de exploradores não desejados é verificada desde os primeiros anos do descobrimento do Brasil, quando travaram grande camaradagem com os índios que favoreciam a retirada e o embarque do pau-brasil (SANTOS, 1994).

Na Capitania do Rio Grande, a distribuição de terras seguiu a forma legal estabelecida pela Coroa, ou seja, a concessão e distribuição de terras aos que detinham capital, chamado de sistema sesmarial, que tinha como objetivo povoar para produzir mercadorias de alto valor no comércio europeu, como a cana-de-açúcar, que necessitava de grandes extensões de terras (MONTEIRO, 2000).

Segundo Monteiro (2000, p. 34), discorrendo sobre as concessões e distribuição de terras ocorridas no início da colonização na Capitania do Rio Grande:

No período compreendido entre 1600, ano da primeira concessão, de '800 braças de terra ao longo do rio Potengi' a João Rodrigues Colaço, então capitão da fortaleza dos Reis – e 1633 – ano da invasão holandesa -, muitas foram as sesmarias e datas de terras concedidas. Duas merecem destaque, a primeira delas, que é a que interessa ao presente estudo, foi a concessão feita pelo Capitão-mor Jerônimo de Albuquerque a seus próprios filhos, em 1604, no vale do rio Cunhaú, atual Município de Canguaretama. Essa sesmaria, cuja extensão foi considerada 'exorbitante' pela própria Coroa, mas confirmada em 1628, daria origem ao primeiro engenho da capitania - O Engenho Cunhaú -, e seria a base do poder da família Albuquerque Maranhão, poder esse que atravessaria gerações e gerações.

A história da cidade de Baía Formosa, no entanto, inicia-se com a construção de um movimentado porto de embarcações na única baía do Rio Grande do Norte, o qual originou um núcleo organizado de pescadores (MORAIS, 1998). Esse local era denominado de Aretipicaba, nome indígena que significa *Bebedouro de Papagaios*, de acordo com Leitão, ([199-]).

Gabriel Soares de Sousa, descrevendo a costa em 1597, informava que 'entre um e outro rio está a enseada Aretipicaba, onde dos arrecifes para dentro

entram naus francesas e fazem sua carga'. Os rios eram o Goaramataí e o Camarative, os atuais Curimataú e Camaratuba, e a carga da qual falava constava de pau-brasil (LEITÃO, [199-]).

No mapa João Teixeira, em 1612, já era Baía Formosa, denominação dada pelos portugueses enlevados com a beleza da enseada, aberta para o mar na moldura da floresta, depois chamada de Mata Estrela. Em um mapa holandês de Margrave, de 1619, registra-se Guaratapeiuba, que significa Baía Formosa.

Doze anos antes da fundação da cidade do Natal, Baía Formosa já era habitada e do seu território era extraído o pau-brasil. De acordo com Moraes (1998), logo após o término do ciclo do pau-brasil, em meados do século XVIII, ficou conhecida como zona de pesca e praia de pescadores, também utilizada pela família Albuquerque Maranhão e fazendeiros ricos das redondezas para passar o verão.

Segundo Cascudo (1984, p. 107), “o século XVIII é a época do povoamento do interior norte-rio-grandense”. Durante todo aquele século a concessão de sesmarias fixa a população no ciclo do gado. Surgem as fazendas de criação de gado. Entretanto, a Capitania continuava subordinada, antes ao Governo Geral da Bahia, e a partir de 1701, ao de Pernambuco, o que retardou o seu desenvolvimento (CASCUDO, 1984).

Mesmo assim, em 1703, já se dizia que o Sertão com facilidade se povoava de gado, porque dava muito lucro com pouca despesa. Tanto foi a abundância de gado trazida pela expansão da pecuária, que o Rio Grande conseguiu exportar os seus rebanhos para as outras capitanias do sul (SANTOS, 1994).

Enquanto isso, no decorrer do século, a cultura canavieira se ampliava ao longo do litoral oriental da Capitania do Rio Grande, principalmente nos vales do Trairi, Jundiá e Ceará-Mirim. Surgiram povoações, logo em seguida transformadas em vilas e freguesias, destacando-se a Vila Nova de Extremoz, Vila Flor, Vila Nova de Arêz e Vila de São José do Rio Grande (atual São José de Mipibu). No litoral Norte era intensificada a extração de sal, com esse produto sendo levado, principalmente, para a Capitania de Pernambuco, que já era suprida com farinha de mandioca, milho, peixe seco e gado bovino pela Capitania do Rio Grande (SANTOS, 1994).

Cascudo (1984), ao abordar os inventários do século XVIII e princípios do século XIX, em seu livro *História do Rio Grande do Norte*, destacou que nos fins

do século XVIII para a primeira década do século XIX, a primeira fortuna da Capitania do Rio Grande era a Casa de Cunhaú, de André d'Albuquerque Maranhão. A Casa de Cunhaú, que ele se refere, ficava no vale do Curimataú/Cunhaú, e a influência da família Albuquerque Maranhão se estendia, inclusive, para a área onde hoje é Baía Formosa.

No início do século XIX o povoamento da Capitania do Rio Grande já estava consolidado. No interior, devido a expansão da criação de gado que se estendia em várias direções, surgiram várias povoações, que ainda naquele século foram transformadas em vilas e freguesias, com destaque para a Vila Nova do Príncipe (atual cidade de Caicó), no Seridó, a Vila Nova da Princesa (atual cidade de Açú), no vale do Piranhas/Açú, a Vila de Portalegre, na região serrana Oeste, e as Freguesias de Apodi e Pau dos Ferros, nas ribeiras do Apodi (CASCUDO, 1984).

No transcorrer do século XIX, apesar da Capitania do Rio Grande ter experimentado profundas mudanças em sua economia, causadas, em última análise, pela Revolução industrial e por razões de ordem política, ligadas as guerras na Europa, que acabaram com o monopólio comercial de Portugal, fazendo com que a Inglaterra passasse a ter uma posição privilegiada no comércio brasileiro (MONTEIRO, 2000), em Baía Formosa, que então pertencia a Vila Flor, as coisas permaneciam como antes, ou seja, um movimentado porto de pesca com muitas embarcações e praia de veraneio de fazendeiros ricos da região.

Durante o século XIX Baía Formosa ficou a margem do crescimento que atravessava a então Província do Rio Grande do Norte, por situar-se fora do eixo de ligação existente com as Províncias mais ao sul, Paraíba e Pernambuco, que passava por Baía da Traição ou Mamanguape, na Paraíba, seguia no Rio Grande do Norte, por Cunhaú, Goianinha, Goaraíras (atual Arêz), Mipibu, Potengi, Utinga ou seguindo o vale do Cajupiranga diretamente a Natal, caminho esse que já era trilhado desde o século XVII e se constitui na primeira estrada conhecida do Rio Grande do Norte (CASCUDO, 1984).

Nenhuma situação relevante ocorrera durante aquele século em Baía Formosa, a não ser o acontecimento mais notável na memória popular do município ocorrido em 1877, que foi a *matança de agosto*, comandada pelo *Senhor do Engenho Estrela*, João Albuquerque Maranhão Cunhaú.

Morais (1998, p. 305), em seu livro *Terras Potiguares*, assim se refere a esse acontecimento:

João Albuquerque Maranhão Cunhaú, poderoso latifundiário, Senhor do Engenho Estrela, dizendo-se dono da área, partiu para o novo vilarejo comandando um grupo armado e disposto a expulsar os moradores da localidade. Foi aí que surgiu a figura corajosa de Francisco Magalhães que, ao lado de mais quatorze homens armados com facas e pedaços de madeira, decidiram resistir aos agressores. Travou-se uma luta terrível, com um saldo de 6 pessoas mortas. O mandante da chacina foi preso e levado a julgamento no ano de 1878, em Canguaretama, onde foi absolvido.

Em novembro de 1892, o núcleo de pescadores tornou-se distrito do município de Canguaretama e nessa época foi construída a pequena Capela de Nossa Senhora da Conceição (Figura 12). O povoado foi crescendo, juntamente com seus principais recursos econômicos, as lavouras de cereais e a pesca de albacoras⁴ (MORAIS, 1998).



FIGURA 12: Capela de Nossa Senhora da Conceição, construída na parte baixa da cidade de Baía Formosa, próximo aos antigos armazéns de peixes.

Fonte: Carlos José, 2003.

⁴ A Albacora é uma espécie marinha da família dos tunídeos encontrada em todo o Oceano Atlântico. No Brasil ocorre em maior concentração ao largo das costas nordestinas e de Santa Catarina. A fase de pesca preferida vai de outubro a dezembro, principalmente no Rio Grande do Norte. É um peixe muito apreciado pelo seu sabor, e que, devido a sua pesca abundante em Baía Formosa, tornou a localidade também conhecida como *Baía das Albacoras*.

A pesca abundante, no período de outubro a dezembro, de albacoras, famosas pelo seu sabor, era o produto mais comercializado. Também fazia parte da vida dos pescadores, nos meses de menos abundância do pescado, a lavoura de cereais.

De Vila, em 1892 (LEITÃO, [199-]), Baía Formosa, em 31 de Dezembro de 1958, através da Lei n.º 2.338, tornou-se município, desmembrando-se de Canguaretama (MORAIS, 1998).

O núcleo urbano primitivo de Baía Formosa, antes assentado no sopé e topo da falésia, onde existiam *armazéns de peixes* com fundos para o mar, com o processo de erosão marinha, foi recuando. A cidade passou então a crescer na parte alta da falésia, onde o visual da baía é panorâmico, depois se estendendo no sentido sul, hoje caracterizado como o lado mais nobre. Essa expansão urbana, no entanto, ameaça à degradação das dunas ali existentes.

2.3 Perfil demográfico e sócio-econômico de Baía Formosa.

A população do município de Baía Formosa é de 7.821 (sete mil, oitocentos e vinte e um) habitantes (IBGE, 2000a), sendo que 6.369 residem na zona urbana e 1.452 na zona rural. Sua densidade demográfica é de apenas 31,40 habitantes/km², muito pequena se comparada a da Zona Costeira do Brasil, onde o município está inserido, que é de 88,00 habitantes/km², porém quase o dobro da média nacional, que é de 19,92 habitantes/km² (IBGE, 2000a). Internamente sua população está residindo cada vez mais na área urbana. Essa realidade pode ser constatada pelo fato de que em 1986, 70% da sua população residia na área urbana, crescendo esse percentual em 2000 para 81,43% (RIO GRANDE DO NORTE, 2002a).

A taxa de crescimento populacional, correspondente ao período 1991/2000, medida pelo IBGE no Censo de 2000, foi também pequena, de 0,90, o que significa que, por enquanto, a população natural não vem crescendo muito, apesar do município situar-se no Litoral Oriental do estado, uma das regiões que

mais vem recebendo investimentos, tanto públicos como privados, principalmente ligados à carcinicultura e à atividade turística (RIO GRANDE DO NORTE, 2002b).

Natal, a Capital do estado, e os municípios mais próximos, assim como vários outros da microrregião do Litoral Oriental, como São José de Mipibu, Nísia Floresta, Tibau do Sul e Canguaretama, todos situados ao sul da Capital na direção de Baía Formosa, sendo os três últimos litorâneos (também submetidos ao recente crescimento da atividade turística), vêm experimentando acentuado crescimento populacional, conforme registram os últimos censos realizados (Tabela 01), o que mostra a tendência de crescimento mais rápido da população dos municípios situados nessa microrregião, fato que deverá influenciar para que o crescimento da população de Baía Formosa se torne, em breve, muito mais acelerado.

TABELA 01: Dados populacionais dos Censos de 1991 e 2000, e taxas de crescimento no período, verificado em alguns municípios circunvizinhos à Baía Formosa.

Cidades	População 1991	População 2000	Taxa de crescimento populacional (1991/2000)
São José de Mipibu	28.151	34.912	2,44
Nísia Floresta	13.934	19.040	3,56
Tibau do Sul	5.964	7.749	2,98
Canguaretama	22.919	27.011	1,86

Fonte: IDEMA, Informações Socioeconômicas Municipais, 2003.

Conforme atesta o documento *Versão Preliminar do Plano de Gestão Municipal de Baía Formosa* elaborado pela Equipe Técnica da Subcoordenadoria do Gerenciamento Costeiro - SUGERCO, oriundo do Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o IDEMA e a Prefeitura Municipal de Baía Formosa, atualmente as atividades econômicas do município estão, praticamente, atreladas ao beneficiamento da cana-de-açúcar e da pesca, ficando as oportunidades de emprego quase que limitadas a esses segmentos. Portanto a estrutura econômica de Baía Formosa tem no setor primário seu maior peso, seguindo-se do setor terciário.

No Censo Demográfico 2000 do IBGE, a População Econômica Ativa – PEA do município de Baía Formosa era de 2.280, sendo 1.595 homens e 685

mulheres. A População em Idade Ativa – PIA, que representa as pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, era de 4.762, representando 60,89% da sua população total. Classificou-se, ainda, em 69º lugar, segundo o percentual de População Jovem (população entre 0 e 14 anos), com 2683 pessoas, ou 34,31% da sua população, valor acima da média estadual (RIO GRANDE DO NORTE, 2003a).

O principal produto agrícola é a cana-de-açúcar (Figuras 13 e 14), cultura temporária, que no ano de 1996, segundo o IDEMA, chegou a produzir 260 mil toneladas, correspondente a 6.500 ha de área colhida. No ano de 2001 a produção manteve-se na mesma faixa, porém numa área colhida de 4.893 ha, o que aponta para um aumento na produção por hectare, o qual é atribuído as melhorias tecnológicas aplicadas à atividade e a redução no período plantio-colheita, obtida graças a recuperação de solos, através da técnica da compostagem, do uso de variadas espécies de cana-de-açúcar, e da irrigação feita com vinhaça e água.

Conforme matéria jornalística publicada em maio de 2003, do jornal Tribuna do Norte, é esperada uma colheita recorde de cana-de-açúcar em Baía Formosa para este ano de 2003, em razão da melhor distribuição pluviométrica ocorrida no ano, e do fato da Destilaria Baía Formosa, única empresa que beneficia a cana-de-açúcar no município, passar a produzir, a partir desse ano, não só álcool, mas também açúcar. Conforme apurado junto a direção daquela empresa, já era intenção da Destilaria produzir açúcar. A recente alta nos preços desse produto e do álcool no mercado internacional somente apressou a medida.

O mapa da Figura 13 a seguir mostra a área plantada com cana-de-açúcar no município, ilustrando bem sua presença marcante. A foto da Figura 14, logo em seguida, também ilustra a área cultivada com cana-de-açúcar. Em alguns trechos o plantio da cana-de-açúcar chega ao limite da RN-062, rodovia que liga a cidade à BR-101.

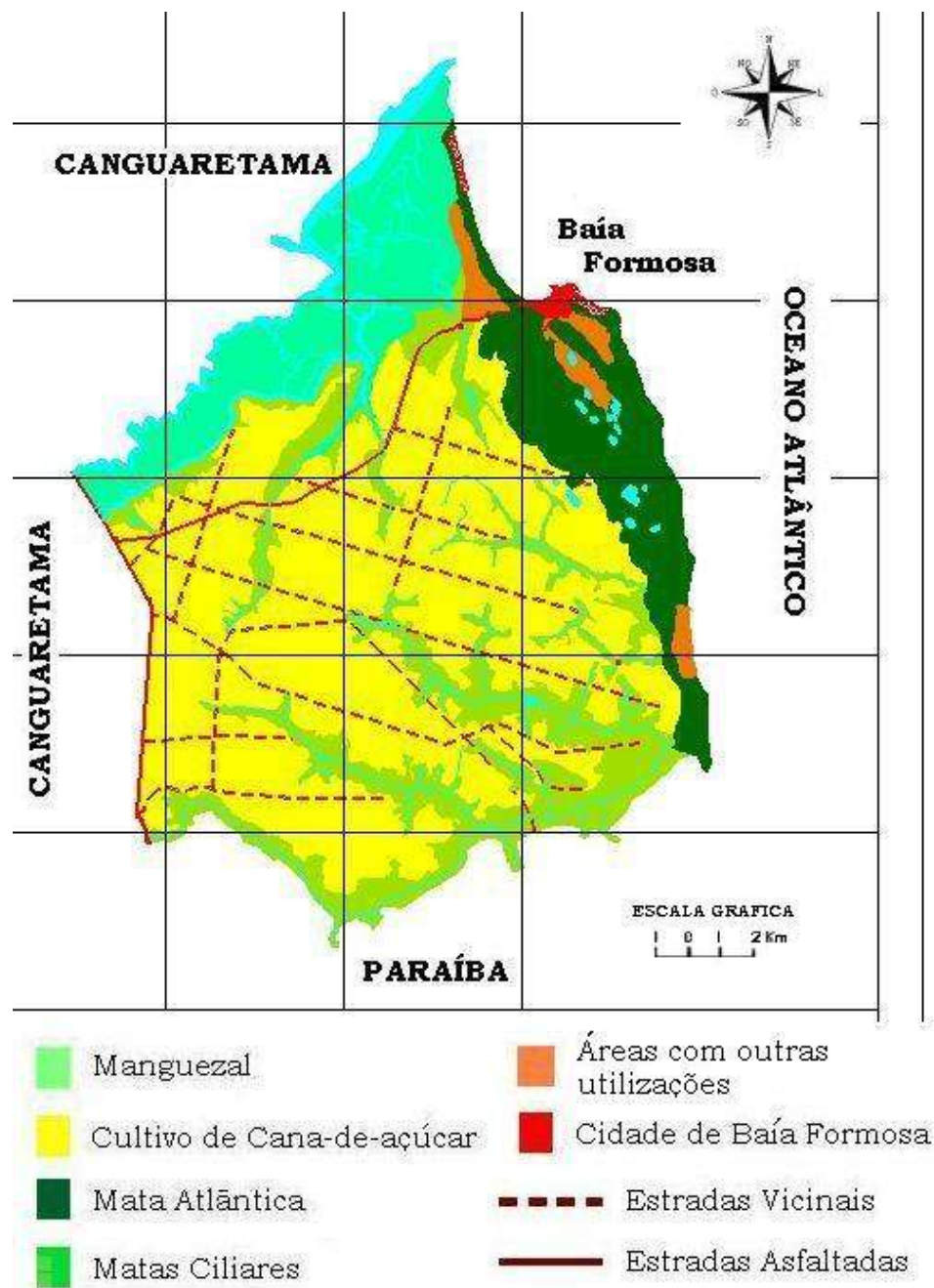


FIGURA 13: Mapa do município de Baía Formosa com destaque para a área com cultivo de cana-de-açúcar e para as estradas vicinais que, em sua maioria, servem à atividade canaveira. Fonte: IDEMA, 2000.



FIGURA 14: Plantio de Cana-de-açúcar. Constitui-se no principal produto agrícola do município e base de sua economia.

Fonte: Carlos José, 2003.

O coco-da-baía (Figura 15), cultura permanente, ocupou no ano de 2001 a segunda posição como produto agrícola do município, com 400 ha de área colhida e 1.450.000 frutos produzidos, seguindo-se da mandioca, com 513 toneladas colhidas em 45 ha, e da banana com 360 toneladas em 18 ha (RIO GRANDE DO NORTE, 2002b).

O setor terciário vem experimentando em todo o planeta, nos últimos anos, um processo de crescimento motivado pelas grandes questões conjunturais da economia contemporânea mundial, que hipertrofia esse setor - provocando ao mesmo tempo drásticas reduções no emprego estrutural – em detrimento da redução do nível de emprego nos setores primário e secundário.



FIGURA 15: Cultivo do coco-da-baía na Fazenda Estrela. Representa o segundo maior produto agrícola do município.

Fonte: Carlos José, 2003.

Os dados do período 1985-2000 relativos à composição e evolução do Produto Interno Bruto – PIB do Rio Grande do Norte também apontam para essa tendência. Ou seja, a participação a cada ano maior do setor terciário no seu PIB. As tabelas elaboradas pelo IDEMA, relativas às informações sobre a participação das atividades econômicas no PIB do estado do Rio Grande do ano de 2001, revelam que o setor terciário, que corresponde às atividades econômicas Comércio e Serviços, responde por 54,4% do PIB, enquanto que a Indústria por 43,3% e a Agropecuária por apenas 2,3% (RIO GRANDE DO NORTE, 2002b).

Por outro lado, conforme a Revista Integração Econômica On Line da Fundação Getúlio Vargas – FGV, alguns números do IBGE mostram que atualmente, em nível Brasil, a agricultura responde por 8% do PIB, a indústria por 35,8% e o setor terciário detém 56,2% de tudo o que o País produz.

Apesar da agricultura e da indústria crescerem, o setor terciário cresce mais do que a média. De 1990 a 2000, o faturamento de comércio e serviços evoluiu

62%, e o emprego, 30%. Além de alcançar um ganho enorme de produtividade, o setor conseguiu absorver a mão-de-obra alijada da indústria e da agricultura em consequência da substituição do ser humano por máquinas.

Recentemente em Baía Formosa tem sido observado um ainda discreto crescimento do setor terciário, o qual se deve, principalmente, ao aumento da atividade turística verificado na cidade de Natal e nos municípios do seu entorno. O município por dispor de uma série de atrativos turísticos, especialmente sua exuberante beleza natural, apresenta grande potencial para o turismo.

No que diz respeito à arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, segundo dados do IDEMA, em 1996 o município ocupava o 12º lugar, apresentando um percentual de 1,29% da sua participação na arrecadação total do Estado (RIO GRANDE DO NORTE, 1998).

Conforme o Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte de 2002 produzido pelo IDEMA, em 2001 o município caiu para o 16º lugar na arrecadação do ICMS do estado. Mesmo assim esta ainda permanece como a principal receita do município, seguida do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (Tabela 02).

TABELA 02: Valor do Fundo de Participação dos Municípios e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, segundo os municípios.

MUNICÍPIO	ÁREA (KM²)	População	FPM (R\$)	ICMS (R\$)
Baía Formosa	250,1	7.821	1.597.658,50	1.761.867,00
Canguaretama	279,1	27.011	3.727.870,00	2.043.907,00
S. José Mipibu	293,1	34.912	4.260.423,00	1.137.180,00
Nísia Floresta	312,2	19.040	3.162.443,00	569.363,00
Tibau do Sul	103,7	7.749	1.551.075,00	379.381,00
Arez	115,4	11.323	2.393.393,00	2.418.968,00
Goianinha	179,9	17.661	3.019.997,00	898.934,00

Fonte: IDEMA, Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte, 2002.

A queda relativa na classificação dos municípios por arrecadação do ICMS, no entanto, não significa dizer que a receita proveniente desse imposto tenha sido reduzida no município. O que houve, na realidade, foi um crescimento no

número de municípios que passaram a ter o ICMS arrecadado, após um esforço desenvolvido nos últimos anos pela Secretaria de Estado da Tributação do Rio Grande do Norte – SET/RN.

Conforme apontam dados dos Anuários Estatísticos do RN dos anos de 2000 e de 2002, produzidos pelo IDEMA, em Baía Formosa a receita do ICMS passou, em 1999, de R\$ 1.448.145,00 para R\$ 1.761.867,00, em 2001, significando um aumento de 21,66 % no período (RIO GRANDE DO NORTE, 2000b e 2002a).

A grande maioria dos municípios potiguares, ao contrário de Baía Formosa, tem no FPM a base principal de sua receita, sendo o ICMS, em muitos casos, pouco significativo. Os dados da Tabela 02 podem servir de referência a essa afirmação. Os municípios ali listados que se situam em sua mesma microrregião – o Litoral Oriental –, conforme se pode observar, mesmos aqueles com populações bem maiores e áreas territoriais semelhantes às de Baía Formosa, apresentam receitas provenientes do ICMS bem inferior a do FPM. A única exceção é o município de Arez, cuja base de sua economia também se concentra na atividade canavieira e tem dentro de sua jurisdição territorial a Usina Estivas S.A., a maior empresa de açúcar e álcool do estado do Rio Grande do Norte. Diante disso, pode-se dizer que situação do município de Baía Formosa em termos de arrecadação de impostos é muito boa em relação à dos demais municípios do estado.

Apesar de representar atualmente uma incipiente fonte de receita para o município (Tabela 03), a partir de 1999 a cobrança do Imposto Sobre Serviços - ISS e do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, passaram a ser feitas, conforme informado pelo então Secretário Municipal de Finanças, Alves (2003), que assim declarou:

[...] era necessária a imediata implementação da cobrança desses impostos, que representam parte importante da receita própria do município, para a obtenção de recursos oriundos de convênios com a União, bem como para o credenciamento do município junto aos organismos multilaterais, como o BID, que somente liberam recursos, como, por exemplo, os do PRODETUR/NE, aos municípios que preencham requisitos como esse, além do que, apesar de pouco significativos na receita total, seu pagamento acostuma o cidadão a cumprir com suas obrigações sociais.

Essa experiência por ele vivenciada, quando eram iniciadas as cobranças desses impostos no município, pode servir de referência de como eram

consideradas, no âmbito da Administração Municipal, as questões relativas às receitas próprias do município. Até então, o ISS e o IPTU não eram cobrados, em que pese o município já dispor de um bom cadastro imobiliário, conforme foi apurado junto ao seu Setor do Patrimônio Municipal. Inquirido acerca de eventuais dificuldades para a implementação dessas medidas, Alves (2003) acrescentou:

Fizemos até uma campanha, inclusive com sorteios de brindes aos bons pagadores, com a finalidade de conscientizar a população dos benefícios que esses impostos iriam trazer para o município e como eles se revertem no bem comum, através da construção de escolas, de postos de saúde, de estradas, da pavimentação de ruas, da drenagem urbana, etc.

Fatos como esse servem de parâmetro para se perceber como fontes de receitas como o ISS e o IPTU têm sido negligenciadas pelos pequenos municípios da Região Nordeste que procuram contar apenas com aquelas oriundas do FPM e do ICMS, estas últimas quando existem em seus territórios indústrias instaladas.

Entretanto, o ISS e o IPTU podem se constituir em importantes fontes de receitas para os municípios nordestinos, mesmo os pequenos, quando neles a atividade turística esteja se desenvolvendo e diversos equipamentos turísticos como hotéis, pousadas, restaurantes, locadoras de veículos, dentre outros prestadores de serviços, estejam sendo instalados. Nos considerados *lugares turísticos*⁵, o valor dos imóveis, em curto prazo, apresenta altas de preços muito grandes, devendo os impostos a eles inerentes serem cobrados pelos municípios para o financiamento de suas obras de infraestrutura urbana.

Conforme se pode verificar na Tabela 03, a seguir, o ISS e, principalmente, o IPTU, são receitas ainda pouco significativas na atual arrecadação do município. Entretanto, elas podem ter um peso bem mais considerável na receita do município, caso sejam adotadas, pela Prefeitura Municipal, medidas mais efetivas para a cobrança desses impostos aos contribuintes, sem prejuízo da isenção que deve ser conferida aos carentes. Além disso, medidas complementares também

⁵ Segundo Cruz (2001), 'lugar turístico' é uma expressão utilizada tanto para se referir a lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos. O principal elemento que caracteriza o lugar turístico é o turista. Nenhum lugar turístico tem sentido por si mesmo, ou seja, fora do seu contexto cultural que promove sua valorização, em dado momento histórico.

devem ser tomadas de pronto, como, por exemplo, a atualização da Planta Genérica de Valores – PGV⁶.

TABELA 03: Receita Arrecadada de Baía Formosa em 2001, obtida do Tribunal de Contas do Estado - TCE.

RECEITA MUNICIPAL	VALORES EM R\$
IPTU	4.967,83
ISS	41.852,67
FPM	1.597.658,50
IPI	9.520,20
IPVA	37.345,87
ICMS	1.761.867,00
OUTRAS	768.141,65
RECEITAS DE CAPITAL	25.950,00
TOTAL	4.247.312,72

Fonte: IDEMA, Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte, 2002.

De outro modo, corroborando com o que afirmou o então Secretário de Finanças do município, os organismos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por exemplo, somente estão liberando recursos para programas por eles financiados aos municípios que não renunciem as suas receitas próprias, tanto é assim que para dotar os municípios de estruturas capazes de efetuar sua arrecadação, o BID vem destinando recursos para o fortalecimento institucional dos municípios, antes mesmo daqueles direcionados à implantação de projetos de infraestrutura urbana (PIMENTEL; PINHEIRO, 2000).

⁶ De acordo com o Anexo da Orientação Normativa 004 da Gerência de Área de Demarcação e Cadastramento da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, a Planta Genérica de Valores – PGV é a representação gráfica de uma localidade na escala conveniente, onde estão indicados os códigos de logradouros correspondentes aos valores de m² de terreno em moeda vigente, determinados em uma mesma data e segundo um padrão de comparação.

Mesmo diante disso, é importante ressaltar que o município apresenta um quadro de perspectivas difíceis e baixa remuneração salarial. O Anuário Estatístico do RN de 2002 revela que 43,53% dos chefes de domicílios do município ganham até um salário mínimo, 18,40% ganham até 2 salários mínimos, 20,70% ganham mais de 2 salários mínimos, e 17,37% não tem rendimentos. Segundo o IDEMA, existe uma alta concentração de terra, fator também revelado pelos indicadores sócio-econômicos do município (RIO GRANDE DO NORTE, 2002a).

Por sua vez, dados do Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE, relativos ao ano de 1998, indicam que 65% da população empregada formalmente possuía remuneração média mensal de até 2 salários mínimos e 39% das empresas existentes no município atuavam no setor de serviços gerando cerca de 50 empregos formais (PIMENTEL; PINHEIRO, 2000).

Em que pese apresentar dados tão desfavoráveis, a existência no município de atividades potencialmente geradoras de ocupação e renda, proporcionadas pela indústria canavieira de porte ali sediada, pela expansão da carcinicultura ora observada, especialmente em seu entorno, pela presença da pesca artesanal, atividade tradicionalmente ali desenvolvida e que pode ter os seus níveis de produção recuperados nos próximos anos, em face da prioridade dada ao setor pelo Governo Federal, e pelo crescimento do turismo na cidade, que já se começa observar, a situação pode ser revertida em breve tempo, caso sejam adotadas políticas públicas que, de fato, propiciem a inserção da população local nessas atividades.

No que se refere à educação, no município existem 8 pré-escolas, 11 escolas do primeiro grau e uma do segundo grau. Apesar disso, a taxa de analfabetismo chega a atingir 44,7% das pessoas com mais de 15 (quinze) anos, conforme dados do IDEMA de 2001, contidos na Proposta do Plano de Gestão do município. Já a taxa de alfabetização do município como um todo é de 69,20%, conforme consta no Anuário Estatístico do RN de 2002 do IDEMA, acima da taxa de 55,31% verificada em 1991.

Ainda segundo aquele Anuário, 8 das 12 escolas de primeiro e segundo graus do município localizam-se na zona urbana, sendo 2 estaduais, 4 municipais e 2 particulares. As 4 escolas restantes situam-se na zona rural, das quais 3 são municipais e uma é particular (RIO GRANDE DO NORTE, 2002a).

O Corpo Docente do município é formado por um total de 117 professores, que atuam na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio (Tabela 04).

TABELA 04: Corpo Docente por Dependência Administrativa, 2001, dados da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e do Desporto – SECD.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
TOTAL	20	84	13
FEDERAL	-	-	-
ESTADUAL	-	24	13
MUNICIPAL	15	56	-
PARTICULAR	5	4	-

FONTE: IDEMA, Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte, 2002.

Todavia, os dados obtidos nas Oficinas de Trabalho, realizadas por ocasião da elaboração da Proposta do Plano de Gestão Municipal, desenvolvido através do Convênio IDEMA/PMBF (Prefeitura Municipal de Baía Formosa), e que contou com a participação de membros dos diversos segmentos da população do município, apontam a insuficiência de salas de aulas, a falta de material didático e fardamento escolar, a necessidade de criação de cursos profissionalizantes e de reciclagem para os profissionais do magistério, a contratação de professores mais qualificados, entre os problemas mais graves existentes na cidade, que estão a merecer soluções mais imediatas (RIO GRANDE DO NORTE, 1998).

Quanto aos indicadores de saúde, o município é vinculado a rede hospitalar do Sistema Único de Saúde - SUS, dispondo de 7 estabelecimentos de saúde e 8 leitos, o que representa uma média de 0,977 leitos por mil habitantes, bem inferior, tanto a oferta de 4 leitos por mil habitantes, considerada a mais adequada para a prestação de serviços de saúde para a população pela Organização Mundial de Saúde - OMS, como em relação a média nacional no final do século XX, de 3,3 leitos por mil habitantes (JANNUZZI, 2001, p. 79 e 126). Os estabelecimentos existentes em Baía Formosa constituem-se de: 3 postos de saúde,

2 centros de saúde, uma unidade mista e um hospital (RIO GRANDE DO NORTE, 2001).

Conforme consta do documento *Gestão Ambientalmente Adequada de Resíduos Sólidos Municipais* elaborado pelo Conselho de Turismo do Pólo Costa das Dunas, em 1998 a taxa de mortalidade infantil em Baía Formosa ainda era muito alta, de 74,7 óbitos de crianças com até 1 ano para cada mil crianças nascidas vivas no ano, apesar de ter apresentado uma queda de 17,3% em 10 anos (PIMENTEL; PINHEIRO, 2000).

O documento acima referenciado, elaborado pelo Conselho de Turismo do Pólo Costa das Dunas aponta, ainda, que as principais causas de mortalidade infantil registradas em Baía Formosa são diarreias, infecções respiratórias e desnutrição (PIMENTEL; PINHEIRO, 2000).

Em 2003, segundo o Relatório do Sistema de Informação e Atenção Básica – SIAB da Secretaria Municipal de Saúde de Baía Formosa, das 166 crianças nascidas vivas, verificou-se óbito em 4 crianças com até 1 ano de idade, tendo, assim, essa taxa caído para 24,09, ficando abaixo das taxas do Brasil e do Rio Grande do Norte, registradas no ano 2000, que foram 29,6 e 47,9, respectivamente (INDICADORES..., 2003).

O pessoal ocupado em Baía Formosa nos estabelecimentos de saúde por tipo de profissão e que residiam no município em 2001, conforme dados do IDEMA eram: 18 agentes de saúde, 1 assistente social, 1 bioquímico, 3 dentistas, 2 enfermeiros, 1 fisioterapeuta, 4 médicos, 1 nutricionista e mais 13 outros profissionais de saúde.

Contudo, mesmo apresentando esse número de profissionais da área de saúde residente no município, foi identificado, durante as já referidas Oficinas de Trabalho realizadas quando da elaboração da Proposta do Plano de Gestão Municipal, que a prestação dos serviços de saúde à população de Baía Formosa é deficiente. A falta de ginecologistas, pediatras e dentistas, dentre outros profissionais de saúde, foi motivo de diversas queixas da população local que, ainda, apontou a insuficiência de equipamentos e medicamentos nos postos e centros de saúde e a distribuição desses últimos feita de forma discriminatória (atende prioritariamente as pessoas ligadas aos políticos), como ocorrências no cotidiano da cidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é 0,643 e a Esperança de Vida ao Nascer é de 66,774 anos, os quais refletem uma pequena

melhora nos índices sociais dos últimos anos, uma vez que em 1991 esses dados eram, respectivamente, 0,439 e 57,44 (RIO GRANDE DO NORTE, 2002b).

Em relação aos municípios circunvizinhos, a Tabela 05, a seguir, apresenta um comparativo que permite se verificar a evolução do IDH e de sua classificação em nível nacional e estadual, no período 1991 e 2000, de Baía Formosa e desses municípios:

TABELA 05: Comparativo do IDH, nos anos 2000 e 1991, de Baía Formosa e dos municípios circunvizinhos e a classificação estadual e nacional.

Municípios / Índices	Baía Formosa	Canguare tama	Pedro Velho	Vila Flor	Tibau do Sul	Goianinha
IDH 2000	0,643	0,600	0,626	0,639	0,655	0,651
IDH 1991	0,439	0,488	0,532	0,497	0,504	0,504
Classificação RN	57	133	95	67	44	50
Classificação Brasil	3.865	4.671	4.200	3.953	3.691	3.765

Fonte: Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000, PNUD, 2003.

Portanto, comparando com os municípios circunvizinhos constata-se que o IDH de Baía Formosa no ano 2000 teve um aumento um pouco maior que os demais. No entanto, esse IDH de 0,643 ainda coloca o município com índice bem abaixo da média nacional de 0,747, registrada no fim do século XX, devendo ser considerado que o Brasil ainda situa-se entre os países de médio nível de Desenvolvimento Humano (IDH entre 0,5 e 0,8) (JANNUZZI, 2001, p. 121 e 126).

Observa-se, de outro modo, que em termos estaduais o município ocupa, em 2000, o 57º lugar no mapa estadual do IDH, posição intermediária considerando que o Rio Grande do Norte tem 167 municípios, porém é o 3.865º colocado entre os cerca de 5.500 municípios brasileiros, denotando uma baixa qualidade de vida de sua população.

De outro modo, recente trabalho de pesquisa sob o título *Atlas da Exclusão Social no Brasil – 2*, desenvolvido por pesquisadores das Universidades de

São Paulo (USP), de Campinas (UNICAMP) e Pontifícia Universidade Católica (PUC), que foi notícia na edição do jornal Tribuna do Norte, do dia 25/05/2003, mostra que o índice de exclusão social do Rio Grande do Norte tem aumentado ao longo das últimas quatro décadas (era de 0,289 em 1960; 0,316 em 1980; e 0,386 em 2000). Ressalte-se que quanto menor o índice, mais grave o problema. No sentido contrário o índice de exclusão do Brasil diminuiu nas últimas duas décadas do século XX, de 0,574 para 0,527. Apesar dessa melhoria, o Rio Grande do Norte ainda apresenta índice menor do que a média nacional, mesmo tendo passado, na virada do século, para o 13º entre os 27 estados pesquisados, e obtido a melhor classificação entre os estados do Nordeste.

Este índice foi obtido pelos pesquisadores, levando em conta, principalmente, os números do Censo do IBGE, dividindo-os em três dimensões formados por sete itens: Vida Digna (pobreza, emprego e desigualdade); Conhecimento (alfabetização e escolaridade); e Vulnerabilidade Juvenil (juventude e violência). Enquanto que na média nacional os únicos itens que apresentaram resultado positivo foram os de alfabetização e juventude, no Rio Grande do Norte houve avanço nos índices de escolaridade, emprego, pobreza, alfabetização, juventude e violência. A única queda registrada foi no item desigualdade.

Ainda segundo essa pesquisa, dentre os municípios potiguares, Natal ocupa o primeiro lugar do ranking, com índice de exclusão social de 0,595, seguido de Parnamirim e Mossoró, com índices de 0,538 e 0,479 respectivamente. O município de Baía Formosa surpreende ficando na sexta colocação, logo atrás de Maxaranguape.

No entanto, segundo os professores Francisco Nabuco e Flávio Aguiar, do Departamento de Economia da UFRN, a melhoria na inclusão social observada no Rio Grande do Norte se deve ao relativo crescimento econômico experimentado pelo estado no período, baseado em diversos pilares, como o desenvolvimento das exportações e do turismo, alertando que é preciso que esse crescimento realmente se sustente em vários ramos de atividade e não só na *bola da vez*, ou seja, naquele que está em evidência. Para esses professores, o desenvolvimento só não foi maior devido à falta de um melhor planejamento governamental. Para eles, não houve preocupação dos governantes em criar políticas públicas de incentivo à economia.

Quanto a infra-estrutura e serviços do município de Baía Formosa, os índices a seguir revelam um quadro de deficiência, os quais não atendem as

necessidades básicas de sua população. Baía Formosa classifica-se nos seguintes lugares, entre os municípios do estado, segundo estudos feitos pelo IDEMA: Educação, 70º lugar; Saúde, 106º; Abastecimento d'água, 4º; Telecomunicações, 69º; e Energia, 11º. Um percentual de 59,2% dos domicílios particulares possui abastecimento d'água inadequado (sem canalização interna) e 13,4% das residências urbanas e 65,1% das residências rurais não tem coleta de lixo (RIO GRANDE DO NORTE, 2001).

Ainda de conformidade com o documento *Gestão Ambientalmente Adequada de Resíduos Sólidos Municipais*, produzido em 2000 pelo *Conselho de Turismo do Pólo Costa das Dunas*, em Baía Formosa são geradas 2 toneladas de lixo por dia, das quais 80% dessa quantidade é coletada. O percentual da população atendida por esse serviço, que é realizado pela Prefeitura, é de 80%.

Ao município também cabe a responsabilidade da destinação final do lixo. O destino final de grande parte do lixo coletado, inclusive o lixo hospitalar, é o *Lixão Pau Ferro* (Figuras 16 e 17), situado a apenas 4 km da sede do município. O local, utilizado há 10 anos como lixão, ocupa uma área de 4 ha em terreno de baixa declividade, sem áreas sujeitas à erosão ou inundações e apresentando um coeficiente de permeabilidade próximo ao da areia. Com relação à proximidade dos recursos hídricos da região, dista apenas 5 km da lagoa mais próxima e 7 km do Rio da Bomba. Não existe qualquer sistema de proteção ou isolamento da área do lixão (PIMENTEL; PINHEIRO, 2000).

Além do lixão, outros meios utilizados como destinação final pela população são: terrenos baldios, queima a céu aberto e lançamento nas encostas. Outro problema identificado no município tem sido o lixo de embarcações, tais como sacos, garrafas, isopor, embalagens de óleo, redes de pesca, etc.

Quanto ao abastecimento de água e esgotamento sanitário do município, dados do IDEMA, do ano 2000, mostram que dos 1.739 domicílios existentes em Baía Formosa, 1.435 situavam-se na zona urbana e 304 na zona rural. Um total de 1.588 desses domicílios recebia abastecimento d'água pela rede geral, 105 de poços ou nascentes e 46 de outras fontes. Quanto ao esgotamento sanitário o quadro é muito desfavorável, uma vez que somente 22 domicílios integravam a rede coletora de esgotos, 1.535 unidades tinham fossa, 97 valas e as 85 restantes não tinham sequer banheiros ou sanitários (RIO GRANDE DO NORTE, 2001).



FIGURA 16: *Lixão Pau Ferro*, local onde é depositada a maior parte do lixo coletado na cidade. Observe a existência de culturas de milho e de coco-da-baía no mesmo local do lixão.

Fonte: Carlos José, 2003.



FIGURA 17: Outra vista do *Lixão Pau Ferro*. Repare que há também a existência de mandioca plantada no meio do lixão.

Fonte: Carlos José, 2003.

Essa situação do esgotamento sanitário da cidade de Baía Formosa se reflete diretamente nos baixos índices de saúde ali verificados, bem como começa a comprometer pontos importantes da paisagem da cidade, uma vez que já é visível o esgoto correndo a céu aberto nas ruas (Figura 18), como também desaguando nas praias, como na Praia do Porto (Figura 19), com conseqüências que poderão ser danosas a balneabilidade de suas águas.



FIGURA 18: Vista de uma rua da cidade onde se pode observar o esgoto correndo em uma canaleta a céu aberto. Essa canaleta se interliga a outras que confluem para uma *galeria* feita pela Prefeitura que deságua na Praia do Porto.

Fonte: Carlos José, 2003.



FIGURA 19: Vista do desaguadouro da *galeria* de esgotos na Praia do Porto, que por esse motivo pode se tornar poluída e imprópria para o banho de mar.
Fonte: Carlos José, 2003.

Dessa forma, embora apresente um quadro que não foge do perfil da maioria dos municípios norte-rio-grandenses, Baía Formosa chega a ocupar no ranking geral do índice de desenvolvimento sócio-econômico, o 29º (vigésimo nono) lugar dentre os 167 municípios existentes no estado (RIO GRANDE DO NORTE, 2001).

2.4 Políticas públicas e suas interferências na expansão urbana da sede do município de Baía Formosa.

Como ressaltado por Lojkine (apud MARCELINO 1999), a pouca eficácia do Estado em agir como regulador, normatizador, ao mesmo tempo em que é produtor do espaço, tem contribuído para acentuar as contradições entre a socialização de sua produção e a sua apropriação privada.

Marcelino (1999), quando se refere ao Rio Grande do Norte nessa questão, destaca que a inexistência, no estágio atual, de um quadro de políticas públicas bem definidas, que abranjam os diversos setores das atividades sociais e econômicas, torna o papel do Estado de regulador e normatizador ainda mais comprometido.

Conforme pesquisa feita na legislação municipal de Baía Formosa, verificou-se que os instrumentos legais de regulação do uso e ocupação do solo existentes no município são insuficientes para o atendimento às mediações que são necessárias, em face da dinâmica intra-urbana que produz/reproduz as desigualdades sociais traduzidas pela segregação e pela espoliação urbana presentes nas cidades contemporâneas dos países capitalistas.

A Lei Orgânica do município, de 05/04/90, e o Código Tributário Municipal, Lei n.º 69/77, são os únicos dispositivos que contém prescrições, mesmo que de caráter muito superficial, acerca da regulação do uso e ocupação do solo urbano da cidade. Mesmo assim, o Código Tributário é antigo e desatualizado, necessitando ser revisto, tendo em vista as novas prescrições impostas pelas atualizações dos normativos federais e estaduais que regem a matéria, enquanto que a Lei Orgânica estabelece critérios muito genéricos a respeito da regularização do uso do solo urbano e rural.

O município não dispõe de Plano Diretor nem de Código de Obras, o que facilita o uso indevido e a ocupação desordenada do solo urbano, trazendo, em consequência, sérios danos ambientais pela utilização de áreas que integram seus vulneráveis ecossistemas, como as bordas das falésias, os campos dunares, os manguezais, as áreas de praia, e as áreas de mata atlântica contidas na Mata Estrela, além de provocar o adensamento do tecido urbano, causado pelas altas de

taxas de ocupação dos terrenos, pela inobservância a recuos frontais e laterais nas construções e a dimensões mínimas no parcelamento dos lotes, entre outros fatores.

A ausência desses dispositivos no município é, em parte, suprida por dispositivos da legislação estadual, como a Lei N.º 6.950, de 20.08.96, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (RIO GRANDE DO NORTE, 1996), e a Lei N.º 7.872, de 20.07.2000, que trata do Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte (RIO GRANDE DO NORTE, 2000a), além de instrumentos da legislação federal como a Lei N.º 7.661, de 30.09.88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (BRASIL, 1988) e a Lei N.º 10.257, de 10.07.2001, conhecida como Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001b), que estabelece diretrizes gerais da política urbana no país, entre outros normativos vigentes.

Entretanto, não bastam somente os dispositivos normativos para que a organização socioespacial da cidade se efetive de forma a promover a justiça social e a cidadania e, em consequência, a melhoria da qualidade de vida de sua população. É necessário que o Poder Público local assegure os direitos urbanos a todo cidadão, observe o princípio constitucional da submissão da propriedade à sua função social, e promova a gestão democrática da cidade, em consonância com os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade.

O município é um dos 16 (dezesesseis) que integram o Pólo de Turismo Costa das Dunas⁷, programa que objetiva, de forma estratégica, a integração da cadeia turística com outros elos da economia e colocar a Região Nordeste como destino turístico consolidado de brasileiros e estrangeiros, em consonância com as políticas de investimentos propostas pelos Governos Federal e Estadual que priorizam a atividade turística como mola propulsora do desenvolvimento dessa Região, sendo os recursos oriundos do BID, com contrapartida dos Governos Federal e Estadual. O agente financeiro do programa é o Banco do Nordeste do Brasil, que é a instituição responsável pelo seu gerenciamento.

Na primeira fase do PRODETUR/NE, chamada de PRODETUR I, somente 06 (seis) municípios do Pólo Costa das Dunas foram contemplados,

⁷ O Pólo de Turismo Costa das Dunas faz parte do Programa Pólos de Desenvolvimento Integrado do Turismo, criado pelo Banco do Nordeste para dar complementaridade ao PRODETUR/NE. Fazem parte do Pólo Costa das Dunas os municípios de Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará-Mirim, Extremoz, Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Arêz, Tibau do Sul, Canguaretama e Baía Formosa.

especialmente com investimentos em infra-estrutura de serviços públicos, tendo o município de Baía Formosa ficado de fora dessa fase. No PRODETUR II, segunda fase do Programa, o município somente receberá investimentos para as áreas de fortalecimento institucional, elaboração de base cartográfica e do Plano Diretor Municipal.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa das Dunas – PDITS (RIO GRANDE DO NORTE, 2003b), documento elaborado em maio de 2003, que apresenta as principais considerações sobre os investimentos realizados no PRODETUR I, seus impactos positivos e negativos, um diagnóstico da situação atual e propostas das ações a serem contempladas no âmbito do PRODETUR II, por município da Área de Planejamento, pertencente ao Pólo Costa das Dunas, os investimentos necessários à consolidação das intervenções previstas para esse Pólo, no âmbito do PRODETUR II, perfazem U\$ 64.508.000 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e oito mil dólares).

Nesse total, não há previsão nos itens sistema de esgotamento sanitário, urbanização de praias, proteção e conservação de recursos naturais, para o município de Baía Formosa, sendo, ainda, silente quanto à implantação de aterros sanitários na cidade.

O município Baía Formosa não dispõe de receitas próprias que possam viabilizar sua realização e sua ausência entre os municípios beneficiários dos recursos do PRODETUR II certamente dificultará a implantação de obras de infra-estrutura urbana indispensáveis à organização socioespacial da cidade, além de tornar ainda mais complicado o processo de expansão urbana da cidade que já se apresenta como de difícil solução.

Em que pese o turismo no município ser, ainda, uma atividade incipiente, Baía Formosa apresenta potencial para o desenvolvimento de um turismo diferenciado dos demais, em razão da presença da Mata Estrela e dos vários outros ecossistemas ali existentes, o que lhe confere singularidade, além da exuberância de suas paisagens de rara beleza. O ecoturismo e o turismo voltado para a aventura (surf, esportes náuticos e radicais, e de integração com a natureza) são formas diversificadas dessa atividade que podem ser desenvolvidas no município, em face das características que lhe são muito próprias (Figura 20).

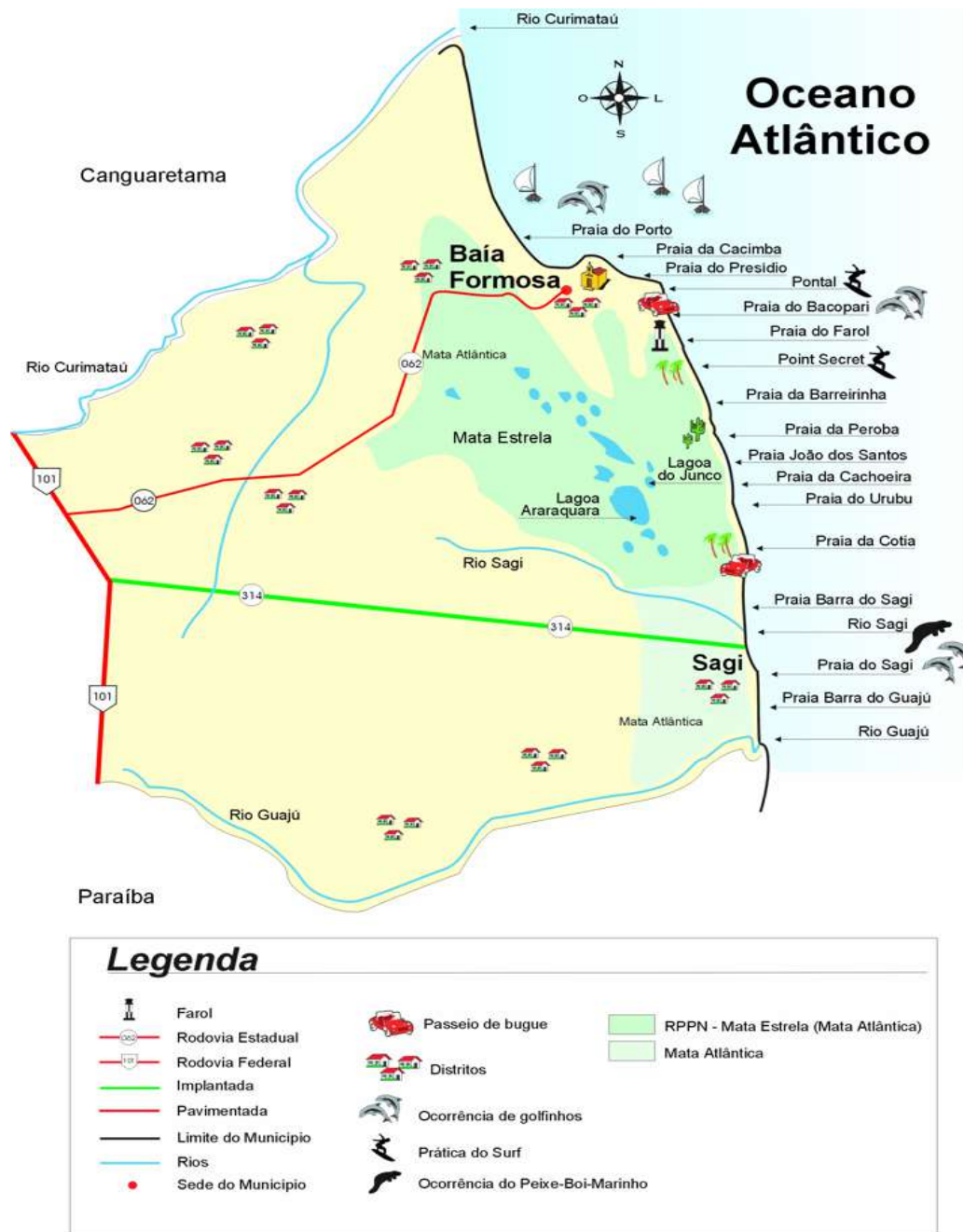


FIGURA 20: Mapa Turístico de Baía Formosa, onde estão destacadas as praias, os povoados, a Mata Estrela com suas lagoas, a ocorrência de golfinhos e do Peixe-Boi-Marinho, os locais para prática do Surf e os principais acessos.

Fonte: Medeiros e Feijó, 2000.

Apesar de ainda discreto, já se observa o crescimento da atividade turística e de lazer no município, o que pode ser comprovado pelo aumento no número de pousadas, hotéis e demais equipamentos turísticos e de lazer que surgiram nos últimos anos, e pela constatação de que existem dias na semana em que há uma maior circulação de turistas e pessoas de fora da cidade. No entanto, sua infra-estrutura turística é, ainda, muito modesta. Baía Formosa não dispõe de equipamentos turísticos de qualidade que atendam adequadamente aos turistas mais exigentes, sendo os mesmos dotados de estrutura simples, estando as mais estruturadas na Praia de Bacopari (MEDEIROS; FEIJÓ, 2000).

Segundo o *Inventário dos Equipamentos Turísticos do RN 2002*, elaborado pelo Serviço de Apoio à Micro e Média Empresas do Rio Grande do Norte – SEBRAE/RN, em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, Baía Formosa dispõe de apenas 8 equipamentos de hospedagem, sendo 1 hotel, 6 pousadas e 1 albergue, totalizando 72 uh's (unidades habitacionais), com 181 leitos disponíveis, gerando esses equipamentos 111 empregos diretos e indiretos.

O mesmo documento aponta que os equipamentos de alimentação totalizam 36 unidades, os quais geram 247 empregos diretos e indiretos, e que são 11 os equipamentos de entretenimento, com 90 empregos diretos e indiretos gerados. Indica, ainda, que não foi cadastrado nenhum equipamento de locadora e agenciamento no município.

Ao comentar sobre os equipamentos de alimentação Medeiros e Feijó (2000, p. 49), assim se referem:

O município possui um número reduzido de estabelecimentos no setor de alimentação, contando com bares e restaurantes que, em sua maioria, funcionam de forma rudimentar, oferecendo pratos simples e baseados em frutos do mar.

Apesar da inexistência na localidade de um serviço especializado em passeios de barcos, o município tem tradição nessa atividade, que é desenvolvida desde tempos imemoriais pelos pescadores e moradores do lugar. O fato de a cidade de Baía Formosa situar-se na beira do mar debruçada sobre uma baía de águas mansas tendo ao fundo o cenário deslumbrante da mata virgem, das dunas e das falésias, levou seus habitantes e os antigos veranistas, moradores dos

arredores, a desfrutar desse lazer utilizando as mesmas embarcações usadas para a atividade da pesca artesanal tão comum na localidade (Figura 21).



FIGURA 21: Vista das embarcações de pesca na praia do Porto, que também são utilizadas nos passeios de barcos.

Fonte: Carlos José, 2003.

Os passeios incluem visitas aos arrecifes, conhecidos localmente como parrachos, e se estendem ao longo do litoral, tanto para o norte, na direção do estuário do Curimataú, como para o sul, em direção a barra do rio Guaju, na localidade de Sagi. Esses passeios propiciam ao espectador além de uma visão, sob ângulo do mar, das belas paisagens naturais do estuário e das diversas praias do município, muitas das quais desabitadas, a oportunidade de apreciar o espetáculo dos golfinhos que nadam junto às embarcações. Baía Formosa se constitui num habitat dos mais procurados pelos golfinhos, em virtude da presença de cardumes de atuns e tainhas, alimentos preferidos desses mamíferos marinhos (MEDEIROS; FEIJÓ, 2000).

Outro atrativo muito apreciado pelos turistas que visitam o município é o passeio de bugre, realizado ao longo de 18 km de praias quase que desertas. As

dunas, riachos, lagoas, coqueirais e, principalmente, a Mata Estrela, servem de cenário para este tipo de passeio (MEDEIROS; FEIJÓ, 2000).

Face apresentar um conjunto de atrativos naturais tão diversificado, que é proporcionado por características físicas e condições climáticas que lhe são muito próprias, e por dispor, em seu território, de atividades potencialmente geradoras de ocupação e renda, como a indústria canavieira, a pesca e o turismo, o município de Baía Formosa, mesmo diante das atuais condições adversas no seu perfil sócio-econômico, se insere dentre aqueles em que a melhoria da qualidade de vida de sua população e o seu desenvolvimento econômico e social pode ocorrer em breve tempo, desde que as políticas públicas empreendidas pelos gestores locais estejam, de fato, sintonizadas com os interesses da coletividade.

O estabelecimento de parcerias com entidades públicas, privadas e organizações não governamentais, o compartilhamento das decisões do governo local com os distintos setores de sua comunidade, a articulação entre as diversas instâncias para a convergência de ações com o envolvimento da sociedade, se forem observadas pelos gestores locais, poderão conduzir a que o desafio atual de gestão das cidades seja superado, podendo isso representar os verdadeiros anseios de sua população.

Diretrizes como essas terão influência direta no processo de expansão urbana da cidade de Baía Formosa, levando-o a que seja ao mesmo tempo participativo e distributivo, dentro de uma nova perspectiva, na qual se proporcione a repartição dos benefícios da cidade a toda sua população.

3 UMA ABORDAGEM SOBRE A QUESTÃO URBANA E SEUS REFLEXOS NA CIDADE DE BAÍA FORMOSA

3 UMA ABORDAGEM SOBRE A QUESTÃO URBANA E SEUS REFLEXOS NA CIDADE DE BAÍA FORMOSA.

O processo de urbanização e o fenômeno do deslocamento das populações para as zonas costeiras verificados no mundo contemporâneo, as questões teóricas do Urbanismo, do Planejamento Urbano e da realidade da sociedade urbana contemporânea (reflexão urbanística vinculada à prática social), com suas interferências no processo socioespacial de formação e (re)construção das cidades, bem como a influência do turismo nessa questão, correlacionados à problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa, são assuntos abordados neste capítulo.

3.1 O processo de Urbanização e o Fenômeno do Deslocamento das Populações para as Zonas Costeiras no Brasil e no Mundo.

Segundo Santos (1997), até 1750 o crescimento da população mundial não era significativo. O Planeta contava então com quinhentos e quarenta e cinco milhões de habitantes. Em apenas um século a população mundial dobrou, voltando a ser duplicada em 1950, quando atinge a dois bilhões e quatrocentos milhões de pessoas. *“Daí para cá, a aceleração se torna prodigiosa”* (SANTOS, 1997, p. 39). Atualmente esse contingente populacional já ultrapassou a marca de seis bilhões de pessoas.

A partir da Revolução Industrial e mais acentuadamente nos últimos 50 anos um fator vem se destacando nesse processo, a heterogeneidade do espaço habitado. Ou seja, o crescimento da população é desigual nas diversas porções de território ocupadas pelo ser humano, *“seja em termos da distribuição numérica entre continentes e países (e também dentro destes), seja em termos de sua evolução”* (SANTOS, 1997, p. 40).

Um fenômeno tem sido notório na repartição geográfica da população na sociedade contemporânea: a urbanização. De acordo com Santos (1997, p. 41):

[...] tomando o Planeta como um todo, a população considerada urbana representava apenas 1,7% do total nos inícios do século XIX, em 1950, tal percentagem era de 21%, percentagem que passa para 25% em 1960, 37,4% em 1970 e cerca de 41,5% em 1980.

Nos países ditos subdesenvolvidos o processo de urbanização tem sido avassalador. Suas taxas de urbanização estão bem acima das dos países desenvolvidos (SANTOS, 1997).

Embora vários estudiosos tenham entendimentos diversos sobre o que é urbanização, no presente trabalho será adotado o conceito dado por Castells (2000, p.46). Segundo ele:

O termo urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana.

Relatório da UNESCO, datado de 1985, advertia que por volta do ano 2000, quando metade dos 6 bilhões de humanos estaria concentrada nas áreas urbanas, das 60 cidades com mais de 5 milhões de habitantes, 47 estariam situadas no Terceiro Mundo. Estes dados foram confirmados em larga medida. A proliferação de grandes cidades foi surpreendente nos países pobres. Atualmente, das 21 maiores cidades do mundo, 16 estão no Terceiro Mundo, e somente 5 estão situadas nos países centrais, e a tendência é de que até 2015, somente 4 das 23 cidades mais populosas do Planeta estejam situadas nos países desenvolvidos.

As conseqüências do fenômeno são tão preocupantes que, atentos ao fato de que no ano 2050 estimar-se que a taxa de urbanização mundial será de 65%, entidades brasileiras e internacionais assinaram em 2003 a *Carta Mundial pelo Direito à Cidade*, no Fórum Mundial Social, realizado em Porto Alegre/RS (DAIBERT; SALVARANI, 2003).

O documento segue a linha da Agenda Habitat, aprovada por todos os governos nacionais participantes da Conferência Internacional Habitat II, em junho de 1996 em Istambul, na Turquia, e é essencialmente voltado ao direito à cidade,

interligado e interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente. Ou seja, inclui os direitos a terra, aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente sadio, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer, à informação, à liberdade de reunião e organização, o respeito às minorias e as pluralidades étnica, sexual e cultural, o respeito aos imigrantes e a garantia da preservação da herança histórica e cultural, todos problemas inerentes ao fenômeno da urbanização (DAIBERT; SALVARANI, 2003).

O Brasil é um país que, além de ter experimentado um acelerado processo de expansão de sua população, com altas taxas de crescimento demográfico - passou de cerca de noventa milhões de habitantes em 1970 para cerca de cento e setenta milhões em 2000, segundo Censo IBGE 2000 – é também um país em acelerada urbanização (MORAES, 1999).

Enquanto sua população total quase que dobrou, sua população urbana praticamente foi multiplicada por três e meio nesse mesmo período. Em 1970 a população urbana do país já era de 56,80%, ou seja, mais da metade de sua população total, atingindo, em 2000, o percentual de 81,25% (IBGE, 2000a), o que significa dizer que atualmente quatro em cada cinco brasileiros vivem nas cidades, colocando o Brasil como sendo hoje um dos países mais urbanizados do mundo.

O processo de urbanização experimentado por uma sociedade e um território não traz só mudanças de ordem quantitativas, mas também qualitativas. O meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos seres humanos. A paisagem cultural substitui a paisagem natural, e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo (SANTOS, 1997).

Esse processo de urbanização observado no mundo contemporâneo vem acompanhado de um outro, que é o deslocamento das populações para as regiões costeiras. Isto se deve a importância estratégica ímpar reassumida na atualidade por esses espaços.

Em primeiro lugar, a localização à beira mar é a mais adequada para a instalação das bases terrestres dos fluxos oceânicos cada vez mais intensos no mundo contemporâneo, devido a maior proximidade dos pontos de emissão e recepção de produtos e insumos nos continentes, significando isso redução nos seus custos finais. Por este motivo, as instalações portuárias e os parques

industriais dependentes de insumos externos ou cuja produção seja majoritariamente voltada para a exportação, prioritariamente, são assentados nessas áreas. Isto acarreta o fato da existência de grandes conglomerados industriais na zona costeira de vários países, o que, por sua vez, já explica em parte a concentração populacional presente nessas áreas (PROJETO..., 2002).

Ainda segundo aquele documento (PROJETO..., 2002, p. 7),

Em todo o globo, o litoral tende a apresentar índices de densidade demográfica mais elevados que os espaços da hinterlândia, tendência que é reforçada em países de formação colonial - como o Brasil - onde a ocupação do território ocorreu no sentido da costa para o interior. Assim, seguindo o padrão internacional, o território brasileiro apresenta significativa concentração populacional e de atividades produtivas na zona costeira, com uma densa rede de cidades espalhadas pelo seu vasto litoral. Cerca de um terço da população brasileira habita a beira-mar e quase metade reside a menos de 200 quilômetros da costa, onde também estão localizadas as mais importantes instalações industriais do país.

Outro significativo fator do valor estratégico que as regiões costeiras hoje representam é que o litoral vem adquirindo crescente importância no mundo como espaço de lazer e recreação, sendo o principal destino dos fluxos turísticos contemporâneos, considerando que o turismo é a atividade que vem apresentando os maiores índices de crescimento nas últimas décadas em todo o Planeta.

Rodrigues (1997, p. 17) destaca o crescimento do turismo ao afirmar:

O turismo ocupa hoje papel relevante na economia mundial, situando-se entre os três maiores produtos geradores de riqueza – 6% do PNB global – só perdendo para a indústria de armamentos e de petróleo.

Tudo isso leva a considerar que as regiões costeiras cada vez mais vêm se constituindo em áreas de grande importância, pois, de acordo com Hansom (apud DINIZ, 2002, p.1), “Atualmente cerca de 2/3 da população mundial vive ao longo da linha de costa”.

No Brasil, onde uma parcela significativa de sua população vive nos municípios costeiros, existem grandes aglomerações no litoral e também zonas de quase ausência de cidades significativas. Assim, vale destacar que cinco – Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e Rio de Janeiro - das nove regiões metropolitanas

brasileiras se localizam na zona costeira, agregando cerca de 15% da população total do país. Além das metrópoles, localiza-se na zona costeira um número significativo de cidades grandes com populações próximas ou acima de 500.000 habitantes, como Natal, por exemplo, e um número ainda maior de cidades médias com mais de 100.000 habitantes, tais como Rio Grande, Florianópolis, Paranaguá, Guarujá, Campos, Ilhéus, Parnaíba e Macapá (MORAES, 1999).

O restante do litoral brasileiro, até bem recente, era caracterizado por extensões de terras inexploradas ou de densidade de ocupação bastante rarefeita. A partir da década de sessenta, no entanto, inicia-se um rápido processo de expansão do povoamento na zona litorânea, com a construção das casas de veraneio, as chamadas segundas residências, e da instalação de grandes projetos industriais associados a atividades portuárias (Pecém e Suape, por exemplo). Consolida-se assim, a urbanização do litoral como um processo contemporâneo ainda um curso na atualidade. Em qualquer quadrante da costa brasileira encontram-se exemplos de expansão contínua da malha urbana sobre os espaços praianos (MORAES, 1999).

A velocidade do processo de urbanização do Brasil não é acompanhada, nem de longe, pelo seu planejamento urbano, resultando na produção de um espaço urbano caótico, onde as ações dos planejadores visam muito mais sanar os problemas dos assentamentos já estabelecidos do que estabelecer ações diretivas na produção desses espaços (MORAES, 1999).

Decorre daí que as carências urbanas se avolumam na velocidade do ritmo observado de crescimento populacional urbanizado. Ou seja, cada dia mais as deficiências de coleta de lixo, esgotamento sanitário, abastecimento de água, transporte urbano, habitação, drenagem urbana, etc., tornam-se maiores nos aglomerados urbanos brasileiros (MORAES, 1999).

Ainda segundo Moraes (1999, p. 61):

Obviamente, os extremados variados níveis de renda vão comandar a hierarquização das demandas, fazendo com que as classes menos favorecidas da população vivam no meio urbano à margem dos serviços públicos fundamentais. Os efeitos de degradação ambiental daí resultantes são imensos, levando a níveis baixíssimos de qualidade de vida.

Essa situação também se manifesta na urbanização da zona litorânea, só que agravada por uma maior velocidade no processo nessa zona e pelo alto nível de vulnerabilidade dos ecossistemas costeiros.

O veloz avanço das fronteiras urbanas sobre seus entornos imediatos na zona costeira requer uma premente ação planejadora, seja o planejamento preventivo, atuando em áreas de ainda baixa densidade de ocupação, seja o corretivo, para buscar remédios para os problemas já existentes. As segundas residências, o turismo e a concentração de atividades econômicas levam a um rápido e descontrolado consumo do solo nos espaços litorâneos brasileiros, justificando a prioridade que deve ser dada ao planejamento do uso do solo urbano nesse espaço.

No litoral do Nordeste, especialmente entre os estados do Ceará e de Sergipe, trecho que apresenta um padrão de ocupação entre os mais altos do país, com conseqüente pressão por espaços, essa preocupação é ainda maior, reforçada pelo fato de tanto os indicadores econômicos como os sociais ali verificados determinarem uma ação mais imediata. Se por um lado o crescimento populacional é maior nas zonas costeiras desses estados, o PIB e o IDH, de seus municípios litorâneos (excetuando-se os das capitais dos estados) são menores do que a média nacional (MORAES, 1999).

Apesar de ser grande a variedade na magnitude das sedes urbanas de cada município neste trecho do litoral nordestino, o que, grosso modo, não permitiria considerar de imediato o nível de urbanização do litoral de cada estado, sua densidade média costeira contínua se mostra com uma das mais altas do país, bem acima da média nacional (MORAES, 1999).

O Rio Grande do Norte, a exemplo dos demais estados nordestinos considerados no trecho acima referido, tem a densidade demográfica total do estado bem menor do que a densidade demográfica do conjunto dos municípios litorâneos, 52 e 317 habitantes/km², respectivamente, segundo dados do Censo 2000 do IBGE, enquanto que seus PIB *per capita* e IDH eram, em 1990, U\$ 1.023 e 0,516 (MORAES, 1999), revelando-se perversamente mais baixos do que a média nacional, cujos valores no fim do século XX já eram de U\$ 6.625 e 0,747, respectivamente (JANNUZZI, 2001).

Um recorte no Litoral Oriental do Rio Grande do Norte permite verificar que os problemas se ampliam, em função de ser esta a região do estado mais

submetida a um processo de adensamento populacional causado, em princípio, pela proliferação das segundas residências (casas de veraneio), processo iniciado em fins da década de sessenta, em seguida, pela implantação de diversificadas atividades econômicas e também pela expansão do turismo, atividade que vem recebendo fortes incentivos do PRODETUR, e de outros programas governamentais, e, mais recentemente, pela explosão da carcinicultura, a criação de camarões em cativeiro, cujos atraentes preços no mercado internacional induz a uma procura desenfreada pelo desenvolvimento dessa atividade, cuja região se revela como a mais propícia.

A cidade de Baía Formosa, como antes visto, está situada justamente nessa microrregião onde as taxas médias anuais de crescimento populacional verificadas no período 1991-2000 em diversos municípios foram muito grandes, e onde a pressão do turismo e de outras atividades econômicas por demanda de espaços a cada dia mais está aumentando, o que leva a considerar a possibilidade de que os problemas acima relatados muito em breve deverão nela ser acentuados, podendo exercer, em conseqüência, forte influência sobre sua organização socioespacial. Este é o problema que a cidade de Baía Formosa já começa a enfrentar e que, desse modo, irá se agravar. Como crescer, sem comprometer as qualidades socioeconômicas e ambientais do lugar, é o seu grande desafio.

3.2 O Planejamento Urbano e a prática social da sociedade local como instrumentos de (re)produção do espaço na cidade de Baía Formosa.

Como visto, tem sido verificado, nos últimos anos, um veloz avanço das fronteiras urbanas sobre seus entornos imediatos, especialmente na zona costeira do Brasil, o que requer uma ampliação da tomada de consciência do problema e uma urgente ação planejadora.

Também foi visto que a velocidade do processo de urbanização não é acompanhada, nem de longe, pelo planejamento urbano, resultando na produção de

um espaço urbano caótico, o que sugere a necessidade de uma reflexão acerca da problemática urbana e sobre os modelos urbanísticos ora praticados e idealizados.

Segundo Lefebvre (2001), é incontestável que o ponto de partida para a *problemática urbana* é o processo de industrialização, motor indutor das transformações na sociedade, sendo conseqüências os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à *cultura*.

Desde a Revolução Industrial todo o Mundo Ocidental passou a experimentar um acelerado processo de urbanização, que veio acompanhado de todas as mazelas causadas pelo impressionante crescimento demográfico que as cidades passaram a ter desde então. O que significa, em última análise, dizer que a sociedade industrial é urbana.

Foi na tentativa de resolver os problemas causados pela expansão da sociedade industrial que surgiu, em fins do século XIX, o Urbanismo, *“uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica”* (CHOAY, 2002, p. 2).

O Urbanismo surgia, portanto, preocupado em resolver um problema, o planejamento da cidade maquinista, questão essa que se colocava bem antes de sua criação, a partir das primeiras décadas do século XIX, quando a sociedade industrial começava a tomar consciência de si e a questionar suas realizações (CHOAY, 2002).

Na obra *Cidade, Povo e Nação: Gênese do Urbanismo Moderno*, Ribeiro e Pechman (1996, p. 16) mostram a preocupação trazida pela questão urbana no início do século XX, ao afirmar:

[...] entre os anos de 1900-1910, a cidade é transformada em objeto global de saber e intervenção. As palavras ou expressões urbanismo, city planning ou ciência da cidade começam a ser utilizadas na França, Inglaterra e nos Estados Unidos. Período que precede em 10 anos o surgimento da Ecologia Humana na chamada Escola de Chicago. Os países industrializados adotam medidas que instauram uma nova prática administrativa no que concerne à gestão da cidade: na Inglaterra, o Housing and Town Planning Act; na França, são feitas proposições de leis que posteriormente vão ser transformadas na Lei Cornudet, segundo a qual torna-se obrigatória a elaboração de Planos de Organização, Embelezamento e de Expansão das cidades; nos Estados Unidos, é publicado o Plano Burnham para Chicago e, ao mesmo tempo, tem lugar a primeira Conferência Nacional do Movimento City Planning.

De outro modo, dois dos grandes ícones do Movimento Moderno na Arquitetura e no Urbanismo, Le Corbusier e Walter Gropius, advertiam que as profundas transformações provocadas na sociedade contemporânea de então pelos avanços tecnológicos advindos no rastro da Revolução Industrial implicavam na idealização de uma cidade que fosse compatível com o homem moderno (WOLFE, 1990).

A visão da cidade maquinista do homem do novo tempo, por eles preconizada, era fortemente estimulada pela época de mutação que a sociedade vivia e tinha como terreno fértil para a experimentação a expansão caótica das cidades. O desenvolvimento de novas técnicas e de novos materiais que modificavam, de forma muito rápida, os meios de transporte e os processos construtivos somente contribuía com esse ideário (GROPIUS, 2001).

No entanto, como afirma Choay (2002), fracassam as criações do urbanismo, que são, em toda parte, assim que aparecem, contestadas, questionadas, seja pela monotonia arquitetural das cidades novas seja pela segregação social reinante nelas.

Surge, como alternativa à *falência dessa proposta modernista*, o repensar das cidades, o contraponto da univalência da arquitetura moderna, pelos ideólogos do pós-modernismo, chegando a ponto de Charles Jencks, o mais influente proponente do pós-modernismo arquitetônico, anunciar a morte da Arquitetura Moderna, quando o projeto habitacional de Pruitt-Igoe, em St. Louis, Missouri, Estados Unidos, foi demolido (CONNORS, 1996).

Ainda assim, a problemática da expansão das cidades continua gerando a mesma insatisfação e a mesma inquietude. A metropolização, a periferização, a segregação, a decadência dos centros tradicionais, o surgimento de novos centros urbanos, a polinucleação, são assuntos que continuam ainda hoje preocupando os estudiosos da questão urbana.

Santos (1998, p. 10), analisando a urbanização brasileira, afirma que,

a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

Em face dessas inquietações, que são causadas tanto pelo acentuado processo de urbanização da sociedade contemporânea, especialmente a brasileira, e suas graves conseqüências, bem como pelas tentativas de solução trazidas pelo planejamento urbano, que são a cada dia mais contestadas, faz-se necessária, para a melhor compreensão das possibilidades da expansão urbana da sede do município de Baía Formosa, uma reflexão sobre as investigações e análises desenvolvidas por alguns estudiosos da questão.

Apesar de tratar das metrópoles brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre – a investigação realizada por Villaça (1998) em seu livro *Espaço Intra-urbano no Brasil*, importa no presente estudo, de vez que as formas e as direções preferenciais de expansão territorial de parte dessas metrópoles – exceto Rio de Janeiro, Salvador e Recife - foram adotadas quando as mesmas encontravam-se em sua formação.

Milton Santos, em que pese também dar maior ênfase, especialmente em sua obra *A Urbanização Brasileira*, ao processo de urbanização experimentado pelas maiores cidades brasileiras, destaca a questão da cidade ter se tornado o *locus* da regulação do que se faz no campo, a estrutura fundiária do Nordeste dificultar seu processo de urbanização e de desenvolvimento, e sua crença na aceleração do processo de urbanização dessa Região, além de enfatizar a importância da planificação sociopolítica (e não só técnica) da cidade, que venha assegurar cidadania plena, questões essas intrinsecamente ligadas à preocupação deste trabalho.

As questões relativas à Cidade e à realidade urbana, que ainda não foram incorporadas à consciência e aos programas políticos, e as propostas de que os pensamentos e atividades que digam respeito ao urbanismo passem pelo crivo da crítica, defendidas por Henry Lefebvre, em seu livro *Direito à Cidade*, também se constituem em preocupações trazidas a este trabalho.

Villaça (1998) refere-se ao pouco interesse, no Brasil, quanto aos estudos espaciais das metrópoles brasileiras. Argumenta que, considerando que esses espaços urbanos vêm sendo produzidos num mesmo país, pela mesma formação social, num mesmo momento histórico (os últimos 150 anos), sob o mesmo modo de produção, através das mesmas relações sociais e sob o mesmo Estado, deve haver muito em comum entre eles.

Se há pouco interesse, no Brasil, acerca dos estudos espaciais das metrópoles brasileiras, decerto que menos interesse ainda tem sido despertado quando estes mesmos estudos estão voltados para as pequenas cidades existentes no País, como, por exemplo, Baía Formosa objeto deste estudo.

Fazendo uma análise dos estudos territoriais, Villaça (1998, p.17) afirma que, *“tem havido nas últimas décadas um crescente desenvolvimento das investigações regionais e uma surpreendente estagnação dos estudos dos espaços urbanos”*, que ele chama de intra-urbanos, justificando que o uso desse termo se faz necessário pelo fato da expressão espaço urbano está hoje de tal forma comprometida com o componente urbano do espaço regional que houve a necessidade de criar outra expressão para designar o espaço urbano, daí o surgimento e uso de intra-urbano.

Como este trabalho tem como objetivo a análise das possibilidades de expansão urbana da sede do município de Baía Formosa, o espaço urbano, sempre que referido, será entendido como espaço intra-urbano, ou seja, aquele que se refere ao arranjo *interno* dos espaços urbanos daquela cidade, e não ao arranjo *interno* do espaço regional (litoral oriental norte-rio-grandense, por exemplo) ou nacional (litoral brasileiro).

Segundo Villaça (1998, p. 35) *“[...] o estudo da estrutura intra-urbana não será satisfatório se não der conta das localizações dos elementos da estrutura nem das correlações entre eles e outros elementos e/ou partes da metrópole”*.

Ressaltando a importância das localizações no estudo da estrutura intra-urbana, afirma ele,

os produtos específicos resultantes da produção do espaço intra-urbano não são os objetos urbanos em si; as praças, as ruas ou os edifícios, mas suas localizações. [...] A produção dos objetos urbanos só pode ser entendida e explicada se forem consideradas suas localizações. [...] para explicar as formas urbanas – os bairros, as direções de crescimento, a forma da mancha urbana, a verticalização, densidades, etc. – é indispensável considerar as relações de determinado ponto, ou conjunto de pontos, com todos os demais pontos do espaço urbano (VILLAÇA, 1998, p. 24).

Apesar de não se tratar aqui da estruturação urbana de uma metrópole, como antes dito, procurou-se identificar as localizações dos elementos da estrutura urbana de Baía Formosa e estabelecer quais as correlações entre esses elementos,

a fim de se poder conhecer as direções preferencias da expansão urbana da cidade, a localização de suas classes sociais, a forma urbana da cidade, e suas tendências.

No momento, Baía Formosa ainda é uma pequena cidade, mas a preocupação com a produção/reprodução do seu espaço urbano deve estar presente neste estudo, uma vez que esse processo deverá ocorrer dentro da lógica da formação das cidades capitalistas, onde são as camadas de mais alta renda as que controlam esse processo, como afirma Villaça (1998). E mais, por ser uma cidade situada na orla oceânica, esse processo de produção/reprodução do espaço urbano deverá seguir a interesses intra-urbanos, que são, também, os das classes dominantes e de seus agentes imobiliários.

De outro modo, como o turismo é um fenômeno que já começa a estar presente nesse município, o estudo de sua interferência nas questões espaciais também são relevantes neste trabalho. As investigações e reflexões feitas por Adyr Balasteri Rodrigues sobre as influências que essa atividade exerce sobre o espaço, especialmente em sua obra *Turismo e Espaço* e as análises dos impactos socioambientais provocados pelo Turismo, feitas no livro *Turismo: Impactos Socioambientais*, organizado por Amália Inês Geraiges de Lemos, foram aqui consideradas.

Essa reflexão serve para que se possa entender o que tem de fato interferido na estruturação intra-urbana da sede do município de Baía Formosa e como ela se dá, quais as tendências de crescimento e de concentração (e se elas realmente existem), quais as direções preferenciais de sua expansão urbana e o porquê dessas direções, o conhecimento e as explicações das localizações dos elementos da estrutura urbana, a influência que o turismo pode ali exercer, e, ainda, se a estruturação do espaço regional – Litoral Oriental do Rio Grande do Norte – tem provocado o que se considera expansão urbana.

Santos (apud VILLAÇA, 1998, p. 75) revela toda a riqueza da localização e a importância da acessibilidade, ao afirmar que,

cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não

são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

Villaça (1998, p. 320), por sua vez, ao abordar as localizações intra-urbanas, a constituição e os movimentos do espaço intra-urbano das metrópoles brasileiras, afirma que,

as conclusões das análises de cento e cinquenta anos contidas neste trabalho mostram que são as burguesias que escolhem a localização e direção de crescimento de seus bairros. Os promotores são agentes das opções dessas classes. As classes de mais alta renda escolhem a direção do crescimento, em função dos atrativos do sítio natural e também, e principalmente, em função da simbiose, da 'amarracão' que desenvolvem com as áreas de comércio, serviços e emprego, ou seja, em virtude da sua inserção na estrutura urbana que elas próprias produzem.

Ou seja, para ele é evidente que são as camadas de mais alta renda que escolhem a direção de crescimento de suas áreas residenciais, e que elas não são localizadas ao acaso. Mais adiante, se demonstrará que na cidade de Baía Formosa isso já vem acontecendo.

Segundo Villaça (1998), a estrutura urbana básica depende de duas forças fundamentais que, em última instância, as determinam: a localização das vias regionais de transporte e das indústrias junto a elas; e a localização de seus bairros residenciais. As primeiras são determinadas por fatores extra-urbanos e as segundas pelas camadas de alta renda. Isso significa dizer que os interesses das burguesias *locais* a respeito do espaço *local* constituem o principal elemento intra-urbano da estrutura espacial metropolitana, já que o outro é extra-urbano.

A cidade de Baía Formosa, como antes referido, situa-se no Litoral Oriental do Rio Grande do Norte – região de maior densidade e crescimento demográficos e de maior incremento da atividade turística do estado -, mais ou menos equidistante das regiões metropolitanas de Natal e João Pessoa, as mais próximas, e a uma pequena distância da cidade do Recife (cerca de 200 Km).

O acesso rodoviário a essas regiões metropolitanas se dá pela RN-062 (traçado no sentido leste-oeste) que faz a ligação da cidade com a BR-101, rodovia que liga as três regiões metropolitanas citadas (Figuras 05 e 07). Não há outras rodovias asfaltadas ligando a cidade a outras da região. Portanto, a RN-062 é a

única via regional de transportes, sendo, desta forma, o mais poderoso elemento de expansão urbana da cidade, implicando que a tendência de crescimento da cidade deveria ocorrer ao longo dela.

Sobre as vias regionais de transportes, Villaça (1998) afirma que elas se constituem no mais poderoso elemento na atração da expansão urbana e que o primeiro efeito que provoca nos terrenos adjacentes é a melhoria da acessibilidade e, daí, sua valorização. Salienta que as vias regionais de transportes não se confundem com as vias urbanas – apesar de algumas daquelas acabarem por se transformarem nestas últimas - que são as que importam no espaço intra-urbano das cidades.

Ocorre que existem dois outros elementos que muito influenciam a expansão urbana, além das vias regionais de transportes. Os obstáculos naturais, tais como serras, zonas de proteção de recursos naturais, etc. representam o primeiro desses elementos, sendo esse no sentido de obstruí-la e, portanto, adensar o tecido urbano, e o segundo, os atrativos do sítio natural, cuja importância decorre especialmente do fato de ele – ao contrário das vias regionais – atraírem população de alta renda (VILLAÇA, 1998).

Quando esse atrativo é a orla marítima a infra-estrutura de transportes decorre de decisões que atendem interesses intra-urbanos das camadas de alta renda e de seus agentes imobiliários. Nesses casos não são as vias regionais de transportes que valorizam a terra e provocam a expansão urbana (a urbanização ao longo das praias), são os interesses intra-urbanos que trazem o sistema viário *local* e a urbanização. A orla oceânica atua como fator a atrair a expansão urbana antes de haver significativa melhoria do sistema de transportes regional e local. Então o Estado é pressionado pelas burguesias a investir nas melhorias de infra-estrutura nesses setores (VILLAÇA, 1998).

Como exemplo típico dessa situação, Villaça cita Copacabana, onde a atratividade do sítio é que foi determinante na ocupação urbana. Afirma ele:

[...] que já estava loteada e já atraía o interesse da alta e média burguesias vinte anos antes da abertura do primeiro túnel. [...] O setor ao longo da orla oceânica sul do Rio de Janeiro começou a se desenvolver em meados do século XIX, na Glória e no Russel, apesar de não haver ali – ao contrário da Zona Norte – nenhuma via importante de acesso (VILLAÇA, 1998, p.108).

Baía Formosa, como referido no segundo capítulo deste trabalho, é uma cidade litorânea, situada na única baía do Rio Grande do Norte, num local aprazível, cercada de exuberante beleza natural (Figuras 06, 22 e 27), com clima ameno, além de estar localizada nas proximidades das regiões metropolitanas de Natal, João Pessoa e Recife, e estar servida por infra-estrutura de transportes (a RN-062 e a BR-101) ligando-a àquelas cidades, como visto antes.



FIGURA 22: Vista da cidade de Baía Formosa. Detalhe, na parte de baixo, a praia da Cacimba. À esquerda na foto, podem ser observadas as belas paisagens da parte sul da cidade. Fonte: IDEMA, 2000.

É de se imaginar, portanto, que com todos esses atributos, e com a tendência mundial da sociedade contemporânea de se deslocar para as regiões costeiras, essa cidade possa experimentar, em breve, um surto de crescimento urbano acelerado, o que, de pronto, justifica uma investigação mais aprofundada sobre as possibilidades de sua expansão urbana.

Se não fosse o fato de a cidade situar-se na orla marítima, a tendência de seu crescimento deveria ocorrer ao longo da RN-062 - única via regional de

transportes – como antes aventado. O que tem sido observado, todavia, é que a tendência de expansão da cidade de Baía Formosa se direciona para o sul, ao longo da orla marítima, em face de ser essa a área que interessa as burguesias, devido aos atrativos do sítio local, os excepcionais atributos da paisagem local ali proporcionados, confirmando a tese defendida por Villaça.

A paisagem sempre que citada neste trabalho será entendida como:

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. [...] A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos (SANTOS, 1997, p. 61-66).

O poder público municipal, pressionado pelas camadas de mais alta renda, investiu, nos últimos anos, nas melhorias de infra-estrutura daquela área (Figura 23), seja executando a pavimentação de ruas naquele setor da cidade, seja loteando áreas de propriedade do município ali próximas, direcionando os lotes às pessoas de mais alto poder aquisitivo tanto da cidade como de fora dela, na expectativa de que investimentos turísticos sejam ali implantados, realimentando, desta forma, a reprodução do capital.

Essa área que é situada numa parte alta, portanto, com vista privilegiada para o mar, é conhecida, pela população nativa da cidade, como *Alto dos Marajás*, numa espécie de censura à forma de concessão da área às pessoas das classes mais altas.

Deve ser ressaltado que essa área do município que foi loteada fica bem próxima de áreas situadas mais ao sul, na orla marítima, de propriedade da Destilaria Formosa, e que o loteamento Bacopari, que também se constitui de outra área loteada pelo município, desta feita na parte baixa e encosta da Praia de Bacopari, é o local onde estão situados a principal pousada da cidade (Figura 24) e os lotes de maior valor venal que foram adquiridos pelas pessoas de maior poder aquisitivo.



FIGURA 23: Vista da rua Senador Antônio Farias, situada na parte sul da cidade, onde se pode observar que o padrão das casas é superior ao do restante da cidade.
Fonte: Carlos José, 2003.

Desta forma, a segregação das camadas de mais alta renda na parte sul da cidade já é visível, escancarando a desigualdade urbana gerada por esse processo espoliativo de urbanização patrocinado pela intervenção elitista do Município.

A esse respeito Ribeiro e Santos Júnior (1997, p. 274) afirmam:

A noção de espoliação urbana decorre da constatação de que a industrialização e a urbanização periféricas fazem nascer amplas necessidades coletivas de reprodução, mas a intervenção do Estado é absolutamente limitada para atendê-las. Os fundos públicos são prioritariamente destinados ao financiamento imediato da acumulação e, quando se dirigem ao consumo coletivo, privilegiam as camadas de maior renda.



FIGURA 24: Vista da principal pousada da cidade, que se situa no loteamento Bacopari, na praia de mesmo nome (parte sul da cidade).
Fonte: Carlos José, 2003.

Confirmando a tese de Ribeiro, o Poder Público local direcionou os poucos recursos disponíveis para obras de infra-estrutura urbana na pavimentação de ruas da parte sul da cidade (sua área nobre), em detrimento dos serviços de drenagem urbana indispensáveis a uma outra parte da cidade, em função de suas características topográficas desfavoráveis, onde está a cada dia mais segregada sua população mais pobre, freqüentemente atingida por inundações, quando da ocorrência de fortes chuvas, problema que é agravado pela inexistência de uma rede de esgotamento sanitário ou de outro sistema de coleta/destinação (tipo fossa/sumidouro, por exemplo), o que faz com que os efluentes sanitários se misturem as águas pluviais.

A segregação aqui considerada é a das classes sociais, definida por Villaça em sua análise sobre a estruturação das metrópoles brasileiras, como sendo *“um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”* (VILLAÇA, 1998, p. 142).

Ao discorrer sobre a segregação, Lefebvre afirma que em todos os países, incontestavelmente, fortes tendências se opõem às tendências segregacionistas. E que essas tendências se apegam ora ao humanismo liberal, ora à filosofia da cidade, mas a *prática* caminha na direção da segregação. Para ele, “*social ou politicamente, as estratégias de classe (inconscientes ou conscientes) visam a segregação*” (LEFEBVRE, 2001, p.94).

Ainda segundo ele:

Os poderes públicos, num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim, freqüentemente, adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia (LEFEBVRE, 2001, p.95).

Para enfatizar que a segregação é um fenômeno experimentado pela sociedade contemporânea, Lefebvre afirma que as ações tanto do Estado quanto da Empresa, apesar de suas diferenças e às vezes de seus conflitos, convergem para a segregação (LEFEBVRE, 2001).

O que está se observando em Baía Formosa é que as áreas situadas à beira mar e aquelas nos locais mais privilegiados com relação aos aspectos cênico-paisagísticos são a cada dia mais destinadas as camadas de mais alta renda, enquanto que numa pequena faixa de terra existente na encosta de uma duna, no limite oeste da cidade (Figuras 25 e 26), uma ocupação foi promovida, em sua maior parte, por desempregados do período da entressafra da cana-de-açúcar. Essa ocupação é constituída por barracos improvisados com restos de todo tipo de material e por casas de taipa. As ruas não são pavimentadas e faltam vários serviços de infra-estrutura urbana.

Essa área não tem despertado o interesse das pessoas de maior poder aquisitivo da cidade, pelos mesmos motivos antes expostos, ou seja, não há atrativos paisagísticos naquele local que justifiquem tal interesse. Ao contrário, constitui-se em uma *área problema*. Trata-se de uma encosta de uma duna, área confinada, cujo seu adequado aproveitamento exigiria investimentos em obras de contenção, além de toda infra-estrutura básica, constituída por drenagem, esgotamento sanitário, rede de abastecimento d'água, e pavimentação. Por essa condição não são destinados recursos para tal área.



FIGURA 25: Vista de uma rua *subindo* a duna. Observe a falta de infra-estrutura urbana. Casas precárias, ruas sem pavimentação, esgoto e lixo no meio da rua.
Fonte: Carlos José, 2003.

Marcelino (1999, p. 79), quando investigava a transformação do espaço e da paisagem litorânea potiguar, já advertia acerca do processo de segregação que ali vinha ocorrendo:

O modelo de desenvolvimento econômico vem promovendo a expulsão das populações nativas dos seus locais de assentamento original, configurando a segregação social a partir da relocação espacial desta população, que passa a ocupar (quase sempre sem a propriedade legal da terra) os espaços geralmente situados nos entornos das aglomerações, nos quais o valor do solo ainda não tenha se elevado.

A cidade também apresenta dois outros fatores que obstruem ou dificultam sua expansão urbana, favorecendo o adensamento do tecido urbano. O primeiro deles é representado pelos obstáculos naturais: a Mata Estrela, zona de proteção ambiental, que ocupa toda área à Oeste e parte das áreas ao Sul e à Noroeste; e as áreas constituídas por cordões dunares e por bordas de falésias, que acompanham quase que toda linha de costa da cidade (Figuras 27 e 28).



FIGURA 26: Vista da rua Manoel Bonifácio de Souza (conhecida como rua do *Péla*), situada na encosta da duna. Repare a falta de infra-estrutura e as precárias condições de saneamento e habitação.

Fonte: Carlos José, 2003.

Além da presença da Mata Estrela, área de preservação ambiental, as falésias vivas que vem sendo submetidas, a partir da praia do Porto em direção ao Norte, a um intenso processo de erosão costeira, conforme verificado no estudo de Diniz (2002), também se constituem em obstáculos naturais à expansão da cidade, o que decerto provocará o adensamento do tecido urbano, confirmando, portanto, a tese de Villaça acima referida.

O segundo fator é a reduzida área da sede do município, que dispõe de apenas 98,00 hectares. Essa diminuta área é fruto do processo de ocupação da área do entorno do Curimataú/Cunhaú.

Apesar de estar contida em uma das subáreas desmembradas –todas de dimensões muito grandes - da área maior da sesmaria originariamente concedida aos filhos de Jerônimo de Albuquerque, que apresentava grande extensão territorial, conforme foi visto quando se tratou do histórico do processo de ocupação de Baía

Formosa e de seu entorno, a parte que resultou *disponível* para a antiga Vila de pescadores era muito pequena.



FIGURA 27: Vista panorâmica da cidade de Baía Formosa. À direita (oeste) e no alto (sul), observe a presença da Mata Estrela e, ao longo da baía e mais ao sul, falésias e cordões de dunas.

Fonte: IDEMA, 2000.

Este fato não causou maiores problemas, uma vez que até fins da década de cinquenta do século passado, a Vila cresceu muito pouco, permanecendo praticamente estagnada, povoada basicamente por pescadores e pequenos agricultores.

O crescimento da prática do lazer, difundido em maior escala a partir da década de sessenta, fez proliferar o surgimento das casas de veraneio, as chamadas *segundas residências*, especialmente no litoral Oriental do estado, área mais próxima a Capital e detentora de melhor infra-estrutura de transportes.



FIGURA 28: Vista das falésias contornando a baía na praia do Porto. Sobre as bordas das falésias está a parte alta da cidade.

Fonte: Carlos José, 2003.

Em fins da década de setenta, outro fator influenciou para dinamizar o processo de expansão das cidades situadas no Litoral Oriental do estado do Rio Grande do Norte, que foi o forte crescimento da atividade canavieira verificado em toda a região de Mata Atlântica nordestina, área historicamente utilizada por essa atividade. Isso ocorreu devido aos incentivos do Proalcool.

Esses fatores combinados ocasionaram um crescimento bem maior da antiga Vila de Aretipicaba. Entretanto, a propriedade da área onde estava situada a Vila continuava sob domínio dos sucessores da antiga sesmaria, na parte desmembrada que correspondia a Fazenda Estrela. As pessoas viviam ali de favor.

Mesmo quando a Vila foi alçada a condição de cidade toda área permaneceu sob o domínio da Fazenda Estrela, somente vindo a ser desapropriada após penoso processo reivindicatório por parte dos diversos setores da população local. Mesmo assim a área desapropriada foi muito reduzida, apenas 98,00 hectares.

Outro fator que vem limitando o crescimento da cidade é a falta de oportunidade de trabalho para as pessoas do lugar, o qual deve ser entendido neste

estudo conforme a conceituação dada por Carlos (1994, p. 42): *“O lugar pode ser uma maneira de decomposição do fenômeno espacial ou de um modo de colocar-se a questão da diferenciação, mas isto só ocorre se se transcende a idéia dele como fato isolado”*.

A pesca decadente e a mecanização/automação da Destilaria Baía Formosa vêm reduzindo as oportunidades de ocupação e renda na cidade, já que a pesca e o beneficiamento da cana-de-açúcar se constituem nos seus dois principais segmentos econômicos.

O turismo, apesar do seu grande potencial em Baía Formosa, ainda se constitui numa atividade incipiente no município, o que não garante a inserção, em grande quantidade, das pessoas no mesmo, além da baixa qualificação e do baixo nível educacional das pessoas do lugar representarem um entrave a essa pretensão, conforme foi visto no segundo capítulo deste trabalho.

Por outro lado, a atratividade do sítio, representada pela beleza exuberante de suas paisagens, pela tranqüilidade do lugar, pelo clima ameno, pelas praias propícias ao banho de mar e à prática do surf e de outras atividades náuticas, e pela presença da Mata Estrela em seu entorno, têm despertado o interesse das pessoas de outras localidades, especialmente das grandes cidades do Nordeste mais próximas, como Natal, João Pessoa e Recife, e até do Sudeste, que começam a se mudar para a cidade.

As casas e o que resta dos terrenos não edificadas situadas à beira mar e nos locais que apresentam vista privilegiada para o mar vem sendo adquiridos por essas pessoas de fora. Como a área da cidade é limitada e faltam oportunidades de ocupação e renda, muitos nativos têm deixado a cidade, estando a população local, aos poucos, sendo substituída por essa gente de fora.

A Praça da Conceição e a rua Antônio Ferreira de Souza, núcleos originais da cidade, mesmo tendo configuração urbana desfavorável - casas construídas em terrenos de dimensões muito reduzidas e afunilamento da rua em direção a Praia da Cacimba (Figuras 29 e 30) - , e a própria praia da Cacimba (Figuras 31 e 32), ambas submetidas a um processo erosivo com acentuado recuo da linha de costa (Figuras 33 e 34), fato constatado por Diniz (2002) e Amaral (1999), são áreas que vêm também sendo adquiridas por pessoas de outros lugares, sejam aposentados da classe média alta, que buscam a tranqüilidade do lugar, sejam por veranistas, principalmente oriundos da cidade de João Pessoa/PB.



FIGURA 29: Vista da Praça da Conceição, onde se observar que as casas são construídas em terrenos com dimensões muito reduzidas.

Fonte: Carlos José, 2003.



FIGURA 30: Vista da rua Antônio Ferreira de Souza. Veja que a mesma sofreu um afunilamento.

Fonte: Carlos José, 2003.



FIGURA 31: Vista da praia da Cacimba. Somente algumas de suas casas continuam em poder de pessoas do lugar.

Fonte: Carlos José, 2003.



FIGURA 32: Vista da praia da Cacimba. Atualmente é área de veraneio de pessoas de fora de Baía Formosa.

Fonte: Carlos José, 2003.



FIGURA 33: Vista dos fundos da Praça da Conceição, na praia do Porto. Observe os muros de arrimo construídos para combater os efeitos da erosão provocada pelo avanço do mar.

Fonte: Carlos José, 2003.



FIGURA 34: Vista da praia da Cacimba. Também ali, muros de arrimo foram construídos para combater ao processo erosivo do mar.

Fonte: Carlos José, 2003.

As áreas situadas na parte alta da praia da Cacimba (Figura 35), no loteamento Bacopari e na parte alta deste (Figura 36), local conhecido como *Alto dos Marajás*, todos localizados na parte mais ao sul da cidade, que foram as últimas a serem urbanizadas e se constituem em grande parte do restante de sua área urbana, já foram apropriadas pelas camadas de mais alta renda da cidade ou de fora dela, como antes referido.



FIGURA 35: Vista de uma Pousada situada na parte alta da praia da Cacimba. Atualmente pertence a um empresário português.

Fonte: Carlos José, 2003.

Em toda área urbana da cidade restam poucos espaços que podem ser utilizados para a sua expansão urbana, mesmo assim todos com dimensões muito reduzidas. Existe somente uma área que apresenta dimensões maiores (Figuras 37, 38 e 39), que se situa à esquerda de quem entra na cidade, sendo limitada pelas terras da Sibra à Oeste e à Noroeste e pelas falésias que circundam a baía à Leste.

Essa área está situada na parte alta das falésias e se alonga até encontrar a outra parte da área da Sibra mais ao Norte, na direção do estuário do Curimataú-Cunhaú, situando-se na mesma o antigo cemitério da cidade.

No entanto, essa área, a exemplo das demais que o município dispunha, também já vem sendo objeto de negociações pelo Município com um grupo privado português para implantação de empreendimento turístico de luxo.



FIGURA 36: Vista de casas em construção na parte alta do loteamento Bacopari (sul da cidade). Repare no seu padrão construtivo.
Fonte: Carlos José, 2003.



FIGURA 37: Vista da baía. Ao fundo, a área que está sendo negociada com um grupo português para implantação de um resort.
Fonte: Jonas Reis, 2003.

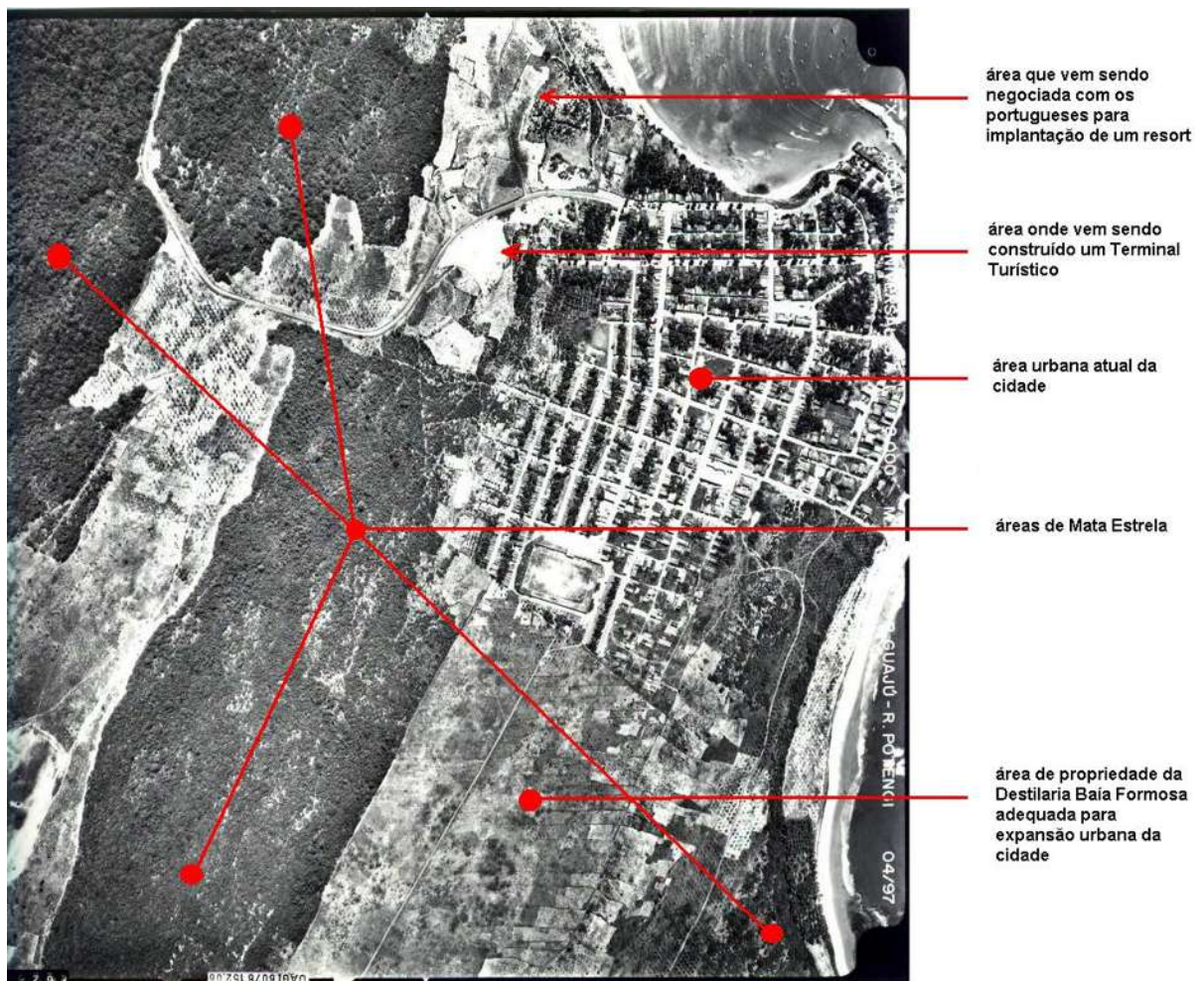


FIGURA 38: Foto aérea da cidade de Baía Formosa, com destaque para as seguintes áreas: a que vem sendo negociada com os portugueses para implantação de um resort, próximo à entrada da cidade, ao Norte; a que está sendo construído um Terminal Turístico, também ao Norte; as da Mata Estrela, à Oeste e ao Sul, que se limitam com a área urbana da cidade; a da zona urbana atual da cidade, onde se percebe seu confinamento; e a área ao Sul da cidade, de propriedade da Destilaria Baía Formosa, que se presta à sua expansão urbana.

Fonte: Secretaria do Patrimônio da União - SPU, 1997.



FIGURA 39: Outra vista da área da figura 37. Ela está situada no canto esquerdo da foto, logo acima das falésias.

Fonte: Jonas Reis, 2003.

Além das áreas antes mencionadas, restam ainda alguns poucos espaços na encosta de uma duna localizada à Oeste da cidade (onde ocorreu uma invasão promovida por desempregados da entressafra da cana-de-açúcar, assunto antes abordado), e uma faixa de terra que se constitui justamente da parte superior dessa duna, que fica confinada entre a Mata Estrela e a parte mais à Oeste da cidade.

Parte dessa área, bem próximo da entrada da cidade (Figura 38), já vem sendo utilizada para a construção de um Terminal Turístico (Figura 40), sendo discutível a decisão tomada pela Prefeitura para a implantação desse equipamento naquele local, uma vez que a atividade turística, como antes abordado, é ainda incipiente no município, não parecendo razoável se fazer ali um investimento da magnitude do que vem sendo feito.



FIGURA 40: Vista do Terminal Turístico em construção. Observe sua localização sobre as dunas. Fonte: Carlos José, 2003.

Além disso, a localização do equipamento naquele ponto não parece ser a mais adequada, por situar-se distante dos principais pontos turísticos da cidade. Há, ainda, outro agravante, esse de relevante interesse social. Aquela área já havia sido antes reservada para a construção de moradias, de vez que o problema habitacional na cidade é muito grave, justamente em razão da limitação do espaço físico disponível. Tudo isso sem falar na questão ambiental envolvida.

Mesmo diante de tão evidente adversidade, o Poder Público Municipal fez valer a sua força política, aprovando na Câmara Municipal essa decisão, o que demonstra sua total insensibilidade na execução das políticas públicas voltadas aos interesses da coletividade, à (re)construção e valorização da cidade e às questões urbanísticas, de uma forma mais geral.

As decisões de negociar a área com o grupo português para implantação do complexo turístico e de edificar o Terminal Turístico naquele ponto, ambas sem a participação da sociedade civil organizada local, refletem, de um lado, a falta de transparência nas decisões dos gestores municipais locais, e de outro, a

fragilidade dos movimentos sociais da cidade, que não se articularam para fazer frente a um projeto contrário aos interesses da população.

Fora dos 98,00 hectares da área de propriedade do município, existe apenas uma área no entorno imediato à cidade que se presta à expansão urbana da cidade, e que não apresenta restrições de natureza ambiental à sua utilização. Trata-se da área identificada na Figura 38, situada ao Sul da cidade, que é cercada à Leste, à Oeste e ao Sul, por trechos da Mata Estrela, limitando-se ao Norte com a zona urbana da cidade de Baía Formosa. Essa área pertence a Destilaria Baía Formosa e pode ser objeto de desapropriação pelo município para fins de utilização na expansão urbana da cidade.

3.3 As Interferências do Turismo na Expansão Urbana de Baía Formosa.

Considerando que o turismo pode se constituir num dos fatores mais significativos no processo de expansão urbana da cidade de Baía Formosa, faz-se necessária uma breve reflexão sobre os impactos que essa atividade vem apresentando nos chamados destinos turísticos em todo o mundo, e as repercussões socioculturais resultantes.

Cruz (2001, p.4) ao abordar sobre a polêmica que o conceito de turismo desperta na geografia do turismo, afirma:

O turismo, que, antes de mais nada, é uma prática social, vem mudando de sentido ao longo da história e cada nova definição consiste em nova tentativa de se conceituar algo que tem, reconhecidamente, uma dinâmica inquestionável.

Entretanto ela destaca que entre as inúmeras definições do turismo deve-se considerar a adotada pela Organização Mundial de Turismo - OMT, que é o organismo oficial, de injunção global, pelo fato de que a esta compete orientar o trabalho realizado por organismos oficiais de turismo em todo o mundo e, em consequência ter rebatimentos sobre o planejamento e a gestão da atividade. Segundo ela, de acordo com a OMT:

[...] o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta (CRUZ, 2001, p. 4).

Para Cruz (2001), esta definição acaba por sugerir que viagem e turismo são sinônimos, ou seja, qualquer pessoa que viaje está fazendo turismo, seja qual for o motivo da viagem (tratamento de saúde, inclusive), o que implica no aumento das estatísticas do turismo em todo o mundo. Entretanto, em função da definição ter capacidade de influir na organização do setor, ela sugere que se tome essa definição como referência, apesar de ressaltar que o *“conceito de turismo está longe de suscitar alguma unanimidade”* (CRUZ, 2001, p. 5). O turismo de lazer, ou seja, aquele que o visitante se apropria do lugar visitado, usufruindo uma gama de infra-estruturas e serviços de lazer ali disponíveis, não pode ser entendido da mesma forma como outras modalidades de viagem.

Neste sentido, o turismo não representa apenas uma atividade econômica, mas também um fenômeno complexo, que envolve a natureza econômica, social, política e cultural, exprimindo-se em espacialidades variadas (LIMA; LIMA, 2002).

Ao analisar a influência do lazer e do turismo na (re)produção do espaço da localidade de Pium, em Parnamirim/RN, Lima (2000, p. 43), assim se refere:

O espaço turístico é, antes de mais nada, espaço geográfico e, portanto, uma realidade objetiva, com um produto social em permanente processo de transformação. Para o seu desenvolvimento, o turismo cria espaços urbanizados, uma vez que depende, para sua realização, do comércio, dos serviços, das infra-estruturas básica e de apoio, dos sistemas de promoção e de comercialização, necessitando, também, das instituições que exercem o poder de decisão e da iniciativa privada de forma espontânea ou articulada às políticas públicas. O turismo também intensifica a substituição do espaço natural pelo espaço técnico, isto é, os elementos naturais da paisagem vão sendo substituídos por elementos culturais, onde os artefatos proliferam. A inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui elemento importante da atividade turística. Entretanto, esta inter-relação muitas vezes não se apresenta harmoniosa.

Baía Formosa é um município que apresenta forte apelo turístico, especialmente para o turismo ecológico ou ecoturismo e o turismo de aventura, em

função de dispor de uma série de atrativos turísticos, todos eles fundados nos seus atributos naturais. A inter-relação da atividade com os espaços atuais da cidade e do meio ambiente circundante, além de poder interferir no processo de transformação do seu espaço urbano, pode provocar acentuadas alterações nos ecossistemas ali existentes. Sem falar da interferência que pode exercer sobre os valores culturais de sua população, uma vez que, como já referido, o turismo é, antes de tudo, uma prática social.

Para Cruz (2001), o turismo por ser uma prática social tem forte determinação cultural, o que significa que os lugares turísticos, os atrativos turísticos e as paisagens turísticas são inventados culturalmente, ou seja, o que é considerado atrativo hoje não era no passado e talvez não seja no futuro. Como a cultura varia no tempo e também no espaço, o que atrativo para alguns grupos de pessoas pode não ser para outros.

Todavia, com a disseminação no seio das sociedades modernas de que é necessário recuperar e proteger seus ecossistemas naturais, o turismo ecológico, baseado no resgate a natureza, e que tem nos recursos naturais seus objetos de consumo, cresce de importância em todo o mundo frente ao turismo de massa, aquele realizado por grande contingente de pessoas (e que provoca grandes impactos nos ambientes), tornando-se o turismo da moda. Baía Formosa, por ter em seus recursos naturais o seu atrativo turístico, pode tirar partido dessa situação e se beneficiar desse modismo.

Sendo o meio ambiente um elemento fundamental do turismo, seu equilíbrio é essencial para a manutenção dessa atividade. De acordo com Ruschmann (1997, p. 37) *“o impacto do desenvolvimento turístico sobre o patrimônio natural e cultural são percebidos local, regional, nacional e internacionalmente, e a intensidade dos impactos pode apresentar-se nestes diferentes níveis”*.

Os frágeis ecossistemas presentes no município de Baía Formosa (com as belas paisagens que proporcionam) e que se constituem no seu principal atrativo turístico, como referido, precisam ser preservados, especialmente porque o ecoturismo e o turismo de aventura, que se utilizam basicamente desses recursos naturais representam a alternativa mais adequada, entre as duas megatendências do turismo do futuro apontadas por Adyr Rodrigues.

Para ela,

[...] as duas megatendências do turismo do futuro são absolutamente opostas – de um lado a instalação de resorts, tipo Club Mediterranée, que isolam os turistas da realidade regional e, de outro lado, o ecoturismo que se baseia na convivência e busca da integração dos turistas com o entorno, proporcionando novas e ricas experiências (RODRIGUES, 1997, p. 24).

A transformação, em março de 2000, da Mata Estrela, o principal remanescente de Mata Atlântica existente no estado, em uma RPPN, se constitui em um avanço na direção da manutenção da integridade daquele patrimônio, e em uma medida importante para o desenvolvimento do ecoturismo no município.

A Mata Estrela e seus ecossistemas associados (lagoas, rios, riachos) possuem flora e fauna exuberantes, apresentando grande potencial para o desenvolvimento de atividades como a pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico e, juntamente com as grandes extensões de praias desertas, com os campos dunares, com as escarpadas falésias e com o extenso manguezal presente no estuário do Curimataú-Cunhaú, podem proporcionar aos visitantes a prática de diversas atividades como caminhadas, *trekking*, ciclismo, *surf* (é um dos melhores locais do Brasil para sua prática), canoagem, mergulho e outros esportes náuticos, além da prática de outras atividades lúdicas inspiradas pelas belas paisagens do lugar (Figuras 41 a 46).

Contudo, não se deve perder de vista que o turismo é uma atividade cujos seus objetos de consumo são os recursos naturais, e por isso pode provocar degradação ambiental, além de ter o poder de modificar os lugares.

A esse respeito, Cruz (2001, p. 30) assim se refere:

O turismo tem, reconhecidamente, uma capacidade avassaladora de transformar os lugares (natureza e cultura), mas, a priori, não se pode afirmar se isso é bom ou ruim. Somente as análises de caso podem revelar como, quando e onde o turismo impactou positiva ou negativamente o patrimônio natural ou cultural de um lugar.

Para Boud-Bovy (apud CRUZ, 2001, p. 29), “o turismo exerce tanto influências benéficas como maléficas sobre os ambientes, afetando os recursos de formas contraditórias”. Se por um lado, ele degrada de forma irreversível recursos naturais que são suas maiores atrações, por outro lado protege o meio ao despertar

o interesse da população e das autoridades sobre o seu valor e carrear recursos para sua preservação.

Para Cruz (2001), a atividade turística como depende da manutenção dos recursos naturais, não tem interesse em degradá-lo, e que se faz necessário se libertar do que ela chama de *“insistente julgamento maniqueísta dos fenômenos, que insiste em separar o bem do mal, quando, em se tratando de práticas sociais, este não é um exercício nada simples como pode parecer”* (CRUZ, 2001, p. 30).

Ainda sobre a questão da degradação que a atividade turística pode provocar nos ambientes, ela assim se posiciona:

A degradação de ambientes naturais ou urbanos contraria a lógica de reprodução da atividade. Nesses casos, ou há algum erro estratégico de planejamento subjacente ao processo de apropriação dos lugares pela atividade ou, simplesmente, o planejamento jamais existiu (CRUZ, 2001, p. 30).



FIGURA 41: Lagoa do Junco, uma das dezenove existentes dentro da Mata Estrela, um dos locais adequados ao ecoturismo.

Fonte: IDEMA, 2000.

As atividades produtivas do entorno da cidade de Baía Formosa, principalmente a indústria do açúcar e do álcool, de significativa importância econômica para o município, que, como o turismo, se constitui numa permanente ameaça a esse extraordinário patrimônio natural, impõe a adoção de uma planificação integrada que observe os instrumentos legais de regulação, como única forma de conciliar os interesses em conflito das diversas atividades.

A esse respeito assim se refere Rodrigues (1997, p. 102):

Deve ser buscado um equilíbrio entre as soluções defensivas fundamentadas em políticas restritivas e de controle, e entre as estratégias ativas e construtoras. É necessário perseguir o equilíbrio, pois o turismo, apesar de seus impactos negativos, não deve ser descartado como atividade econômica alternativa para os países de economia periférica.

A conscientização da população autóctone de que a preservação desses recursos naturais é vital para que a atividade se desenvolva de forma controlada e possa distribuir os seus benefícios com todos, também já começa a acontecer, haja vista que se encontra em formação na cidade uma Organização não governamental - ONG ambientalista formada por pessoas do lugar.

Rodrigues (1997, p. 38), refletindo sobre a era da civilização do lazer e, por extensão, do turismo hoje presente na sociedade contemporânea, proporcionada, entre outros fatores, pela ampliação do tempo livre, afirma *“Indubitavelmente foi introjetada na mente dos indivíduos uma nova necessidade – a do lazer, lato sensu e da recreação, esportes e turismo, no sentido mais restrito. Expressão dessa ideologia é a apologia da viagem turística como uma necessidade”*.

Essa nova necessidade do homem foi criada pela sociedade de consumo que estabeleceu como uma obrigação o preenchimento do tempo livre das pessoas, condenando a se despendar o tempo livre em pura contemplação a uma perda de tempo, e *como tempo é dinheiro...*, segundo a ideologia capitalista. Neste sentido, segundo Rodrigues, *“há quem diga que ao Homo sapiens sucede o Homo turisticus, um produto da sociedade de consumo”* (RODRIGUES, 1997, p. 39).

Em função desse tipo de ideologia houve, em todo o mundo, um grande incremento do fenômeno turístico nos últimos trinta anos, notadamente o turismo de massa. Hoje já existe oferta de viagem turística que cabe em cada bolso, em cada orçamento, ou seja, a viagem turística foi colocada ao alcance de todos.



FIGURA 42: Vista do extenso manguezal do estuário do Curimataú-Cunhaú em Baía Formosa. Ambiente propício para a o ecoturismo.
Fonte: IDEMA, 2000.



FIGURA 43: Vista das falésias na praia do Porto.
Fonte: Carlos José, 2003.



FIGURA 44: Praia de Bacopari. Praia virgem, ideal para o banho de mar, esportes náuticos ou para a simples contemplação.
Fonte: Carlos José, 2003.

Quando fazia uma prospeção para o início deste milênio acerca dos novos fluxos do turismo internacional, Rodrigues (1997) destacava a enorme importância da ciência, da tecnologia e da informação para o estabelecimento de novos fluxos, com alteração nos hábitos de consumo:

Nesse particular, o mito do eterno retorno será reforçado pela mídia que vem incentivando de forma bastante agressiva a busca da natureza, mediante a promoção do ecoturismo. Assim propugna-se um novo tipo de consumo – o consumo produtivo do espaço, por meio da interação, do respeito à natureza, do aprendizado, da preservação (RODRIGUES, 1997, p. 18).



FIGURA 45: Vista da baía ao por-do-sol, paisagem que pode inspirar as pessoas às atividades lúdicas.

Fonte: Jonas Reis, 2003.

O município de Baía Formosa tem como principal recurso turístico o meio natural, e com ecossistemas de grande biodiversidade, e de extrema fragilidade ambiental, os impactos causados pela atividade turística, podem vir a comprometer a integridade dos recursos disponíveis, caso essas atividades sejam desenvolvidas de forma irresponsável. Entretanto, se o turismo a ser ali

desenvolvido for de acordo com este novo tipo proposto, as perspectivas do município e, em especial, da cidade de Baía Formosa e de sua comunidade, são alentadoras.



Praia da Cotia



Praia do Farol



FIGURA 46: Vistas das praias da Cotia e do Farol, que apresentam alto grau de originalidade. Fonte: Medeiros e Feijó, 2000.

Nesse mesmo sentido, Mendonça (2001, p. 21) alerta:

Para se ter uma relação mais intensa com o lugar é preciso vivenciá-lo. É preciso que o turismo possibilite alguma relação mais direta, em que a vivência represente uma relação de troca, de aprendizado e de respeito. Muitas vezes, a melhora da qualidade da percepção requer conhecer melhor as características ambientais locais. O turismo pode proporcionar isso. Só a vivência pode levar ao afeto, que finalmente levará ao respeito e à solidariedade com as populações atuais e futuras.

Portanto, não bastam os atributos naturais existentes em profusão em Baía Formosa, é indispensável que a população local possa participar da economia do turismo, possa entender que o fenômeno turístico pode ocorrer em sua comunidade sem que isso signifique, ou possa significar, a dissolução de sua

cultura, se forem observados os princípios da sustentabilidade sob os seus mais variados enfoques.

A sustentabilidade aqui entendida é aquela definida por Sachs (apud BARBIERI, 1997, p. 42):

[...] seu conceito não pode se limitar apenas a visão tradicional de estoques e fluxos de recursos naturais e de capitais, é necessário considerar simultaneamente as seguintes dimensões: (1) sustentabilidade social, o objetivo de melhorar substancialmente os direitos e as condições de vida das populações e reduzir as distâncias entre os padrões de vida dos grupos sociais; (2) sustentabilidade econômica, viabilizar uma alocação e gestão eficiente dos recursos, avaliada muito mais sob critérios macrosociais do que microempresariais e por fluxos regulares de investimentos públicos e privados; (3) sustentabilidade ecológica, deve envolver medidas para reduzir o consumo de recursos e a produção de resíduos, medidas para intensificar as pesquisas e a introdução de tecnologias limpas e poupadoras de recursos e para definir regras que permitam uma adequada proteção ambiental; (4) sustentabilidade espacial, contemplar uma configuração mais equilibrada da questão rural-urbana e uma melhor distribuição do território, envolvendo, entre outras preocupações a concentração excessiva das áreas metropolitanas; e (5) sustentabilidade cultural, para serem buscadas concepções endógenas de desenvolvimento que respeitem as peculiaridades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Neste sentido, a participação ativa da comunidade é fundamental para que o processo de inserção do turismo como agente promotor do desenvolvimento da coletividade venha, de fato, ocorrer. A cultura do lugar pode e deve ser colocada a serviço da melhoria da qualidade de vida das pessoas da localidade.

Sobre essa questão, assim se refere Mendonça (2001, p. 23):

A desconsideração dos elementos culturais locais no planejamento e desenvolvimento de atividades turísticas está profundamente relacionada à degradação ambiental gerada na grande maioria das localidades turísticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo encontrar-se exemplos semelhantes em todo o mundo. As comunidades nativas conhecem muito bem as características ecológicas do meio natural e seu limite de saturação. Sua participação ativa pode dar os parâmetros da sustentabilidade da atividade turística. Só assim elas, e igualmente as gerações futuras, poderão ser beneficiárias deste desenvolvimento. Até aqui os povos nativos têm sido descartados desse processo, aumentando cada vez mais os índices de pobreza e marginalidade, sobretudo na faixa tropical do planeta, onde a riqueza e diversidade de atrativos turísticos é extraordinária.

Os baixos níveis de escolaridade e os altos índices de analfabetismo da população de Baía Formosa, no entanto, aliados à deficiente qualificação da mão-de-obra local, advinda, em sua grande maioria, da pesca ou da atividade canavieira conforme foi visto no capítulo anterior, são fatores que, decerto, dificultarão o processo de inserção da comunidade local nos benefícios que o turismo podem proporcionar.

Esse quadro de deficiência já começa a se manifestar, uma vez que os restaurantes, as pousadas, outros equipamentos turísticos, e demais estabelecimentos de comércio local surgidos nos últimos anos na cidade, desenvolveram para atender principalmente à demanda dos veranistas e turistas, e não são, em sua maioria, empreendimentos feitos pela população local e sim por pessoas de outros lugares, o que faz com que a população nativa seja excluída do processo (Figuras 47 e 48).

Para que a população local seja participante ativa do fenômeno turístico que ocorre em sua localidade, é preciso que sejam adotados procedimentos que introduzem sua participação efetiva, como propõe Rodrigues (1997, p. 83):

[...] o turismo pode funcionar como importante forma de conscientização mediante a observação participativa, com base em experiências autênticas e não programadas. O objetivo é conviver, participar, discutir, buscando mergulhar fundo na cultura da população residente. Nesse sentido a hospedagem nas residências das famílias locais, ao estilo Fernando de Noronha, oferece uma experiência por demais enriquecedora. Do ponto de vista econômico é uma estratégia que melhor dinamiza a população fixa, integrando-a diretamente na atividade turística.

O forte apelo existente em Baía Formosa para o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de aventura pode se constituir exatamente neste turismo diferenciado em que a população residente seja partícipe do processo. Como a atividade turística ainda é incipiente no município e, considerando que o fenômeno das segundas residências (casas de veraneio) não ter, ainda, se disseminado por todo seu litoral - em razão da razoável distância das cidades de maior porte, como Natal, João Pessoa e Recife -, o fato das áreas litorâneas ao Norte e ao Sul da cidade estarem sob o domínio de empresas privadas e, também, em virtude dos obstáculos naturais, como as falésias, dunas e a Mata Estrela, ainda é possível se

incorporar a população local no processo, desde que o poder público redirecione as políticas públicas voltadas para o turismo, para que se alcance o desenvolvimento sustentável da atividade, tão presente nos discursos de órgãos e governos nacionais e internacionais.



FIGURA 47: Pousada *Sonho Meu*. Seu proprietário, como a maioria dos empreendedores do turismo da cidade, não é nativo do lugar.
Fonte: Jonas Reis, 2003.

O desenvolvimento sustentável que se pretende para o município é o que está contido no documento Agenda 21 Brasileira - Bases para discussão, ou seja, é aquele que condiciona a preservação ambiental a um novo modelo de desenvolvimento da civilização, fundamentado no uso racional dos recursos naturais, para que estes possam continuar disponíveis às gerações que ainda virão. É o tipo de desenvolvimento, que não esgota mas conserva e realimenta sua fonte de recursos naturais, que não inviabiliza a sociedade mas promove a repartição justa dos benefícios alcançados, que não é movido apenas por interesses imediatistas mas sim baseado no planejamento de sua trajetória e que, por estas razões, é capaz de manter-se no espaço e no tempo (NOVAES; RIBAS; NOVAES, 2000).



FIGURA 48: Vista do único Shopping de Baía Formosa, empreendimento de iniciativa de um empresário de fora da cidade.

Fonte: Carlos José, 2003.

O estabelecimento de pequenos negócios voltados para a atividade turística, com o apoio do Poder Público e o incentivo dos organismos financiadores, através dos diversos programas de fomento à atividade, e que integre a comunidade local nos mesmos, articulado com outras atividades produtivas ou não existentes no município, como o artesanato, o folclore, a agricultura familiar, a pesca artesanal e a gastronomia, baseada na culinária local rica em frutos do mar, no pescado da albacora e nos produtos feitos com a mandioca, como a tapioca e o bejú, podem se constituir em estratégias efetivas de inserção da comunidade local no turismo, podendo isso vir a significar a melhoria da qualidade de vida das pessoas do lugar e a geração de novas oportunidades de emprego e renda.

No município de Baía Formosa, o artesanato já representa uma atividade de grande valor cultural e econômico. O Centro Social João Ferreira de Souza Filho (Figura 49) é um grande ponto de suporte e incentivo à atividade, e apesar de não contar com o apoio do Poder Público local, funciona em regime de cooperativa. Divididos em grupos, homens e, principalmente, mulheres (Figura 50),

em sua maioria, esposas de pescadores, realizam trabalhos artesanais de vários tipos, com destaque para as peças em crochê e em fuchico (Figura 51), além de trabalhos feitos com materiais locais com bucha do côco, búzios, madeira e outros. Em que pese a falta de apoio do Poder Público, toda a produção é comercializada através da lojinha do Centro Social e em lojas e feiras de turismo e artesanato de outras localidades, chegando algumas a serem exportadas para o exterior através desses compradores.

É importante destacar que economicamente, esta é uma atividade altamente significativa, pois, as mulheres artesãs, muitas vezes são chefes de família responsáveis pela manutenção da casa, ou contribuem substancialmente para o aumento da renda familiar. *“O turismo articulado com o artesanato pode resultar em abertura de novas oportunidades para a geração de emprego e renda para a população local” (MEDEIROS; FEIJÓ, 2000, p. 23).*



FIGURA 49: Vista do Centro Social. Repare na lojinha que comercializa o artesanato ali produzido.

Fonte: Medeiros e Feijó, 2000.



FIGURA 50: Vista das mulheres trabalhando com o artesanato no Centro Social.
Fonte: Medeiros e Feijó, 2000.



FIGURA 51: Vista de peças do artesanato de Baía Formosa, expostas na lojinha.
Fonte: Medeiros e Feijó, 2000.

Quanto ao folclore, o que se observa é que, por falta de incentivo, os grupos de danças folclóricas outrora existentes na cidade estão desaparecendo. A falta de interesse dos mais jovens em aprender as tradições dos mais velhos é constatada pela ausência das danças típicas do lugar como o pastoril (Figura 52), a lapinha e o coco⁸, em suas reuniões festivas, sendo importante o seu resgate para a perpetuação dessa arte popular, uma das representações de sua identidade cultural, e a articulação com o turismo pode ser a alternativa viável para atingir tal objetivo, a partir da promoção de eventos que atraiam a população, inclusive a visitante, que apresentem essas manifestações (MEDEIROS; FEIJÓ, 2000).



FIGURA 52: Grupo folclórico de Baía Formosa dançando o Pastoril.
Fonte: Medeiros e Feijó, 2000.

Portanto, verifica-se que de várias maneiras o turismo pode interferir na expansão urbana da cidade de Baía Formosa, seja essa interferência de ordem

⁸ Segundo o Dicionário do Folclore Brasileiro, de Câmara Cascudo, o pastoril representa a visita dos pastores ao estábulo de Belém, com cantos, louvações, loas, entoadas diante do presépio na noite de Natal. São dois cordões de pastoras, um azul e outro encarnado, cores votivas de Nossa Senhora e de Nosso Senhor. As pastoras cantam com pandeiros, e a orquestra é de pau e corda, violões, cavaquinhos, com instrumento de sopro solista. A lapinha é a denominação popular do pastoril, com a diferença que era representada a série de pequeninos autos, diante do presépio. Popularíssimas no Brasil desapareceram quase completamente, substituídas pelos pastoris, sem a religiosidade de outrora e incluindo danças e cantos modernos. O coco é uma dança popular nordestina, cantada em coro e refrão que responde aos versos do “tirador de coco”. É canto dança das praias e do sertão. No Rio Grande do Norte é comum a roda de homens e mulheres com o solista no centro, cantando e fazendo passos figurados até que se despede convidando o substituto.

espacial, social, ambiental, econômica ou cultural, o certo é que provocará mudanças na cidade e em sua comunidade.

O ecoturismo e o turismo de aventura se apresentam como as melhores alternativas para o município, com os menores custos socioeconômicos, culturais e ambientais, mas que devem ser desenvolvidas em articulação com as atividades produtivas ou não ali já existentes, possibilitando, assim, a inserção de sua comunidade, para que ela seja beneficiária direta da atividade.

O equilíbrio entre a utilização de seus frágeis recursos naturais e o desenvolvimento da atividade turística deve ser perseguido. Nessas circunstâncias, o turismo ali desenvolvido será realizado com bases sustentáveis, fundamentadas no respeito mútuo entre a população visitante e a comunidade local, o que a tornará efetivamente partícipe do processo.

A abordagem da expansão urbana no Brasil e na cidade de Baía Formosa feitas ao longo deste capítulo permitiu verificar que a expansão urbana daquela cidade apresenta atualmente um quadro de insustentabilidade que pode ser observado sob vários aspectos. A reduzida dimensão da área urbana da cidade e o confinamento a que a mesma está submetida, além do processo de erosão costeira de parte de seu litoral, constituem-se em fatores limitantes a ampliação da área física da cidade.

A existência de áreas de preservação ambiental que estão em seu redor, como a Mata Estrela e outros frágeis ecossistemas ambientais, como as dunas e as falésias, restringem ainda mais as possibilidades de sua expansão. Nos planos político e técnico-administrativo, a falta de compromisso dos gestores públicos locais com as questões urbanas, e as carências estruturais ali existentes, inclusive de dispositivos legais de regulação do uso e ocupação do solo urbano, dificultam a adoção de medidas necessárias à sua organização socioespacial.

A recente pressão por demanda de espaços que o turismo e o lazer exercem, vem dando contornos cada vez mais dramáticos à expansão urbana da cidade. Como já não existem mais áreas que possam ser utilizadas para esse fim, exceto aquelas de propriedade da Destilaria Baía Formosa situadas ao Sul da cidade, pessoas de outras localidades vêm adquirindo casas e terrenos à população do lugar, especialmente de pessoas que têm condições financeiras mais desfavoráveis, fato que vem provocando a substituição da população nativa por pessoas de fora da cidade.

Contribui com isso, em grande parte, a falta de oportunidades de ocupação e renda para as pessoas da cidade, devido à decadência da pesca e a redução no nível de emprego na Destilaria Baía Formosa, já que a pesca e o beneficiamento da cana-de-açúcar se constituem nos seus dois principais segmentos econômicos, sendo que o turismo, atividade que somente agora se inicia, é insuficiente para absorver grande contingente de mão-de-obra.

Esta é a situação atual da expansão urbana da cidade de Baía Formosa que se vê pressionada a crescer, mas apresenta todas essas adversidades.

4 A PROBLEMÁTICA DA EXPANSÃO URBANA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA NA VISÃO DE SEUS ATORES SOCIAIS

4 A Problemática da Expansão Urbana na Sede do Município de Baía Formosa na Visão de seus Atores Sociais

Trata este capítulo da problemática da expansão urbana observada atualmente na cidade de Baía Formosa e de suas perspectivas, na visão dos atores sociais envolvidos. Conforme se pode constatar na opinião dos entrevistados, a cidade apresenta um modelo insustentável de expansão urbana que, além de recente, agride ao meio ambiente, traz conflitos fundiários, e é atípico, devido ao confinamento que a área está submetida. O turismo é visto como uma alternativa para que a organização socioespacial da cidade se dê de forma adequada, caso sejam considerados os diversos parâmetros de sustentabilidade da atividade.

4.1 Confrontação da problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa na visão de seus atores sociais com a situação existente.

Crítico ferrenho da intervenção urbanística subordinada somente ao planejamento técnico-científico (que ele chama de cientificidade), dissociada da *práxis* (prática social) da sociedade urbana, Lefebvre afirma que se encontra hoje esboçada uma *ciência analítica da cidade*, que segundo ele é necessária, mas não basta. Esta *ciência da cidade* tem a cidade por objeto. Porém, a elaboração de seus conceitos e teorias somente pode avançar com a realidade urbana em formação, com a *práxis* (prática social) da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2001).

Para ele, o *direito à cidade* somente pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. E prossegue afirmando,

Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o 'urbano', lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que

pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte (LEFEBVRE, 2001, p. 117).

Foi com esse entendimento que se buscou identificar a essência da problemática da expansão urbana observada atualmente na cidade de Baía Formosa, sob a ótica dos atores sociais envolvidos, uma vez que o objetivo maior deste trabalho, como antes referido, é o de analisar o processo de expansão urbana dessa cidade, e as possibilidades de sua organização socioespacial que propiciem a elaboração de propostas para um planejamento urbano adequado às características espaciais da área, considerando a complexidade e as contradições das relações sociais ali existentes. Ou seja, a utilização da técnica e da ciência em benefício da (re)construção da cidade a partir da força social da sociedade urbana local.

Neste sentido, na presente pesquisa adotou-se o entendimento dado por Corrêa (1989), do que são atores sociais. Segundo ele, os atores sociais são entendidos como os agentes que produzem e consomem o espaço urbano da cidade, por meio de ações complexas, que levam a um constante processo de reorganização espacial, e que derivam da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. Esses agentes são, principalmente, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989).

Procurou-se, assim, fazer a identificação de representantes desses agentes entre os membros dos diversos estratos sociais que pudessem ser representativos do *pensamento* (ideologia) da comunidade local da cidade de Baía Formosa e das pessoas que pudessem interferir de forma efetiva no processo de expansão urbana daquela cidade. Em outras palavras, procurou-se identificar os atores sociais envolvidos com as questões urbanísticas daquela localidade.

Considerando que a pesca e o beneficiamento da cana-de-açúcar são os segmentos econômicos preponderantes na questão da ocupação e renda no município e o turismo é a atividade emergente, procurou-se identificar representantes de relevo dessas atividades entre os atores sociais selecionados, entendendo que eles representam os donos dos meios de produção e, também, os proprietários das terras, no caso das pessoas ligadas a Destilaria Baía Formosa.

Devido a relevância dos frágeis ecossistemas ambientais presentes na cidade e em seu entorno, e que representam fontes de recursos naturais que são utilizadas pelas diversas atividades econômicas ali estabelecidas, inclusive o turismo, também se buscou identificar representantes da questão ambiental entre as pessoas ouvidas.

O poder político local, que representa a figura do Estado, e que é responsável pela condução de grande parte das políticas públicas que interferem direta ou indiretamente na questão urbana da cidade teve, da mesma maneira, identificados legítimos representantes entre aqueles atores sociais escolhidos.

A classe trabalhadora, agente, portadora e suporte social da realização da transformação e renovação da cidade para que esta inverta a lógica hoje vigente, de *lugar de consumo*, e se torne em *usufruto de lugar*, e os demais grupos sociais excluídos, não poderiam deixar de estar representados entre os atores selecionados.

Todavia, deve ser ressaltado que os representantes do Poder Judiciário, o Juiz de Direito da Comarca de Canguaretama, a qual o município de Baía Formosa está jurisdicionado, e do Ministério Público, a Promotora de Justiça daquela Comarca, escolhidos dentre os atores sociais relevantes à identificação da problemática da questão urbana da cidade, acabaram não sendo entrevistados. O primeiro, pelo fato de estar há pouco tempo à frente daquela Comarca, ainda desconhece a complexidade da problemática urbanística da cidade de Baía Formosa, e a segunda, em virtude de desencontros de agenda com o entrevistador, a época do trabalho de campo.

Foram os seguintes os atores sociais selecionados, por ordem de entrevista realizada, cuja identificação foi autorizada para fins deste trabalho acadêmico:

1. Helder AMARAL, representante da ONG, Amigos da Mata Estrela (em implantação), ex-Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente;
2. José Galdino ALVES, conhecido como Parrudo, ex-Prefeito, por 02 vezes, de Baía Formosa;
3. Maria Salete Bernardo da CÂMARA, ex-Secretária Municipal do Trabalho e Bem-Estar Social, atual representante do Centro Social João Ferreira de Souza Filho;
4. Luís Eduardo da SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Baía Formosa;

5. José Nivaldo MELO, dono da Pousada Chalemar, Presidente da Associação do Núcleo das RPPN do RN e ex-Superintendente da Destilaria Baía Formosa, cargo que ocupou por 10 anos, ainda com ligações com a empresa;
6. Laís Ferreira dos Santos MADEIRO, Chefe do Patrimônio Municipal;
7. Antônio Duarte NASCIMENTO, 59 anos, conhecido como Antônio de Zé Grande e Cícero Fernandes de Lima, conhecido como Cícero Penquinha, 75 anos (pescadores);
8. José Carlos Martins LEITÃO, vereador;
9. José Duarte RIBEIRO FILHO, conhecido como Zeca de Luca, Presidente da Colônia dos Pescadores de Baía Formosa;
10. José Maria VILAR, Coordenador do Pólo de Turismo Costa das Dunas;
11. Cledinilson Ferreira de LIMA, conhecido como Nego de Agapito, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baía Formosa;
12. Samuel Monteiro da CRUZ, atual Prefeito Municipal;
13. Jeferson Leite OLIVEIRA, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Baía Formosa;
14. Dra. Ivaneide Confessor, Promotora de Justiça da Comarca de Canguaretama;
15. Dr. Rogério Januário Siqueira, Juiz de Direito da Comarca de Canguaretama.

Em seguida, partiu-se para formulação de um questionário, composto por 04 (quatro) perguntas que foram feitas a esses atores sociais envolvidos no *processo* em análise, e cujas respostas pudessem identificar a problemática da expansão urbana da cidade por eles observada.

Foi o seguinte o roteiro de perguntas formulado:

Na sua opinião:

1. Como o(a) senhor(a) descreveria o crescimento da cidade de Baía Formosa nos últimos anos?
2. O que o(a) senhor(a) considera que provocou modificações na cidade nesse período?
3. O que o(a) senhor(a) acha do turismo em Baía Formosa?
4. Quais as conseqüências da expansão urbana na cidade?

Selecionado os atores sociais e definido o roteiro de perguntas, foram realizados, no período de 23 a 31 de agosto de 2003, os trabalhos de campo que consistiram do seguinte: entrevistas com as pessoas selecionadas; realização de registros fotográficos de diversos pontos da cidade; obtenção de dados

complementares, como, por exemplo, a base cartográfica da cidade, junto ao Setor de Patrimônio da Prefeitura; visitas aos pontos mais conhecidos da cidade, aos locais de interesse turístico mais relevantes, ao Centro de Artesanato, e aos equipamentos turísticos mais importantes; além de visitas à Prefeitura, à Câmara Municipal, ao Centro Social João Ferreira de Souza Filho, à Rádio Comunitária, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, à Associação Comercial, Industrial e Agropecuária, à Colônia de Pescadores, e a outros locais de interesse para este trabalho.

Vale destacar que várias outras visitas foram feitas àquela cidade pelo autor desta pesquisa, objetivando, entre outros motivos, a coleta de dados complementares junto às instituições que têm mais afinidade com este trabalho, outros registros fotográficos considerados importantes, conversas informais com os atores sociais que haviam sido entrevistados e com outros moradores da cidade que pudessem, de alguma forma, contribuir com informações adicionais relevantes, além de visitas a diversos pontos da cidade já visitados ou não.

Em Natal, foram feitas visitas: à CAERN, para obtenção de uma base cartográfica mais atual da cidade de Baía Formosa; ao IDEMA, para obtenção de plantas do município, dados técnicos diversos, informações socioeconômicas e ambientais da cidade e do município; à Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU, para a coleta de dados em processos administrativos relativos a imóveis de Baía Formosa e para obtenção de cópias de fotos aéreas daquela localidade; à Bibliotecas; entre outros locais.

Todas as entrevistas foram gravadas em fita cassete, sendo posteriormente transcritas e digitalizadas e se encontram arquivadas, tanto a fita cassete como o disquete com a transcrição digitalizada. O entrevistador foi o próprio autor deste trabalho e a transcrição e digitalização das entrevistas foi feita por empresa especializada, sendo revisadas posteriormente pelo responsável por esta pesquisa.

Da consolidação e sistematização dos dados obtidos com as entrevistas, chegou-se às conclusões que a seguir serão apresentadas sobre a problemática da expansão urbana observada atualmente na cidade de Baía Formosa e de suas possibilidades na visão daqueles atores sociais, sendo, ao mesmo tempo, feita sua confrontação com a situação ali observada pelo autor desta

pesquisa tendo como base as reflexões de diversos estudiosos da temática da cidade e do urbano.

Acerca do crescimento da cidade nos últimos anos, o entendimento dos vereadores José Carlos Leitão e Luís Eduardo da Silva, e de Cledinilson Lima (Negócio de Agapito), Laís Madeiro e Antonio Nascimento (Antonio de Zé Grande), todos nativos de Baía Formosa, foi o de que a expansão física da cidade, de fato, ocorreu até o limite da área de domínio do município, apesar de muitos terem afirmado que a expansão da cidade foi prejudicada pela falta de espaço físico, devido a presença dos dois latifúndios ao seu redor (ver Figuras 02, 38, 53 e 54): Sibra Empreendimentos S/A (antiga Fazenda Estrela), no extremo Norte, do lado esquerdo de quem entra na cidade; e ao Sul e à Oeste, as terras da Destilaria Baía Formosa, incluindo nestas a Mata Estrela. Os depoimentos que se seguem confirmam essas situações.

Baía Formosa tem tido um crescimento muito grande diante da população de Baía Formosa, fato esse que não se comprova nos dados estatísticos, entendeu? Na hora em que a gente fala do crescimento de Baía Formosa, a gente vê a questão da população, mas isso não demonstra dentro do quadro oficial do IBGE. Mas de fato nós estamos vivendo na cidade e vemos que a cidade tomou uma extensão grande, inclusive tomando conta de toda área física da cidade (LEITÃO, 2003);

[...] um fator importante que é justamente a expansão territorial de nossa cidade, que infelizmente o nosso município já está inchado, pelo fato de não ter mais espaço para que a gente possa ter um trabalho habitacional, uma expansão habitacional. Então, infelizmente, nossa cidade é, ela é limitada a dois latifundiários, a Destilaria e a Fazenda Estrela, o qual hoje tem o nome de Sibra (SILVA, 2003);

[...] e nós vivemos dentro de uma cidade com uma cerca, parece até que o pessoal está num cercado igual a um animal, num tem nem como construir uma casa melhor pra lá, porque hoje deve ter no momento uma negociação com a empresa pra se fazer aquilo ali [...] (LIMA, 2003);

Nos últimos quatro anos houve uma parada no crescimento por falta de terra, porque nós não temos mais, a área todinha só resta um pedaço da parte do cemitério. Daqui do cemitério que é onde tá também já quase que uma parte negociada, tem um pessoal querendo vir, uns portugueses querendo fazer um hotel, mas a outra parte aqui todinha nós não temos mais nenhuma área disponível, toda ela foi ocupada (MADEIRO, 2003);

[...] e Formosa hoje tá umas dez ou mais da Formosa que era. Então com ajuda do pessoal de fora que veio aparecendo e chegando aqui, morando [...] e foram se unindo, se unindo, nossos pais que eram mais velhos que eu hoje, né? Que faz três anos que papai morreu com 93 anos e ele me contou muitas coisas e muitas coisas eu aprendi com ele [...] Ela tá crescendo em população, em comunidade ela tá crescendo, porque o que a gente tá vendo hoje dentro da nossa cidade, anteriormente ninguém não via. É o que eu lhe falei. Hoje ela tem três tanto de casa que nem tinha, três ou mais. Que de primeiro não se via isso e assim mesmo vai se crescendo, vai se crescendo até chegar uma tal medida, uma tal maneira, que a gente não vai nem conhecer quem é de fora, quem mora aqui com a gente (NASCIMENTO, 2003).

A foto a seguir ilustra a nítida ruptura da paisagem, uma vez que, conforme se pode observar do lado direito da rua Antonio Henrique Souto, que desce no sentido da praia de Bacopari, existe a cerca que separa a propriedade particular da Destilaria Baía Formosa da área urbana da cidade.



FIGURA 53: Vista da cerca que limita ao Sul, a área urbana da cidade, criando um forte contraste na percepção entre a área do município e a área privada.

Fonte: Carlos José, 2003.

Por sua vez, outros depoimentos destacam a influência dos dois latifúndios como fatores limitantes ao crescimento da cidade.

[...] um problema que temos aqui é que nós temos dois grandes latifundiários, e a área municipal não pode mais crescer, então tá crescendo justamente nessas áreas de preservação e se houver o enfrentamento do governo com esses empresários desapropriar terras ou até mesmo de uma forma ou de outra a gente podia evitar essa expansão desordenada no município [...] E eu mais uma vez volto a falar, o problema da expansão, os dois grandes latifundiários, das duas grandes empresas não dão espaços [...] (AMARAL, 2003);

[...] é um município em que sua área de expansão é bastante limitada, porque ela é cercada. É uma pequena área que pertence ao próprio município, cercada por grandes áreas privadas, então este é um grande desafio que a gente entende que o poder público municipal já se defronta e vai ter que tratar com muito cuidado [...] (VILAR, 2003);

Em relação ao urbanismo, eu vejo o pessoal da cidade sempre reclamar que as terras aos arredores são da Usina e que a cidade não tem como crescer [...] (LEITE, 2003);

[...] Você vê o empresário hoteleiro, por exemplo, ele quer investir, mas não tem área. Por que? Porque nós somos, talvez seja a única cidade do Rio Grande do Norte ou do país que é de empresários. É uma propriedade privada. Então áreas que nós temos aqui, por exemplo, no Bacopari, ali já pegando aquela área do farol, que ninguém constrói, porque simplesmente é do empresário da Destilaria e ele impede. Inclusive eu soube até que disse que no dicionário dele tem compra, não tem venda, quer dizer que impede inclusive esse desenvolvimento do empresário hoteleiro vir construir aqui hotéis, pousadas, etc. e tal, por falta de terreno (RIBEIRO FILHO, 2003).

A foto mostrada, em seguida, apresenta um trecho da praia de Bacopari, que se encontra totalmente desocupada apesar de situar-se contígua à cidade.



FIGURA 54: Vista da praia de Bacopari, logo após a cerca da Figura 53. Note que a área à beira mar está desocupada, existindo apenas uma cerca que demarca o limite da propriedade privada da área da praia.

Fonte: Carlos José, 2003.

Outra questão ressaltada por alguns entrevistados refere-se ao processo de desmembramento da atual área urbana da cidade, as dificuldades enfrentadas e a exígua área que dele resultou.

Baía Formosa... ela é problemática desde a “desmembração” de Canguaretama, por falta de espaço, na realidade, de crescimento. Baía Formosa ela foi um município que teve uma questão de 20 anos, desapropriação desta pequena área, que hoje existe que são 98 hectares, se não estou enganado. Então seria uma área muito pequena para o município, no caso para uma área urbana do município [...] Baía Formosa foi desapropriada, no tempo do Dr. Lavoisier por um acordo, uma questão que existia há muito tempo, há 15 anos 20 anos atrás, e pelo acordo feito, você vê, aonde é o limite no qual eu alcancei aqui [...] Nessa desapropriação, depois que um ex-prefeito, no qual foi o dono disso aqui, Frederico, vendeu à Destilaria e vendeu conosco. Interessante, ele vendeu. Ficamos inquilino da Usina, ele como prefeito e político no município, não quis o bem estar da população, que não doou pelo menos 200 hectares, onde tinha 18.000 hectares aproximadamente essa propriedade [...] Aí ficamos aqui, cercados, ficamos impensado, sem podermos crescer [...] Temos o mar de frente, temos do lado sul a Destilaria, do lado norte que é a Sibra, aqui por trás é também da Destilaria. Você não pode se mexer com isso, então estamos num centro que não podemos nos mexer nem pra lá nem pra cá. Então a dificuldade de Baía Formosa não ter crescido mais foi a falta de espaço e de área pra gente crescer, o que cresceu foi precariamente por causa disso (CRUZ, 2003);

Baía Formosa era vinculada a uma propriedade ligada por nome Estrela e era uma preocupação nossa em desapropriar Baía Formosa desta propriedade para a cidade. E quando a gente conseguiu desapropriar Baía Formosa que ela se desligou da propriedade Estrela, Baía Formosa tomou um crescimento enorme (ALVES, 2003).

Todos esses depoimentos somente confirmam que a cidade de Baía Formosa está crescendo, sua área urbana está confinada a um espaço muito restrito, e que faltam espaços para sua expansão urbana, motivos que poderão conduzir, em um futuro muito breve, ao comprometimento das áreas de fragilidade ambiental existentes em seu entorno imediato e ao surgimento de conflitos fundiários, conforme destacado ao longo desta pesquisa.

De acordo com Corrêa (1989), o espaço da cidade, ou espaço urbano, ao mesmo tempo em que se constitui num complexo conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si e que cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, é reflexo das ações de sua sociedade no passado e no presente.

E este espaço urbano, constituído por diferentes usos da terra que são movimento da própria sociedade, demandando funções urbanas que se materializam nas formas espaciais, é socialmente produzido pelos diferentes agentes sociais que simultaneamente produzem e consomem espaço.

Segundo Corrêa (1989, p. 11),

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que consomem e produzem espaço.

Em que pese a observação de que houve um crescimento da cidade nos últimos anos, o entendimento generalizado entre quase todos os entrevistados é o de que esse crescimento foi desordenado, caracterizado, segundo alguns, por uma expulsão das famílias nativas para as partes mais distantes da beira mar e pela ocupação de áreas antes consideradas como não edificantes pelos próprios gestores locais e até pelo senso comum da comunidade, colocando em risco, inclusive, as áreas de proteção ambiental.

Os depoimentos a seguir ilustram a questão da expulsão das famílias do lugar para partes mais distantes em relação à beira mar:

[...] outra coisa que preocupa muito a mim é a questão da expulsão do nativo. Às vezes eu fico pensando, onde danado ele vai morar? Porque por aqui se esse povo chegando de fora e comprando tudo o que é de casa, não sei onde que esse pessoal daqui a pouco vai morar [...] Muita gente já saiu porque ali embaixo... Quando você for descer ali, se você vai pela beira da praia de Nivaldo até ali a Colônia, ali tudo ali, são casas de pessoas de João Pessoa já, ali tudo não é mais nativo, eles já subiram já, subiram já pra lá, né? Agora eu não sei pra onde eles vão depois, onde é que eles vão ficar, aqui não tem nem zona rural que eles se desloquem pra lá. Não tem, não é? Então... (CÂMARA, 2003);

Aquela praia ali, aquela rua todinha, só era só filho natural de Formosa. Então esse pessoal venderam as casa todinha. Se tiver três filhos natural do lugar é muito. Naquela, a gente chama rua da Cacimba, tem uma cacimba lá no meio da praia. Aí se tiver três morador filho natural do lugar parece que é muito. Tem Dona Nêna, tem Miguel Santana, dois, e tem essa, como é essa que, a mulher de Chichico? Regina. Só esses três né nem? Só tem esses três. Pedro Neves, pronto! Tem quatro, só tem quatro formoseiro que mora na rua da Cacimba, naquela rua ali, aí o pessoal vende as casas tudinho [...] aí vieram tudinho morar na rua de cima [...] Esse pessoal que comprou, tudo é de fora (NASCIMENTO, 2003).

Segundo Lefebvre (apud CORRÊA, 1989), o espaço urbano constitui-se em instrumento onde são viabilizados concretamente os propósitos da classe dominante - a reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe - em grande parte através da posse e do controle do uso da terra urbana. Isso é o que está se passando atualmente em Baía Formosa, conforme foi mostrado nos depoimentos acima.

Quanto à ocupação das áreas consideradas não edificantes, o exemplo mais notório foi o que aconteceu com as áreas de dunas existentes na parte oeste da cidade, que acabaram por ser invadidas por desempregados da entressafra da moagem da cana-de-açúcar, conforme foi visto no terceiro capítulo deste trabalho. A maioria dessas pessoas veio de outras localidades, principalmente das regiões agreste e sertão dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, em busca de trabalho na monocultura da cana-de-açúcar. Muitas delas constituíram famílias (ou trouxeram as suas do interior) terminando por se fixar nesses locais - que são áreas consideradas não edificantes - formando ali as primeiras favelas da cidade. Os depoimentos a seguir somente confirmam isso:

[...] tem a Destilaria que trás muitas pessoas de fora pra trabalhar e por sua vez essas pessoas trabalham por um período de seis meses e gostam da cidade e vão ficando, então isso incha um pouco o crescimento da cidade [...] doações de terrenos inclusive em áreas proibidas, em áreas de dunas, áreas de preservação permanente [...] a gente vai na periferia digamos que, na rua do Péla, numa encosta de um morro e vai ver casas que só entram por dentro da outra, entendeu? [...] A gente vê que são casas pequenas e sem condições humanas de viver e quando chega o período de chuva há um grande problema, a defesa civil já veio aqui no município, já foi decretado estado de calamidade publica no município por conta dessas casas não oferecerem condições de segurança (AMARAL, 2003);

[...] a quantidade de pessoas de fora que vieram pra Baía Formosa, que fizeram uns casebrezinhos aí pela periferia. É um por cima dos outros. É uma situação muito complicada [...] que o crescimento dali da periferia, ou seja, daqueles pé de morro, cresce na realidade praticamente desordenado, porque você amanhece o dia hoje, anoitece sem ele e amanhece com um barraco [...] porque a gente está fazendo um terminal turístico ali em cima, e abaixo daquilo ali tem a favela, né verdade? Hoje não tem nada amanhã tem, então mandamos passar uma cerca. Cercar pra evitar que daquela cerca pra cima eles façam, construam barracos (CRUZ, 2003);

[...] Sim, aí tem a história da favela, né? Que a gente tá preocupado com isso, porque tá lá em cima, tá lá, coisa e tal, tão construindo tudo, casas de tijolo, casas boas lá em cima você vê, né? Também, além das de... feitas de caixão, né? Lá em cima tem favelas (CÂMARA, 2003);

[...] até porque quando a Usina pára, quem vem de fora fica na cidade, e isso é o perigo futuro. Que é o que tá acontecendo, toda paragem de moagem, fica dez, doze famílias na cidade e isso sem emprego, termina sendo uma conseqüência pra cidade (ALVES, 2003).

Essa área que vem recebendo o processo de ocupação descrito nos depoimentos acima se situa na periferia da cidade, sendo constituída por um espaço encravado na encosta de uma duna, e não possui atrativos naturais especiais, conforme mostrado no capítulo anterior, sendo requerida, para o seu adequado aproveitamento, a realização de obras de infra-estrutura urbana de valores elevados, o que contraria a lógica da produção da cidade capitalista.

Ao analisar a dinâmica espacial da segregação, Corrêa assim se refere as correntes migratórias da zona rural para as zonas periféricas da cidade:

A periferia da cidade, local da população de baixo status social, ratifica, em um momento posterior, este seu papel: é o locus de correntes migratórias da zona rural e de pequenas cidades [...] (CORRÊA, 1989, p.73).

O crescimento desordenado da cidade foi atribuído, segundo alguns entrevistados, a falta de instrumentos de controle de uso e ocupação do solo, como o Plano Diretor e o Código de Obras, a falta de políticas públicas na área de habitação e, até, a doação, sem critérios, feita pelo Poder Público Municipal, das pouquíssimas terras disponíveis para as pessoas construírem moradias, sem que houvesse um planejamento habitacional. Eis os seus depoimentos:

[...] houve um crescimento muito grande da cidade e desordenado na minha opinião [...] não teve a preocupação na hora de doação de terrenos [...] Na minha opinião, eu acho que se o governo municipal tivesse a preocupação que nunca teve nenhum deles da criação do Plano Diretor, a gente podia definir muitas áreas e até mesmo trabalhar a expansão urbana na questão de desapropriação de terras [...] (AMARAL 2003);

[...] a gente considera que houve um certo crescimento, agora de forma desordenada e, sobretudo pela inexistência de um Plano Diretor que nós não temos na cidade. E outro fator que a gente considera que impediu esse crescimento, ou fez com que seja dessa forma, é a descontinuidade administrativa que é muito forte no município, então isso aí no plano municipal, de gestão municipal, isso dificulta muito, impede muito uma continuidade nas coisas que são, de políticas públicas, então isso aí é um prejuízo grande que o município vem enfrentando, tem enfrentado, e a gente não tem muita expectativa que esse problema pertence à Baía Formosa [...] (CÂMARA, 2003);

[...] você vê hoje a nossa cidade aí com essa expansão habitacional, que nós temos hoje aí, esse pedacinho de terra que nos resta de nossa cidade está aí, e que nós estamos detectando e conversamos com o Prefeito, que no sentido da gente doar esses terrenos a essas pessoas, precisamos doar com muita cautela, pelo fato de não gerar um problema mais sério ainda futuramente, um problema urbano que é o que pode acontecer futuramente (SILVA, 2003).

Para José Maria Vilar é fundamental que se priorize a elaboração de um Plano Diretor, que seja bastante discutido com os diversos segmentos da população local, envolvendo também os proprietários das grandes áreas privadas do entorno, uma vez que Baía Formosa apresenta características especiais por ter uma

área urbana bastante limitada e estar cercada por áreas de empresas privadas e por reservas ambientais de mata atlântica. Assim ele se expressou:

[...] é fundamental que seja priorizado no município a elaboração de um Plano Diretor, bastante discutido, bastante aprofundado, não pode ser uma coisa superficial. Esse Plano Diretor normalmente já é fundamental para qualquer município, em Baía Formosa tem uma importância ainda maior em função das características próprias da limitação de expansão urbana da sede do município, passando também por uma discussão, envolvendo, no meu entendimento, também os grandes proprietários das áreas privadas, até porque naquele município também se situam áreas de reservas florestais de mata atlântica, já existe uma RPPN, uma das maiores do Nordeste que é a Mata Estrela, de tal forma que eu entendo que é fundamental que se priorize em Baía Formosa a elaboração de um bom e bem discutido, bem elaborado, Plano Diretor (VILAR, 2003).

Contudo, observa-se que a construção de instrumentos de planejamento e gestão de cidades baseados na esfera técnica do planejamento urbano, enquanto setor da administração pública (tecnocracia estatal), protagonizou a produção de cidades a cada dia mais injustas, mais segregadas, com setores das mesmas sendo beneficiados pela intervenção urbanística elitista do Estado e outros completamente *abandonados*, constituídos pelas maiorias urbanas ilegais, os excluídos (ROLNIK, 1997, p. 351-360).

A publicação, em 2001, do *Estatuto da Cidade - Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos*, pela Câmara dos Deputados, por meio de sua Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, em parceria com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República e a Caixa Econômica Federal, com o apoio técnico do Instituto Pólis de São Paulo, já advertia:

O planejamento – principalmente por meio de Planos Diretores e de zoneamentos – estabelece uma cidade virtual, que não se relaciona com as condições reais de produção da cidade pelo mercado, ignorando que a maior parte das populações urbanas tem baixíssima renda e nula capacidade de investimento numa mercadoria cara – o espaço construído (BRASIL, 2001a, p. 27).

A desconsideração da existência dessa população no planejamento urbano, sobretudo nos zoneamentos, acaba por definir uma oferta potencial de espaço construído para os setores de classe média e alta muito superior a sua

dimensão, ao mesmo tempo em gera uma enorme escassez de localização para os mercados de baixa renda.

Segundo Rolnik (1997, p. 359):

A formulação de uma estratégia econômico-político-territorial para o futuro da cidade, conduzida por um fórum representativo de agentes que a constituem e assentada sobre um pacto de solidariedade urbana, pode ser um importante elemento de constituição de uma nova cidade, ou de uma nova ordem urbanística.

Neste sentido, somente seguindo as diretrizes gerais da proposta estabelecida no Estatuto da Cidade de construção de uma nova ordem urbanística, que seja redistributiva e incluyente, é que o Plano Diretor da cidade de Baía Formosa, como pensam aqueles atores sociais, pode se constituir, de fato, em um instrumento que possa promover a gestão democrática da cidade, combater a especulação imobiliária, implementar o direito à cidade, de forma que ela seja sustentável e, também, promover a regularização urbanística e fundiária das áreas urbanas ocupadas pela população de baixa renda.

A fragilidade dos movimentos sociais existentes na cidade de Baía Formosa, no entanto, e a falta de compreensão de sua população sobre a preservação de bens de interesse coletivo, aliada à inobservância dos poderes públicos sobre a sua competência em proteger os bens públicos, constitui-se em entraves que terão que ser superados para a construção das propostas de gestão democrática da cidade. Atualmente, esse *status quo* somente tem contribuído para que os espaços públicos da cidade sejam a cada dia mais privatizados, estejam eles na orla marítima, como é o caso das áreas de praia (Figura 55), nas praças e, até em ruas, todos considerados bens de uso comum do povo.

A foto a seguir mostra a área de uso comum da praia utilizada com fins privativos na praia da Cacimba.



FIGURA 55: Barraca construída em plena faixa de praia - área de uso comum do povo. Praia da Cacimba.
Fonte: Carlos José, 2003.

Conforme destaca Bentes Sobrinha (2001), o Estado brasileiro não cumpre seu papel de fazer uma regulação efetiva quanto às questões específicas do urbano, permitindo, por sua omissão, a atuação livre do setor privado, sobretudo nos processos de apropriação da terra. Por outro lado, nos últimos anos, o Estado tem atuado de forma bastante enfática nas práticas de intervenção urbana, através de regulações específicas sobre o ambiente natural, passando a impressão, que não condiz com a realidade, de que as intervenções públicas e privadas são verificadas dentro de processos articulados de planejamento urbano e do meio ambiente.

A esse respeito, ela assim conclui:

Com isso, observamos que, a partir dos anos 80, a questão da proteção dos bens públicos, no País, situou-se num contexto em que a Política e o Planejamento referidos ao urbano e ao meio ambiente se fragilizaram no que diz respeito à garantia, ampliação e efetivação dos direitos urbanos e do direito ao meio ambiente. Isso ocorreu, notadamente, devido à precariedade, quando não a ausência, de mecanismos de tratamento específico da questão urbana.

Considerando que a proteção pressupõe tanto a conservação material quanto a da natureza pública dos recursos naturais, constatou-se que a fragilidade nos processos de planejamento e gestão da terra urbana comprometeu os objetivos de proteção ambiental no sentido mais amplo (BENTES SOBRINHA, 2001, p. 55).

Ao analisar a difusão das idéias da Reforma Urbana no Rio Grande do Norte, ela verifica que, paralelamente a questão ambiental assumiu papel de destaque na agenda das políticas locais, porém desarticulada da problemática urbana, o que levou a afirmar:

Embora as questões urbana e ambiental, em tese, já estarem sendo concebidas de forma articulada, na prática elas estavam amplamente dissociadas. Por um lado, as ações de planejamento ambiental, foram dirigidas predominantemente para a proteção dos recursos naturais quanto à sua dimensão material, buscando-se enfrentar, por exemplo, os problemas da poluição, desmatamentos e devastação de dunas. Por outro lado, esvaziaram-se as ações referentes à regulação efetiva, pelo Estado, dos processos de apropriação da terra urbana e da forma de distribuição dos benefícios gerados no processo de urbanização, na ótica dos direitos urbanos e do direito ao meio ambiente (BENTES SOBRINHA, 2001, p. 34).

Ainda segundo ela, o que foi identificado no contexto regional, não constitui um fato isolado. Ou seja, a questão ambiental tratada de forma desarticulada com os problemas específicos do urbano, levando a considerar que somente atuando dentro de uma política integrada que tenha como foco o urbano é que poderão ser efetivados os direitos sociais, entre eles, o direito à cidade e ao urbano, e o direito ao meio ambiente. Neste sentido, ela afirma:

O conjunto de propostas que buscam a articulação entre as questões ambiental e urbana, visando à ampliação e efetivação dos direitos sociais e do direito ao meio ambiente, têm na Política Urbana e no Planejamento instâncias necessárias à viabilização de tais objetivos, da mesma forma que os processos de instituição e efetivação dos referidos direitos têm conferido, em cada momento histórico, novos sentidos a esses instrumentos (BENTES SOBRINHA, 2001, p. 55).

Na perspectiva de que todos devem se submeter ao poder do Estado, por delegação de poderes concedida pela própria sociedade, a Política Urbana e o Planejamento se reafirmam como instâncias técnica e política possíveis e necessárias à realização dos direitos urbanos e do direito ao meio ambiente e, assim, à proteção dos bens públicos.

Vários depoimentos dos atores sociais entrevistados denunciam que o crescimento físico da cidade não foi acompanhado pelo aumento de atividades que garantam a geração de ocupação e renda para as pessoas do lugar. A pesca decadente e a redução no número de postos de trabalho na Destilaria Baía Formosa, somente fizeram diminuir as oportunidades de ocupação e renda na cidade.

[...] a pesca está em decadência, a Destilaria, tá havendo um dado novo esse ano porque tá montando uma fábrica de açúcar vai empregar mais pessoas, mas desde o momento que a gente administrava, uma preocupação, numa indústria de quê? De mecanizar, de automatizar cada vez mais e diminuir a mão-de-obra, isso é uma situação que existe no mundo inteiro, em Baía Formosa não é diferente, então a economia da cidade é limitada [...] (MELO, 2003);

[...] na minha concepção, é que Baía Formosa realmente tá crescendo geograficamente, mas um crescimento, vamos dizer assim, da pobreza, o crescimento da cidade foi puxando a pobreza, e eu não vejo muitas perspectivas pra atual administração que venha dar uma alavancada, inclusive na parte do turista que hoje é a chaminé do emprego direto e indireto [...] Esse crescimento de Baía Formosa, isso preocupa inclusive a questão da pesca (RIBEIRO FILHO, 2003);

[...] o crescimento nosso aqui de Baía Formosa tirou da pesca, acabou-se, fica o lugar parado (NASCIMENTO, 2003);

A cidade cresceu em popularidade, o contingente de gente, ela teve um aumento a cada dia, a mês e a ano, mas emprego, pra mim ela continua no zero. Hoje, até a indústria que se encontra aqui na nossa região, ela abrange na faixa de 70% dos funcionários de outras regiões, principalmente da área do Nordeste, que vem prestar seus serviços aqui, onde eu era de acordo que cedesse 50% para nossa comunidade, isso não existe e eu sou a prova disso (LIMA, 2003);

[...] porque não adianta crescer a cidade e não ter emprego. Eu acho fundamental se ter emprego [...] Na habitação não vi crescimento nenhum, não. Em termos de renda também não senti crescimento, não. Muito pouco, né? Exatamente alguns investimentos pequenos, por exemplo, como o nosso mesmo, que aqui é o shoppingzinho, nós geramos aqui oito empregos, né? Aí tem uma pousada que chegou ali, vai gerar mais uns dez, né? Então muito pouco no crescimento, né? A Prefeitura em vez dela aumentar a geração de empregos ela diminuiu, né? Então, quer dizer, como a cidade gera mais em função da Prefeitura, né? Então, até pro cara reformar sua casinha fica difícil, porque o salário dele diminui, né? Recebe atrasado, o vizinho dele que trabalhava na Prefeitura e perdeu o emprego, né? E a

cidade não gera emprego enquanto não chegar investimento de fora (OLIVEIRA, 2003);

[...] a nossa pesca tem sido assim uma decadência enorme, o problema tá muito grave e tem se agravado [...] Porque hoje a questão da pesca no município, que é o nosso, basicamente e economicamente, é a pesca e a Usina. E ambos tem problema, porque a Usina hoje ela emprega muito mais gente de fora do município do que do município, isso é gravíssimo. O Sindicato Rural tem esses dados [...] quanto a Colônia de Pescadores também, a Colônia enfrenta problemas que eu considero que só isso é na área da gestão, além dos problemas da pesca ser consequência, você já sabe o que é, todo o contexto em relação à pesca, mas a questão da gestão tem dificultado muito isso aí. Então a coisa cresceu, mas assim, um crescimento desorganizado, e não é muito significativo também por conta disso, porque a pobreza aqui aumentou, em termos assim, de situação econômica do trabalho, de geração de renda, a cidade ela cresceu quanto à construção [...] (CÂMARA, 2003).

A queda na produção do pescado pode ser atribuída à pesca predatória e a falta de políticas públicas voltadas ao incremento da atividade (Figura 56). Já a redução na oferta de emprego na Destilaria pode ter sido causada, principalmente, por dois fatores: a mecanização/automação dos processos de plantio, colheita e de produção do álcool e do açúcar (produtos industrializados), e a baixa qualificação das pessoas do município.

O comparativo dos dados dos Censos/IBGE dos anos de 1991 e 2000, relativos à população ocupada no município, ou seja, as pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por setor de atividade, segundo os Municípios, revela que houve no período um aumento no número de desempregados da ordem de 21,54%, dados que confirmam as impressões daquelas pessoas (RIO GRANDE DO NORTE, 2002a).

As entrevistas feitas com os diversos atores sociais puderam mostrar a dramática situação vivenciada pelos trabalhadores de Baía Formosa quanto a difícil situação do emprego e renda no município. As perspectivas, para eles, parecem sombrias, uma vez que a crise se verifica nas duas atividades que basicamente geram ocupação e renda para sua população. A foto a seguir mostra várias embarcações paradas na praia do Porto, ilustrando a difícil situação da pesca no município, onde é grande a insatisfação dos pescadores com a falta do produto e com o descaso do Poder Público para com a atividade.



FIGURA 56: Embarcações paradas na praia do Porto mostram a *crise* na atividade pesqueira no município.

Fonte: Carlos José, 2003.

Diversos entrevistados acham que a ausência de políticas públicas tem contribuído, em larga escala, para o desemprego e a falta de ocupação na cidade. No nível de política local, eles entendem que o Poder Público Municipal não tem incentivado a abertura de novos negócios e o apoio aos já existentes no município, que podem se constituir em fontes geradoras de ocupação e renda para a população. O apoio ao turismo, à pesca artesanal, ao artesanato e à agricultura familiar é visto como indispensável ao enfrentamento da questão do desemprego.

[...] e o futuro da cidade, eu acredito, está no turismo. Precisaria uma ajuda, né? Também dos governantes do município, que não tem ajudado muito nesse sentido. Mas eu acho que o setor privado, muito devagar, tá fazendo a diferença nesse sentido e melhorando o desenvolvimento da cidade (MELO, 2003);

[...] eu estive até conversando com doutor Saulo lá, que é o diretor da Usina [...] Por que não há uma parceria com o Poder Público Municipal e a Usina, exatamente para aperfeiçoar e dar treinamento para o pessoal para que se habilite a trabalhar na Usina? Com isso a Usina absorve pouca gente. Um exemplo, se ela pode absorver mil

pessoas de Baía Formosa, ela está absorvendo 50% da capacidade dela de absorver de Baía Formosa, por falta exatamente de treinamento, de conscientização das pessoas da cidade, porque não há um trabalho exatamente educacional nesse sentido. E isso se faria com o que? Uma parceria da Prefeitura com a Usina. Como a Prefeitura fica atrás, sem muito interesse, talvez até por algumas pessoas de dentro que não tem interesse ou não tem a visão desse segmento, aí dificulta esse trabalho (OLIVEIRA, 2003);

[...] Os conselhos, de um modo geral, aqui não funcionam, porque o Poder Municipal, [...] embora eles sejam paritários, mas eles terminam sendo manipulados, e aí a coisa degrading. Porque, você sabe, que toda essa parte tem que haver toda uma definição, diretrizes, né? E com relação à política pública aqui é zero. E isso preocupa muito... muito a gente, porque tudo o carro chefe é o Poder Municipal, ele tem que puxar tudo, ele não puxa, entendeu? [...] (CÂMARA, 2003);

[...] eu vejo hoje a preocupação dos donos de pousada buscando, a todo custo, mesmo independente do Poder Público, buscando recursos ou situações que o turismo venha freqüentar Baía Formosa, e isso através do pessoal das pousadas, de hotéis, etc. e tal (RIBEIRO FILHO, 2003);

[...] a gente tem a Secretaria de Turismo do município desde 92 e nenhum prefeito teve a preocupação de querer mostrar, de querer correr atrás e implantar o turismo aqui com uma estrutura. Quando eu falo em estrutura porque a gente vai ver esses problemas sociais diminuir dentro da cidade, a questão das pessoas pedirem, até porque, você sabe, que o turismo é uma cadeia produtiva muito grande. Então, quanto mais gente chega, mais empregos a gente vai gerar dentro da cidade. A cadeia produtiva, ela cerca um bocado de coisa, do mercadinho, do menino que vende dindim, do cara que vende rolete, ou seja, a gente poderia diminuir o problema social, a falta de dinheiro, ou seja, aumentaríamos a questão de emprego na cidade, geração de emprego e renda, e assim, no meu ver, não houve aquele prefeito nas administrações que acompanhei, que realmente bota uma pasta debaixo do braço, e vá a luta e traga o turismo pra nossa cidade (AMARAL, 2003).

De acordo com Salete Bernardo da Câmara, ex-Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do município e representante do Centro Social João Ferreira de Souza Filho, não existe, atualmente, coordenação, ao nível de Poder Público Municipal, para o artesanato, tradicional atividade econômica que é fonte de renda para várias pessoas da cidade, principalmente as mulheres dos pescadores.

[...] eu acho que da parte do Poder Municipal, ele não existe assim, digamos, por exemplo, na área social, na área de trabalho,

Secretaria de Trabalho e Assistência Social, por exemplo, né? Então essa questão de geração de renda ela não é coordenada, não existe coordenação, essa unidade de procedimento no município que considero de muita importância economicamente que é o artesanato, não existe a coordenação municipal disso, certo?[...] (CÂMARA, 2003).

Ainda segundo ela, o trabalho desenvolvido pelo Centro Social não tem apoio da Prefeitura, apesar de cerca de 80 artesãos desenvolverem suas atividades ali. Além deles, existem os artesãos autônomos, que não tem quem os coordene, porque a Prefeitura não tem demonstrado esse tipo de preocupação.

[...] e isso é uma atividade economicamente viável, exemplo disso é que tem esse Centro aqui, que nós temos aproximadamente 80 artesãos produzindo, e isso tem um resultado muito bom, todas essas pessoas são diferenciadas, se você fizer uma avaliação delas, das demais pessoas que não tem atividade nenhuma, principalmente as mulheres, você sente a diferença que é grande, né? Agora isso é um trabalho isolado, e fora isso tem vários artesãos autônomos que trabalham, mas eles não têm quem coordenem eles, porque a Prefeitura não tem essa preocupação (CÂMARA, 2003).

Para ela, o pior é que existem políticas públicas estaduais (e recursos disponíveis) que dão apoio a essa atividade, mas o município não tem se interessado em fazer articulação com os órgãos estaduais.

Embora não seja um bom relacionamento que existe nosso com a Prefeitura, porque a ela não interessa fazer com a entidade uma parceria, mas o artesanato que aparece por aí em todas as feiras é desse Centro Social, quando poderia ser o artesanato do município, mas não tem quem coordene essa ação [...] se houvesse um planejamento, se houvesse uma articulação, porque ao nível de recursos estaduais tem havido bastante apoio, os órgãos estaduais com relação ao artesanato, a gente tá numa fase muito promissora, ao nível de participação, de textos municipais nas feiras nacionais, então tem havido incentivo, agora não tem a nível local, não existe essa coordenação,[...] se houvesse isso teria sido bem mais avançada a questão da situação econômica do município, estaria interferindo isso aí, porque é viável, é atividade economicamente viável, [...] mas eu defendo essa linha [...] (CÂMARA, 2003).

Ela também destaca a falta de apoio do governo municipal a cultura da mandioca, atividade que também é tradicionalmente desenvolvida no município. De acordo com o Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte de 2002, produzido pelo IDEMA, a mandioca ocupou, em 2001, o terceiro lugar como produto agrícola do

município, com 513 toneladas colhidas em 45 hectares. Até mesmo em pequenos espaços dos terrenos da zona urbana da cidade a mandioca é plantada. Segundo Salete Bernardo da Câmara, existem entre 40 e 50 produtores rurais só na sede do município que plantam mandioca e, no entanto, não existe nenhuma casa de farinha na cidade. A Prefeitura não se interessa por instalar uma, o que faz com que esses produtores tenham que vender sua produção noutras cidades, o que encarece o produto e reduz o seu ganho.

[...] e nós temos aproximadamente 40 a 50 produtores rurais aqui na sede do município que planta mandioca. Aqui na sede do município, plantadores de mandioca que estão sem uma casa de farinha. E é sede, não é rural (CÂMARA, 2003).

Clementino (1999), ao fazer uma reflexão sobre o processo de (re)valorização dos governos locais, provocado, no caso brasileiro, pela redemocratização do país e pela crise econômica iniciada no início dos anos 80, destaca a necessidade dos governos locais identificarem modelos de gestão pública mais articulados às demandas sociais e políticas de promoção econômica como forma de combinar ações voltadas para o desenvolvimento local e a geração de renda.

Segundo ela, os governos locais é que enfrentam diretamente a problemática do desemprego, uma vez que o município é a instância governamental mais próxima do cidadão, o que torna, por isso, relevante a ação dos governos municipais na promoção do desenvolvimento econômico e social do lugar, apesar de se saber que aproximar essas idéias da realidade brasileira e nordestina não é uma tarefa fácil.

Além do fato de que a crise é particularmente acentuada no Nordeste, devido ao alto grau de dependência financeira e indignância social em todos os estados, a estrutura de poder local é marcada pelo autoritarismo, clientelismo e por valores avessos a transformações que possam ameaçar as lideranças tradicionais. Clementino se refere ainda à questão da estrutura dos municípios que se constituem em mais um fator de dificuldade,

Em termos organizacionais, a estrutura das prefeituras não é adequada as novas necessidades impostas pelo processo de descentralização. Na maioria dos municípios o formato

organizacional está centrado em modelos arcaicos, desprovidos de qualquer capacidade técnica funcionando apenas como um espaço de alocação de emprego público para familiares e correligionários políticos dos governantes de plantão. Falta aos governos locais, na maioria dos casos, instrumentos gerenciais de planejamento, acompanhamento e avaliação, dificultando sobremaneira a adoção de uma agenda pública calcada nas necessidades da população e nas possibilidades de desenvolver uma ação mais efetiva para o desenvolvimento local (CLEMENTINO, 1999, p. 13).

A situação de Baía Formosa pouco difere do modelo referido, o que deve levar sua população, através dos seus movimentos sociais organizados, a se conscientizar da necessidade urgente de pressionar o Poder Público local a agir na promoção do desenvolvimento econômico e social do lugar.

Com o apoio do Poder Público, os pequenos negócios voltados para a atividade turística, se forem articulados a outras atividades produtivas ou não típicas do município, podem se constituir em estratégias efetivas de inserção da comunidade local no turismo, e na geração de ocupação (e até emprego) e renda, podendo isso vir a significar a melhoria da qualidade de vida de sua população.

E isso é possível através de atitudes simples. Pratos a base de frutos do mar e do pescado, e os produtos feitos com a mandioca, como a tapioca e o bejú, tão presentes na culinária local, podem ser incorporados às refeições dos turistas. Visitação à casa de farinha, ao Centro Social (com a presença dos artesãos executando suas peças), e a realização de apresentações dos grupos folclóricos, com suas danças típicas, como o coco e o pastoril, podem se constituir em algo exótico para o visitante, mostrando, desse modo, a singularidade do lugar e, ao mesmo tempo, propiciando a integração do turista com as pessoas, nos moldes do que é feito, por exemplo, em Fernando de Noronha.

Como ensina Rodrigues (1997), do ponto de vista econômico é uma estratégia que melhor dinamiza a população fixa, integrando-a diretamente na atividade turística. Tais iniciativas também propiciam ao visitante ter uma relação mais intensa com o lugar, proporcionando uma vivência maior com ele, que levará ao afeto e finalmente ao respeito e a solidariedade com as populações atuais e futuras, como defende Mendonça (2001).

A falta de espaço físico, decorrente da limitada área urbana da sede do município, e que foi responsável por impedir o crescimento da cidade como foi visto, na opinião de alguns atores sociais, provoca um dos mais graves problemas

existentes na cidade, a falta de moradias, que termina por ocasionar a *coabitação*, conforme as palavras do vereador José Carlos Martins Leitão. Quando os filhos das pessoas da cidade começam a constituir suas próprias famílias, não há terreno para a construção de casas para essas novas famílias, o que obriga a coabitação. As famílias dos filhos passam a dividir a moradia com as de seus pais.

[...] inclusive a gente tem habitações aqui que moram duas a três famílias, um filho que casa, aí trás a esposa pra dentro e digamos um neto. E tem duas a três casas assim então, superlota essas casas. Então ninguém vive bem até mesmo pela questão, e gostaria de enfatizar, a questão da prostituição, no meu ver, pelos levantamentos que fiz, a prostituição no município é muito grande por conta disso. De você não ter privacidade de ter relações com sua esposa por conta de uma superlotação dentro de uma residência, então, a privacidade é zero. Então a criança vê isso, cresce com isso e acha que é uma coisa natural e quando a primeira oportunidade que ela tem de se prostituir ou mesmo de pegar um dinheiro por conta do sexo. Isso tá acontecendo em grande escala no município (AMARAL, 2003);

[...] eu acho que daqui a algum tempo nós vamos ter um problema sério de coabitação em Baía Formosa, isso é um transtorno que daqui a algum tempo irá fluir dentro da cidade, que é justamente a superlotação e a questão social está atrelada a tudo isso [...] Hoje nós não temos mais espaço físico para crescimento de imóveis na área de habitação, na área de investimento social, não existe mais (LEITÃO, 2003);

[...] mas primeiro tinha que se planejar aonde teria uma área com a mesma expansão de terras pra se construir a habitação, que é isso que foi negociado o terreno com planos de construção, e hoje nós não vemos isso, a realidade está aí [...] (LIMA, 2003).

Verifica-se, contudo, que apesar da reduzida área urbana da cidade, o problema da coabitação fica restrito a população nativa de baixa renda - a cada dia mais sem alternativa, pois quase não mais existem espaços mesmo na periferia - uma vez que as pessoas de classe de renda mais alta, sejam elas da própria cidade ou vindas de outras localidades, não enfrentam esse tipo de problema, pois adquirem das pessoas do lugar as casas e os terrenos de melhor localização e de maiores atributos naturais.

A questão ambiental ali existente, ou seja, a presença de vários ecossistemas frágeis no entorno da cidade, associada ao problema da limitada área da cidade, foi apontado por Helder Amaral e Nivaldo Melo como mais um outro fator

a dificultar o complicado processo de expansão experimentado pela cidade nos últimos anos.

[...] e recentemente nesse atual governo tá voltando ser feita as doações de terrenos inclusive em áreas de preservação permanente. Você sabe, aqui a questão ambiental de Baía Formosa, somos cercados por dunas e falésias e tá voltando essa coisa (AMARAL, 2003);

[...] o município ele tem uma área muito pequena, são 92 hectares de área. Hoje é muito discutida essa expansão..., 92, 98, é por aí, 98 hectares. Então essa expansão é muito discutida, não existe área para expansão [...]. O turismo ele tem que ser sustentável, então para esse turismo realmente chegar aos moldes que tá hoje, a gente teve que lutar com algumas coisas que viessem a querer atrapalhar as belezas naturais ou devastar as belezas naturais (MELO, 2003).

Apesar de quase toda área do entorno da cidade estar enquadrada entre as de preservação ambiental, constituídas, em sua maior porção, por mata atlântica, campos dunares e falésias sedimentares, existe uma faixa de terra ao Sul da cidade, como foi mostrado no terceiro capítulo, que pode ser utilizada para sua expansão urbana. Essa área pertence à Destilaria Baía Formosa e o município pode desapropriá-la para esse fim.

No entanto, Nivaldo Melo entende que essa área, assim como todos os demais terrenos situados próximos à praia, devem ser destinados para a implantação de pequenos negócios, principalmente voltados para o turismo, que seriam os maiores responsáveis pela geração de emprego e renda para as pessoas da cidade, uma vez que ele acredita que o turismo é a alternativa mais viável para o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Agora a idéia que, pelo menos os governantes do setor público tem aqui, eu acho que é um pouco equivocada, porque querem comprar área próxima ao litoral que é uma área cara, que os proprietários não tem muito interesse em vender e sim em promover talvez construção de alguns equipamentos turísticos, que é interessante para a cidade, para o município [...]. Jamais haverá um crescimento da população, uma expansão do município, se você não tiver um aumento da oferta de emprego e renda [...]. uma reunião que nós tivemos para a primeira Conferência das Cidades, todo mundo veio aprovar a idéia de que o setor público, ele deve adquirir área num setor um pouco mais afastado da cidade, ou seja, descentralizar a área de habitação. Porque como o município só tem esses 98 hectares, essa área, provavelmente, ela irá ser ocupada por pequenos negócios,

principalmente voltado ao turismo, pequenas pousadas, pequenos restaurantes, e promover uma condição de emprego e renda. E nós temos área a 2 km da cidade [...] que é possível ser comprada, adquirida, possivelmente por um quinto (1/5) do preço da área que poderia ser adquirida aqui, ou talvez um décimo 1/10, e os próprios chineses ou a Destilaria não tem projeto para essa área (MELO, 2003).

Conforme o seu depoimento, foi aprovada, durante a primeira Conferência das Cidades promovida em 2003 no município, a idéia de que uma área situada à cerca de 2 km da sede seria a mais adequada para expansão habitacional. Essa área, que se situa à Noroeste da cidade, é separada da mesma por um trecho da Mata Estrela, e além de não apresentar restrições de natureza ambiental dispõe de água em abundância em suas imediações, sendo por essas razões, considerada por ele como ideal para a expansão do setor habitacional, deixando-se reservada a atual área da sede para a implantação dos equipamentos voltados para a atividade turística.

Eu acho que desse futuro nós não vamos escapar, porque o movimento em todas as cidades, seja Natal, seja João Pessoa, seja Recife, o centro da cidade vai sendo ocupado e a população ela vai sendo gradativamente movimentada para periferia, e Baía Formosa não vai ser diferente no futuro. Aí haveria a necessidade dos governantes imaginarem já com antecedência o melhor local de colocar essa população e haver essa expansão urbana (MELO, 2003).

Todavia, entende-se que ao povo de Baía Formosa deve ser dado o direito de *escolher* se quer que a cidade cresça até esses locais e se torne uma cidade de médio porte, ou se, ao contrário, deseja preservá-la como uma cidade pequena, dependente de um turismo diferenciado tendo a população local como partícipe do seu desenvolvimento.

Tal proposição vai de encontro aos princípios norteadores, *o Direito à Cidadania, a Gestão Democrática da Cidade e a Função Social da Cidade e da Propriedade* contidos na proposta brasileira intitulada de *Tratado da Questão Urbana: por cidades, vilas e povoados justos, democráticos e sustentáveis* encaminhado para discussão no Fórum Internacional de Reforma Urbana (BENTES SOBRINHA, 2001).

Reservar setores da cidade para atividades específicas constitui-se em uma forma de segregação, em uma atitude analítica de se *construir* a cidade, fundada no pensamento analítico da racionalidade, da separação, da funcionalidade. Seria estabelecer o raciocínio de que fosse possível ao Estado, por meio de suas mais diversas representações, controlar todos os pensamentos, vontades e atitudes da sociedade que vive na cidade.

Abordando a racionalidade que é vista, inclusive no urbanismo aplicado, fundado numa inteligência analítica, Lefebvre, ao afirmar que a análise crítica constata o fracasso do pensamento analítico e não crítico, diz: *“a cidade e o urbano, em nosso horizonte, se perfilam como objetos virtuais, como projetos de uma reconstituição sintética”* (LEFEBVRE, 2001, p. 97).

Quando discorria sobre a especificidade da cidade (ou dos fenômenos urbanos), ele advertia,

Entretanto, as transformações da cidade não são resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações, etc.) (LEFEBVRE, 2001, p. 46).

Ou seja, a cidade é produção e reprodução, ao longo de sua história, dos seres humanos para os seres humanos, mais do que uma produção de objetos, de casas, de bairros, de praças, ruas e avenidas.

A partir da instalação da Destilaria Baía Formosa (Figura 57) no município, ocorrida em 1975, ocorreram grandes transformações na cidade. A vinda de imigrantes para trabalhar na atividade canavieira provocou uma dinâmica maior no processo urbanístico na sede do município, com o aumento no número de casas na cidade e a melhoria no padrão de algumas das existentes (Figura 58), além do surgimento de estabelecimentos comerciais (Figura 59), antes quase que inexistentes. Isso é confirmado pelos depoimentos abaixo.

O crescimento, em termos até de geração de emprego, quem trouxe mais esse crescimento, é claro, com todo esse sacrifício, com todo esse aperreio, com toda essa exigência do próprio proprietário, quem trouxe um desenvolvimento melhor foi a Destilaria, porque ela gerou empregos. Do emprego gerou um comércio melhor (CRUZ, 2003);

Nós temos aqui uma flutuante população em detrimento da empresa Destilaria Baía Formosa e da companhia que está trabalhando com o coco e com a implantação de viveiros aqui na fazenda Estrela. Isso tem aumentado muito a nossa população flutuante, que alguém vem, aí começar a construir, depois vendem os imóveis e sai, fica naquele movimento de troca e venda de imóveis (LEITÃO, 2003).

A Figura 57, a seguir, mostra a Destilaria Baía Formosa, empresa que é a principal empregadora do município e que desde sua instalação foi a maior responsável pelas modificações verificadas na cidade. Logo após, as Figuras 58 e 59 ilustram, respectivamente, algumas dessas modificações, como a presença de casas de melhor padrão do que as antes existentes e o surgimento ali de novos estabelecimentos comerciais.



FIGURA 57: Vista da Destilaria Baía Formosa, maior responsável pelas modificações ocorridas em Baía Formosa nos últimos anos.

Fonte: Carlos José, 2003.



FIGURA 58: Vista de uma rua da cidade, onde se pode observar entre as casas ali existentes a presença de algumas de melhor padrão construtivo, tendo isso ocorrido após a instalação da Destilaria no município.

Fonte: Carlos José, 2003.



FIGURA 59: Vista de um ponto comercial da cidade. Como ele, a maior parte foi instalado após a chegada da Destilaria no município.

Fonte: Carlos José, 2003.

Nos últimos anos, o turismo vem se constituindo na atividade que já começa a provocar mudanças na fisionomia da cidade. A implantação de pequenos equipamentos turísticos, como pousadas, restaurantes, bares e lanchonetes, tem modificado a configuração urbana da cidade. Isso foi observado em alguns depoimentos, conforme se segue:

Sim, agora com relação ao turismo, então a gente tem sentido a nível físico que tem havido melhorias, né? A gente já chega hoje na cidade e já nota um pouco a diferença, porque a gente tem viajado o estado inteiro [...] a gente compara, e sente já assim o avanço da cidade, você já chega, você já tem uma estrutura, você já faz um lanche, então a gente sente aqui que já tem vários equipamentos [...] há poucos dias estava analisando essa Pastelaria que tem aqui, que era sozinha aqui nessa cidade, uma renda enorme que eles tinham, não é? Todo mundo ia lá [...] agora não é só pastel, surgiram outras alternativas [...] porque aqui já tem cinco casas de lanche, e todas muito bem equipadas, então hoje tá havendo essa preocupação, e isso é bom porque de certa forma, tem higiene, tem qualidade, gerou emprego [...] (CÂMARA, 2003);

[...] muito embora não tenha se verificado de maneira muito acelerada, mas já se observa alguma ocupação urbana na orla do município [...] (VILAR, 2003);

Então o que eu acho que houve de novo, Carlos, foi exatamente a implantação de um trabalho na atividade do turismo mais acentuado. Então, hoje a gente tem algumas pousadas, e o trabalho de divulgação de Baía Formosa como destino é que tem dado emprego a muita gente [...] (MELO, 2003).

As belas paisagens, o clima ameno e a tranqüilidade do lugar, na opinião de alguns, têm atraído muitas pessoas que começam a se mudar para a cidade. Já é bem percebida, a presença de pessoas de outras localidades (idosos, estrangeiros ou outros em busca de uma vida tranqüila) que vieram morar na cidade, bem como se observa a instalação de pequenos equipamentos turísticos, quase todos eles de pessoas também de fora da cidade, os quais procuram morar em Baía Formosa, a exemplo dos outros.

Eu acho que a beleza de cidade fez com que as pessoas visitantes fossem vendo. A tranqüilidade já não é mais como antigamente, mas ainda tem muita tranqüilidade, a beleza, para os visitantes quando geralmente vem quer retornar, vai informando um ao outro [...] (MADEIRO, 2003);

Tem vindo pessoas justamente para colocar os equipamentos, né? Pousadas, essas coisas aí, tem vindo pra cá [...] as pousadas daqui todas são de pessoas de fora [...] logo os três são de Recife [...] temos o lá de Portugal, né? [...] é mais assim, qualidade de vida pessoal [...] Agora, tá vindo muito pra cá, idoso morar [...] Nós já temos aqui gente vindo de São Paulo e gente se mudando pra aqui, realmente isso aqui é uma coisa que a pessoa enlouquece, né? [...] É um paulista, seu Rui, chegou, abandonou tudo em São Paulo, veio aqui. Tem um filho morando em Natal, quatro em São Paulo e ele tá aqui morando, os filhos quase morrem [...] e mora numa casa sozinho, diz que, Ave Maria, é o paraíso, né? [...] (CÂMARA, 2003);

Eu vivo em Baía Formosa por uma tranqüilidade, por um estilo de vida que eu escolhi pra viver, e jamais quero que isso cresça demais [...] (AMARAL, 2003);

[...] e o lado positivo é que houve alguns investidores no nosso município, está chegando algumas pessoas que está acreditando que Baía Formosa vai crescer, nós temos aí, ao qual recentemente posso citar, o Albérico, teve, o Nelson [...] da Pousada Sonho Meu, e o Nelson é o da Pousada dos Golfinhos [...] uma pessoa que está aí acreditando muito em Baía Formosa [...] temos aqui incentivado essas pessoas e poderíamos dar incentivo mais ainda. Temos Nivaldo, que não podemos deixar de citar, que é uma pessoa que acredita muito em Baía Formosa [...] (SILVA, 2003).

Por outro lado, o desemprego estrutural na atividade canavieira e a pesca decadente situações ora observadas no município, aliadas à baixa qualificação dos trabalhadores locais, têm provocado o êxodo de muita gente da cidade, inclusive para as fazendas do centro-oeste do país, em especial o estado de Goiás, assunto que foi denunciado em matéria publicada no jornal Tribuna do Norte de Natal/RN, segundo informou Salete Bernardo da Câmara.

[...] daqui duas vezes por ano vão dois ônibus levar gente para trabalhar em Goiás [...] Esse ônibus leva tudo pra lá, agora isso sem emprego certo. O cara vem pra cá, compra eles tudinho, o mesmo esquema de escravo, mesma coisa [...] Tem famílias inteiras indo embora pro sul do país, pra Goiás trabalhar e, agora isso, a gente conseguiu a denúncia, saiu na Tribuna [...] a providência que podia ser feita era você dar emprego, como não existe uma política dessa, então você também não pode pedir que as pessoas saiam, né? Então essa questão também do êxodo, também isso uma coisa muito significativa em Baía Formosa, é muito forte mesmo [...] (CÂMARA, 2003);

[...] e aí você pergunta, por que a população não cresceu? Será que morreu mais gente do que nasceu? Então, em lugar nenhum no mundo tá havendo esse tipo de coisa. Obviamente essas pessoas tão chegando na idade de trabalho e não tem trabalho, então eles vão emprestar mão-de-obra a outros municípios, ao invés de desenvolver o município de Baía Formosa. Isso por conta deste desenvolvimento limitado, certo? Vamos dizer, o adolescente chega a um nível na hora de trabalho não existe na cidade, conseqüentemente, ele deixa, vai formar família em outro lugar e assim por diante, então a população permanece praticamente inalterada (MELO, 2003).

Como as oportunidades de ocupação e renda na cidade são muito restritas, conforme visto antes, isso tem resultado na transferência de muitas casas situadas nos locais mais privilegiados da cidade para essa população recém chegada, e a conseqüente expulsão das famílias do lugar para suas áreas internas, que não têm os atrativos cênicos-paisagísticos daquelas, quando não se transferem para outras localidades. Este último aspecto mostra uma espécie de substituição da população nativa, o que pode explicar o pequeno crescimento da população da cidade nos últimos anos, apesar da chegada de várias pessoas de outras localidades na cidade.

Entretanto, nem sempre será possível compatibilizar os desejos dos atores sociais com a realidade ali existente. As limitações de ordem física do sítio e as questões socioeconômicas e ambientais presentes constituem-se em entraves a muitas dessas pretensões.

Mesmo considerando-se a incorporação da área situada ao Sul da cidade, de propriedade da Destilaria Baía Formosa, às restantes disponíveis para sua expansão urbana, ainda assim, o espaço urbano será muito limitado.

A verticalização da cidade pode ser vista como uma possibilidade à sua expansão urbana, uma vez que a forma urbana atual de Baía Formosa é caracterizada por edificações predominantemente de um pavimento, chegando, no máximo, a dois, como pode se comprovar nas Figuras 60 e 61, a seguir.



FIGURA 60: Vista de ruas do Centro da cidade, com detalhe para sua forma urbana, com edificações, em sua maioria, de um só pavimento.
Fonte: Carlos José, 2003.



FIGURA 61: Vista da cidade, mostrando que suas edificações têm, em geral, um pavimento, que reforça o seu lado ameno, tranqüilo, sem o *stress* característico das grandes cidades.
Fonte: Carlos José, 2003.

Contudo, existem impedimentos de ordem legal que tornam essa alternativa muito pouco viável. A Lei N.º 7.872/2000, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte (RIO GRANDE DO NORTE, 2000a), estabelece em seu artigo 14, que as construções a serem executadas em áreas urbanizadas ou de expansão urbana, em municípios que não disponham de Plano Diretor, e que estejam localizadas na Zona Especial Costeira – ZEC, delimitada por aquela lei numa faixa costeira terrestre de 500 (quinhentos) metros de largura contados a partir da linha de preamar máxima para o interior do continente, devem obedecer a critérios fixados por aquela lei. Baía Formosa, como não tem Plano diretor, deve se submeter a esses critérios.

Entre os critérios fixados, inclui-se a permissão para a construção com altura máxima de 02 (dois) pavimentos, na faixa de 100 (cem) metros, contados a partir do limite terrestre do depósito sedimentar que constitui a praia. Até 250 (duzentos e cinquenta) metros, as construções podem ter no máximo 03 (três) pavimentos. Na faixa seguinte, entre 250 (duzentos e cinquenta) e 500 (quinhentos) metros da orla marítima, as edificações podem atingir no máximo 06 (seis) pavimentos. A partir daí, para efeito de licenciamento ambiental, foram fixados outros critérios mais rigorosos que são aplicados a todos os empreendimentos acima de 06 (seis) pavimentos.

Mesmo sem considerar outros condicionantes, inclusive as restrições de natureza ambiental, tendo em vista que os limites da área urbana da cidade não vão além de cerca de 400 (quatrocentos) metros da linha de costa, até alcançar as áreas da Mata Estrela, no limite Oeste da cidade, poucas construções atingiriam o limite máximo de 06 (seis) pavimentos, o que torna a verticalização da cidade um processo quase que inviável.

Ainda que esses impedimentos legais não existissem, entende-se que à população deve ser dado o direito de escolher o cenário futuro do lugar em que vive, ou seja, escolher entre a cidade do *stress*, que cresce de forma frenética como se tem visto em muitas cidades turísticas litorâneas, ou como *lugar de encontro, prioridade do valor de uso*, em consonância com os princípios que nortearam o Movimento Nacional pela Reforma Urbana – MNRU e, posteriormente, serviram de base para as diretrizes gerais da política urbana contidas na Lei N.º 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001b).

O fato de a cidade ser cercada por propriedades privadas e por áreas de fragilidade ambiental acentuada, como foi mostrado ao longo deste trabalho, no caso de seus moradores optarem pela ampliação da atual área urbana da cidade e pelo crescimento sem um controle mais efetivo, pode resultar numa série de conflitos fundiários e em agressões ambientais bastante acentuadas, principalmente nas extensas áreas de Mata Atlântica contíguas à cidade.

Além disso, o fato de a cidade situar-se em um município costeiro, conforme foi visto no segundo capítulo, impõe que sua expansão urbana deve se subordinar aos dispositivos legais que disciplinam o ordenamento do uso e ocupação do solo na Zona Costeira, área que é considerada *Patrimônio Nacional*, pela Constituição Federal de 1988, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Neste sentido, as disposições existentes na Lei N.º 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC e as legislações supervenientes, como a Lei N.º 6.950/96, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC, e a Lei N.º 7.872/2000, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental, podem servir de instrumentos que orientem a adequada expansão da cidade.

Ademais, pelo fato de Baía Formosa ser uma cidade litorânea, suas prescrições urbanísticas devem observar, ainda, as recomendações do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – *Projeto Orla*, que integra o PNGC, que foi aprovado em 1998, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM, no Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (o plano de gestão na escala da União).

O *Projeto Orla*, além de desenvolver mecanismos de mobilização social para a gestão integrada da orla, estimula o desenvolvimento sustentável na mesma, e pode proporcionar o estabelecimento de parcerias da União com os municípios que resultem na transferência da arrecadação de receitas patrimoniais da União para os municípios, essenciais à viabilização da gestão desse espaço geográfico.

A presença de áreas de domínio da União, como os terrenos de marinha e seus acrescidos, situadas ao longo da orla marítima impõe também que sua utilização esteja condicionada a autorização federal nas intervenções urbanísticas, sejam elas de caráter público ou privado, mesmo que essas áreas ainda não estejam oficialmente demarcadas, como é o que ocorre em Baía Formosa.

Saliente-se que, na faixa de praia, área também de domínio federal, e que é definida pela Lei N.º 7.661/88, por se tratar de bem de uso comum do povo, é vedada a sua utilização privativa, devendo o município, do mesmo modo com o que se sucede com os terrenos de marinha, observar essa restrição.

4.2 O turismo visto como alternativa à organização socioespacial da cidade de Baía Formosa e suas implicações no lugar.

Para a maioria dos atores sociais entrevistados, o turismo representa a atividade redentora para a economia da cidade e do município, que poderá resolver os graves problemas da ocupação e da geração de renda, com quase todos ressaltando que a atividade tem que ser bem planejada e disciplinada.

[...] tem pessoas que não tem a visão de crescimento no turismo, e hoje nós sabemos que o fundamental para a nossa cidade seria o turismo, por que o cabra vem de fora, deixa o dinheiro e vai embora, e o dinheiro fica na cidade gerando emprego [...] Nossa Associação tem 96 associados e todos apoiam esse projeto, porque todos os filiados têm a visão que o turismo vindo para Baía Formosa vai ser melhor para todos, tanto para a manicure, pro buggueiro, pra pousada [...] a cidade só vai se fortalecer quando o turismo chegar [...] O turismo chegando, a gente deslancha, com certeza a gente tem tudo pra deslanchar (OLIVEIRA, 2003);

Obviamente, eu acredito no turismo e vi que o futuro, a vocação do município é esta, e eu acho que é o único ramo que vai promover um desenvolvimento para o município [...] a Destilaria ela tem o trabalho de diminuição de mão-de-obra, a pesca tá em decadência, os filhos de pescadores, eles já não procuram mais a atividade de pesca, né? Então, eu acho que o turismo é que tem feito a grande diferença [...] porque não adianta trazer um turismo de massa, divulgar demais, e a cidade, o município não tá preparado para preservar aquilo que ela tem de melhor [...] (MELO, 2003);

[...] mas o turismo nós achamos que, esse sim, esse é a nossa esperança que vai trazer, alavancar, deixar Baía Formosa, porque as outras cidades circunvizinhas, Pipa, Barra de Cunhaú, já vem também crescendo, e Baía Formosa é a menina da bola de ouro, e muitos estão descobrindo agora, estão encantados com a nossa

cidade, porque aqui nós temos muita beleza natural [...] (SILVA, 2003);

[...] e na minha opinião, eu acho que o turismo é a chave número um do município pra a gente caminhar nos futuros anos de Baía Formosa (AMARAL, 2003);

Olhe, o turismo eu acho que seria um avanço, alavancar a economia de Baía Formosa [...] depois do empresário construir vai acontecer o que? Aí sim, vai abrir um leque, vai abrir espaço pra que haja mais emprego direto e indireto para Baía Formosa (RIBEIRO FILHO, 2003);

Turismo é uma coisa muito importante, porque ele traz o maior investimento, principalmente aqui pra nossa região (LIMA, 2003);

[...] Baía Formosa, mas sem dúvida é um município com potencial turístico bastante forte [...] não se trata ainda de um grande fluxo turístico, mas com tendências para tal, de tal forma que essas modificações que já começaram a acontecer, elas devem ser ordenadas e aí a gente retoma mais uma vez a importância do Plano Diretor (VILAR, 2003);

[...] agora também deixa preocupado com o crescimento, que não seja um crescimento também desordenado e sem planejamento [...] (CÂMARA, 2003).

Lima (2003), quando abordava acerca dos empreendimentos turísticos que atualmente vem sendo realizados nos países de economia periférica, em especial do mundo tropical, que apresentam grandes e diversificados recursos turísticos naturais e culturais, advertia:

O turismo tem sido apontado como uma das saídas para o desenvolvimento econômico dessas áreas, porém depende do direcionamento dos investimentos realizados e a realizar, por isso, muitos governos passam a considerar essa atividade como salvação para a economia, e estimulam a implementação da atividade sem considerar as adequações necessárias às dimensões, ao tipo e ao nível de desenvolvimento local (LIMA, 2003, p. 35).

O turismo pode proporcionar a geração de ocupação e renda à cidade de Baía Formosa, como pensam aqueles atores sociais, mas deve-se levar em conta que nas localidades onde se investe no turismo, devem ser considerados os impactos provocados na qualidade do meio ambiente, sendo indispensável à interação recíproca entre as esferas natural, social, econômica, política e cultural.

Os aspectos positivos e negativos que a atividade trará para a cidade devem ser cuidadosamente verificados, como o custo social da implementação da infra-estrutura básica e de apoio e as repercussões do turismo na comunidade local, e não só os tão propalados efeitos positivos que essa atividade exerce na captação de divisas.

A esse respeito, Rodrigues (1997, p. 92) afirma: *“Há de ter-se suficiente lucidez e escrúpulo para a avaliação imparcial dos custos e benefícios do turismo, notadamente no tocante aos efeitos nas populações locais”*.

Sobre a ressalva feita por quase todos de que a atividade tem que ser bem planejada e disciplinada, no capítulo anterior foi mostrado, quando se abordou as interferências do turismo na expansão urbana da cidade, a importância vital do planejamento para a atividade turística, e que a degradação de ambientes naturais ou urbanos provocada pelo turismo contraria a lógica de reprodução da atividade, como afirma Cruz (2001). Naquela oportunidade foi mostrado que nesses casos, ou há algum erro estratégico de planejamento subjacente ao processo de apropriação dos lugares pela atividade ou, simplesmente, o planejamento jamais existiu.

Quase todos os entrevistados ressaltam o grande potencial que o município tem para desenvolver um turismo diferenciado daquele turismo massificado baseado no binômio sol e mar, em função de seus atributos ambientais e cênico-paisagísticas. Turismo náutico, turismo voltado para a aventura e, principalmente, turismo ecológico, em função da presença da Mata Estrela, são vistos por eles como as alternativas mais adequadas no desenvolvimento dessa atividade no município, tornando-o um destino diferenciado dos demais do Litoral Oriental do estado.

[...] eu vejo Baía Formosa com potencial de desenvolvimento turístico diferenciado de diversos outros municípios, pela riqueza ecológica que tem dentro de si [...] com potencial bastante forte de turismo náutico, de turismo voltado para aventura, nessa parte de esportes, de windsurf, de pesca marítima, e também tem um diferencial muito importante que eu vejo, que é a questão do turismo ecológico, exatamente por conta da Mata Estrela. Eu considero a Mata Estrela uma das melhores possibilidades de um turismo diferenciado no Rio Grande do Norte [...] com a Mata Estrela que existe [...] o município tem oportunidade de se adequadamente planejado construir um turismo extremamente diferenciado, com pequenos estabelecimentos, preferencialmente, que tenham um apelo ecológico de integração com a natureza, de tal forma que Baía Formosa possa criar em torno de si um destino turístico

extremamente diferenciado dos demais, onde lá eles atraíam turistas de um bom poder aquisitivo, de bom padrão de educação, de tal forma que estes turistas se sintam motivados, e existe mercado para isso, para pagar até mais caro, para conhecer as maravilhas da natureza que o município oferece (VILAR, 2003);

[...] a gente tem aqui vários fatores, a questão natural mesmo, que a gente tem. Eu vejo, a Mata Estrela que é um potencial altíssimo em relação ao turismo, muito pouco explorado, tá entendendo? [...] a gente tem as questões das lagoas, que é uma coisa muito bela. Agora mesmo você tá fazendo essa entrevista e são 2 horas da tarde, eu te levo do jeito que você tá e você não vai sentir calor, porque é uma coisa muito bem arborizada, as trilhas são muito bem fechadas, que você não ver a penetração do raio solar, você não caminha no chão, caminha em folhas, então isso é uma coisa que a gente tem rica pra se fazer um trabalho de desenvolvimento sustentável, pra vender ao turista que tá chegando na nossa cidade [...] (AMARAL, 2003);

[...] então foi necessário antes fazer um projeto de RPPN, pra reserva que é um tesouro, como eu já falei antes, é um dos maiores tesouros que nós temos aqui no município, então, ter a Mata Estrela completamente preservada, não é? E isso por força de decreto de RPPN, conforme projeto que foi pra Brasília, foi aprovado, e hoje dá essa sustentabilidade pra ela e a sustentabilidade para o turismo como um todo [...] (MELO, 2003);

[...] nós temos um potencial turístico em Baía Formosa excelente. Onde a gente conversa, onde nós chegamos, inclusive com Vilar, todo mundo fica assim, não tem nem palavra pra dizer como as pessoas se expressam em relação a Baía Formosa, por satisfação do potencial turístico [...] (OLIVEIRA, 2003).

Segundo Cruz (2001), o turismo de natureza, ecológico ou ecoturismo é uma das modalidades ditas alternativas de turismo, que tem nos espaços naturais seu principal objeto de consumo e, ao contrário do turismo de massa, requer uma gama restrita de infra-estruturas e serviços, apesar de requerer infra-estruturas de acesso, hospedagem e restauração, tal como no turismo de massa, só que numa dimensão muito menor.

Nessa perspectiva, a participação da população autóctone no desenvolvimento dessa modalidade de turismo pode se tornar muito mais relevante se o Poder Público local canalizar seus esforços neste sentido, iniciando suas ações, por exemplo, ao fomentar a efetiva participação dos diversos setores da sociedade local nas discussões quando da elaboração do Plano Diretor Municipal e na implementação dos instrumentos de gestão da cidade.

Grande preocupação foi manifestada por vários entrevistados com os efeitos colaterais que o turismo pode trazer, especialmente se a atividade turística implantada, ao contrário do que se deseja, for a do turismo de massa. Violência, drogas, prostituição infantil e degradação ambiental, dentre outras mazelas de ordem social e de ordem ambiental, foram destacadas como problemas que poderão se ampliar na cidade (alguns desses problemas já existem ali), se não forem adotadas medidas preventivas e se não se direcionar, de forma adequada, o turismo e a expansão urbana da cidade por ele provocada.

[...] enquanto a gente puder conservar nessa coisa assim, boa, de lazer, de repouso que é como a gente vai poder trazer o turista cinco estrelas pra cidade, um turista que a gente vai garantir que não tem violência, a questão da droga aqui não é de grande escala, porque a gente não ver muito estrangeiro ainda [...] (AMARAL, 2003);

[...] o outro lado do turismo, você sabe que aqui é rota de droga, uma coisa gravíssima aqui nessa cidade, né? As drogas mais avançadas já chegaram aqui, vem de todo jeito, vem de avião, vem de navio e tudo mais, então isso é muito preocupante pra cidade, a gente sabe que o turismo tá muito associado a isso aí, né? E então isso preocupa a gente, né? [...] A questão da prostituição que a gente sente que tá aumentando demais isso aí, tá tendo assim já essa menina nova todinha, e já está sendo uma coisa muito séria [...] (CÂMARA, 2003);

[...] a gente sabe que o grande turismo no mundo se dá em volta do turismo do binômio sol e mar, por outro lado, a gente sabe que é um turismo também que ele tende a se massificar, e como já demonstram outras experiências no mundo o turismo massificado ele traz consigo uma série de mazelas de ordem social, de ordem ambiental, de tal forma que a gente tem que ter muito cuidado com o crescimento exagerado do turismo voltado para o binômio sol e mar (VILAR, 2003).

Preocupação idêntica tem sido demonstrada com relação a outros destinos turísticos do litoral nordestino. Coriolano (2001, p. 95), quando tratava das interferências do turismo no litoral do Ceará, já advertia:

Pode-se comprovar que o turismo, se mal implementado, causa degradações e desestruturas irreversíveis. A descaracterização ambiental, a degeneração das culturas locais, a prostituição, o uso de drogas são fatos encontrados em todos os pólos turísticos do Ceará.

Os representantes das classes sociais menos favorecidas, por seu turno, vêem com certa reserva a chegada do turismo na cidade. Sentem-se excluídos da atividade, que para eles é danosa ao nativo, chegando a ponto do pescador Antônio de Zé Grande afirmar que ela não oferece empregos e os preços dos produtos na cidade aumentam em função dos turistas, além de provocar a expulsão dos nativos para outros locais mais distantes, e cita como exemplo, o caso da praia de Pipa, no município de Tibau de Sul, um destino turístico já consolidado, onde isso já ocorreu.

[...] o turista é quem acaba mais com a pobreza, porque ali na Pipa, de primeiro, um caldo de cana era 50 centavos na Pipa, e hoje, por causa dos turistas, um caldo de cana é 3 reais. Hoje nessa barraca aqui, nessa barraquinha aqui, o caldo de cana era 50 centavos. Por causa dos turistas hoje é 70 também, mas contando isso, né? [...] (NASCIMENTO, 2003);

[...] e veio apenas pedir o desmembramento de uma área que tem no morro, inclusive que eu fosse uma das pessoas citadas em negociação com o Ibama, num era bem pra habitação, e sim mais pra construir pousadas, construir hotéis [...] (LIMA, 2003).

Para demonstrar como essa preocupação é procedente, Cruz (2001) afirma que, embora o turismo possa se constituir em um importante fator de geração de emprego e renda, pode provocar aumento de preços que acabam por prejudicar a população residente.

No que se refere à dimensão socioeconômica, o turismo pode ser responsável pelo desencadeamento de processos inflacionários localizados no tempo (principalmente nas altas temporadas) e no espaço (principalmente nas porções de território diretamente apropriadas pelo turismo), mas pode também ser um agente importante na geração de emprego e renda nas cidades das quais se apropria (Cruz, 2001, p. 33).

Rodrigues (1997), por sua vez, enfatiza esta questão ao afirmar que “o custo de vida num núcleo turístico é comprovadamente muito mais caro do que o das áreas circunvizinhas” (RODRIGUES, 1997, p. 94). Em seguida, ela afirma que além da especulação imobiliária, o preço dos serviços e do abastecimento é elevado durante a alta estação e atinge a todos indistintamente, inclusive a população residente.

Muitos acham que o turismo, apesar de promissor, é, ainda, uma atividade incipiente no município. Segundo Nivaldo Melo, proprietário da Pousada Chalemar, a taxa de ocupação das pousadas ainda é muito baixa (na faixa de 20 a 25% no ano), não sendo suficiente para dar sustentação aos empreendimentos turísticos que são obrigados a mesclar com outras atividades, como passeios de bugre, serviço de restaurante, recepção de turistas de outros destinos, como Natal e Pipa, por exemplo. Em geral, a duração em que essas atividades são desenvolvidas é de apenas um dia (Figura 62).

[...] e eu tinha a impressão que a coisa ia decolar entendeu? Até por outros fatores, nós tivemos asfalto primeiro do que outras cidades aqui do RN, nós éramos cidade. Acho que os distritos cresceram mais, no caso da Pipa que é um distrito e não uma cidade cresceu mais turisticamente do que Baía Formosa [...] (AMARAL, 2003);

[...] o turismo ele não é aquele turismo que nós esperamos ainda, certo? O que nós temos aí é aquele turismo, que chega hoje e volta logo mais à tarde [...] (SILVA, 2003);

[...] ainda tá muito fraco, precisa melhorar muito. Eu acho que precisa melhorar muito, a gente não tem estrutura suficiente, de bons restaurantes [...] (MADEIRO, 2003);

O turismo de Baía Formosa ainda é muito resumido, nós temos aqui uma frequência de visitantes que não pernoitam, eles vem e visitam, inclusive com o passeio de bugre. É muito elementar, quer dizer, nós não temos um turismo sustentável, um turismo que venha dar condições econômicas aos munícipes a desenvolver uma atividade de sustentabilidade econômica (LEITÃO, 2003);

Por enquanto, o turismo não emprega muito em Baía Formosa não. Ainda deixa muito a desejar (RIBEIRO FILHO, 2003);

Baía Formosa pra receber o turista hoje tem que estar preparada, e hoje ela não está preparada ainda para receber o turismo na cidade [...] (LIMA, 2003);

[...] é um tesouro, que está sendo descoberto e as pessoas tem procurado mais como um destino, mesmo a nível de turismo de um dia ou mesmo na parte de hospedagem que ainda é muito limitada, haja vista que a nossa taxa de ocupação gira em torno de 20, 25% no ano, então isso não sustenta nenhum empreendimento turístico no ramo de hospedagem, e a gente tem que mesclar com outras coisas, como alguns passeios, com restaurantes, de receber o

pessoal apenas um dia, mas que eles façam um pouco de cada coisa e deixem recursos na cidade [...] (MELO, 2003).

A foto abaixo mostra vários bugres com *aqueles* turistas de um dia que são os que atualmente vem em maior número para Baía Formosa oriundos de outros destinos turísticos próximos, como Natal e Pipa.



FIGURA 62: Vista de turistas de *um dia* que vem de outros destinos como Natal e Pipa, para admirar a visual da baía, das praias selvagens e da Mata Estrela. Retornam antes do anoitecer.

Fonte: Carlos José, 2003.

Essa situação, no entanto, pode se vista pelo seu lado positivo, uma vez que considerando que a atividade não está totalmente consolidada, sua organização pode se dar de forma concomitante com a adequada estruturação da cidade para receber o turismo e com a conscientização da população residente sobre os seus custos e benefícios, por meio do desenvolvimento da educação ambiental e da capacitação dos recursos humanos locais para sua efetiva inserção na atividade.

Na opinião de vários entrevistados, o fato do turismo ainda não estar consolidado no município deve ser atribuído, em grande parte, a inoperância do

Poder Público Municipal, que não se propõe a articular políticas públicas voltadas ao incremento e à organização da atividade, limitando-se a ações isoladas de destinação das já exíguas áreas restantes em poder do município.

Sabe-se que ações como essas em nada resultam na questão do emprego e na organização espacial da cidade. Pelo contrário, aceleram o fenômeno já observado da segregação das classes sociais, conforme foi abordado no terceiro capítulo.

[...] falta atenção, falta até sinalização, divulgação que não tem, muito difícil sair uma divulgação do turismo de Baía Formosa [...] (LIMA, 2003);

[...] nós temos um potencial turístico [...] e não é aproveitado na nossa cidade, e aí tudo volta a gerar em termos da política, a política não colabora, aí o que é que acontece, a cidade fica aquém. Chega investidores para investir e aí tem barreiras [...] (OLIVEIRA, 2003);

[...] e o futuro da cidade, eu acredito, está no turismo, precisaria uma ajuda, né? Também dos governantes do município, que não tem ajudado muito nesse sentido [...] (MELO, 2003);

[...] quando eu passei pela pasta do turismo houveram várias empresas, houveram várias pessoas procurando contrapartida da prefeitura na questão de doação de terreno, né? Até mesmo a isenção de impostos seria possível, né? Porque o prefeito teria interesse em colocar o turismo, não acentuado, mas tinha [...] (AMARAL, 2003);

[...] porque se tivesse havido todas essas linhas, então a gente teria tido assim, modificações bem significativas no município, a nível de trabalho, porque eu acho que essa questão da ocupação ela é muito importante, mas temos aqui um índice gravíssimo de alcoolismo, de drogas, e em parte isso aí também é a ociosidade, o desemprego. Não existe um planejamento pra isso aí, então tudo é estaque, tudo aqui é estaque, cada um faz só, entendeu? Então isso é muito ruim (CÂMARA, 2003).

Segundo Rodrigues (1997), o turismo é uma atividade que deve ter uma planificação integrada a dos outros setores, como os que tratam das questões urbana e ambiental, por exemplo, tendo, por este motivo, o Estado, em seus três níveis de atuação, um papel muito importante nessa articulação e mesmo no desenvolvimento da atividade.

Para ela,

O papel do Estado perante os projetos turísticos pode ser visto como ator e como árbitro. Como ator entra na implementação da infraestrutura básica [...] Age na oferta de subsídios e incentivos fiscais aos projetos, nos três níveis de atuação: federal, estadual e municipal. Chega às vezes à construção e exploração de hotéis, centros de convenções, de feiras e exposições, de centros de artesanato, de balneários, de outros equipamentos. Como árbitro, define a legislação e zela pela sua obediência mediante fiscalização (RODRIGUES, 1997, p.103).

A expansão urbana da cidade, provocada pelo incremento da atividade turística, no caso de não serem tomadas medidas para a organização da atividade, pode ter, ainda, outras conseqüências nocivas, segundo preocupação demonstrada por diversos atores sociais. Entre elas, o agravamento dos problemas de esgotamento sanitário e do lixo, atualmente já presentes em Baía Formosa (Figuras 54 a 56), afóra a expulsão dos nativos para a periferia da cidade ou, até mesmo, para outros locais fora da cidade, assunto já abordado antes.

Eu vejo pelo menos duas conseqüências, potencialmente muito perigosas. A primeira é a questão da geração de resíduos sólidos, inclusive esse problema já existe em Baía Formosa, [...] então parte do lixo simplesmente é jogado por cima das encostas, das falésias, esse é um problema muito sério e que a expansão urbana tende a agravar. O segundo, e talvez até mais sério ainda, é a questão da falta do esgotamento sanitário[...] então Plano Diretor, esgotamento sanitário e gerenciamento adequado de resíduos sólidos para mim são condições fundamentais para um desenvolvimento adequado do município, porque potencial para isso ele tem (VILAR, 2003);

[...] precisamos trabalhar mais no sentido da infra-estrutura do nosso município, o qual, um dos problemas que nós detectamos, e está sendo estudado, já está sendo feito avaliações, inclusive, tivemos ultimamente agora, um trabalho, um seminário sobre discussão entre a infra-estrutura do município, o qual foi discutido, moradia e saneamento básico [...] nossa cidade não tem mais como crescer, pelo fato desses dois problemas que eu falei acarretou, nós temos dois latifundiários do nosso lado e está aí, o problema do lixo, futuramente o problema do saneamento básico [...] (SILVA, 2003);

[...] eu não sou a favor da expansão urbana, da cidade crescer, em termos de mais gente na cidade, né? Eu sou a favor de melhorar as casas dos que aqui estão, e gerar empregos para essas pessoas. Condição fundamental é o saneamento básico. Na cidade não temos saneamento básico nem 1% da cidade [...] (OLIVEIRA, 2003);

Primeiro, pra cidade crescer ela tem que ter saneamento básico, não tem, outra, habitação. O setor habitacional aqui está muito abaixo do

índice que deve existir na cidade, nós temos ainda terrenos pra se construir, mas a falta de interesse, não sei, talvez seja do poder municipal que só fala, mas é bom falar e executar [...] (LIMA, 2003);

Então meu pensamento é que Baía Formosa cresça ordenadamente, e relacionado ao turismo a mesma coisa. Porque nós temos um espelho muito grande aqui, nosso vizinho aqui que cresceu, cresceu, e cresceu e cresceu, e desordenou-se. E tá de uma maneira lá que tá inchado e da inchação dele, ele vai ter que desinchar por aqui afora, pra o sul, porque pra lá não pode mais, não tem como (CRUZ, 2003);

E tem essa questão... dos bugres vindo aqui pra cima. Essa questão é seríssima. A gente, inclusive, está preocupado demais [...] tá vendo a hora ter um atropelamento na beira da praia, porque isso não existia antes, a coisa era controlada, era pequena [...] E por um lado, a gente não sente a nível local a preocupação do poder municipal com relação a isso. É uma omissão total (CÂMARA, 2003).

De acordo com Rodrigues (1997), os problemas de infra-estrutura existentes nas cidades são aprofundados em consequência do turismo. A esse respeito ela afirma:

Por outro lado, subdimensionados para a demanda, não atendem às necessidades ocasionando grandes transtornos: falta de água, sobrecarga na rede de esgotos, acúmulos de lixo, escassez de gêneros alimentícios, congestionamentos no trânsito, insuficiência de estacionamento, só para citar os mais comuns (RODRIGUES, 1997, p, 94).

Alguns entrevistados manifestaram grande preocupação com a possibilidade da mudança nos hábitos locais e no desaparecimento da cultura original do lugar, caso a cidade cresça, sem que haja um trabalho na preservação desses valores entre as pessoas do lugar.

[...] isso é um fator social que muda a cultura do lugar. Aqui a gente caminha, ainda conversa com pescador, você vê a história do pescador, você vê um nativo assim trabalhando no dia a dia na questão da mandioca, pra fazer farinha, fazer o beju. Isso ainda são valores que a gente tem que conservar no nosso município justamente pra que a coisa não mude (AMARAL, 2003);

[...] sobretudo me preocupo muito com essa questão dos jovens, porque aí ninguém tá trabalhando eles, né? [...] a gente tem vontade... mas nos falta dinheiro, porque sem isso você num faz nada que não tenha um mínimo de recursos [...] Agora, que é uma

coisa que é muito interessante e válido, porque se você pegar um grupo desses que é trabalhado por a gente, pequenininho mesmo, de teatro, de dança, você sente a diferença dos outros grupos, mas você precisaria de ter o que? Ter reforço, ter um apoio, né? (CÂMARA, 20003).

Coriolano (2001), quando investigava a influência do turismo no litoral do Ceará, descreve a descaracterização cultural verificada em várias localidades daquele espaço, assim como os conflitos de usos e costumes que podem ocorrer entre a população visitante e a população visitada.

A intensa massificação do turismo em um país ou localidade gera influência na cultura, muitas delas decisivas, quando por exemplo os visitantes oriundos de centros maiores impõem-se nas maneiras de ser das instituições menos desenvolvidas. A absorção origina uma incorporação cultural que poderá deturpar e poluir a cultura local, implantando-se uma aculturação descaracterizante. Não apenas isto, como também transforma-se num fator incômodo a comunidade nativa, fazendo-a sentir-se violentada na intimidade de seu cotidiano [...] Podem ocorrer confrontos com os usos e os costumes locais, criando-se formas de sofisticação tais na apresentação dos bens e serviços, que particularmente irão perdendo as origens, o típico, o natural (CORIOLANO, 2001, p. 97).

Todas essas conseqüências negativas que podem ser trazidas aos seus habitantes, por um processo de expansão urbana da cidade decorrente do desenvolvimento de uma atividade turística predatória, como o turismo de massa fundado no binômio sol e mar, levaram alguns entrevistados a manifestar sua preocupação quanto à possibilidade do eventual crescimento da cidade de Baía Formosa se dar nos moldes de outros destinos turísticos litorâneos, como a Vila de Pipa, no município de Tibau do Sul, cuja expansão acelerada de suas fronteiras urbanas tem resultado na produção de um espaço urbano caótico, que tem expulsado a população nativa para as áreas periféricas, provocado mudanças nos hábitos locais e na cultura do lugar, e têm afetado, de forma preocupante, os vulneráveis ecossistemas costeiros ali presentes, conforme foi demonstrado na Dissertação de Mestrado de Maria Cristina Cavalcanti Araújo *Uma viagem insólita: de um território pesqueiro a um paraíso turístico – Pipa/RN, 2002*.

Eis os depoimentos de alguns entrevistados a esse respeito:

Então eu tenho a preocupação que a coisa também não cresça muito. Eu acho se crescer muito vai ficar difícil, e quanto mais cresce a coisa fica mais difícil da gente ordenar (AMARAL, 2003);

O que a gente precisa ter é emprego, renda para as pessoas melhorarem, não adianta trazer mais gente, expandir a cidade. Pra que expandir a cidade, se não tem emprego? Você vai criar novas favelas, mais marginais na cidade, né? E isso a gente não quer, a gente quer conservar a cidade de bem com a vida, acho que isso é essencial. É isso aí. Saneamento básico e melhoria nisso aí, junto com o turismo (OLIVEIRA, 2003);

É um crescimento que trouxe muita coisa boa pra Pipa, uma receita boa pra o próprio município em termos de impostos, de ISS, de outros impostos, mas tá hoje que muita gente reclama que não quer ir pra Pipa, porque foi crescido desordenadamente (CRUZ, 2003).

Pipa que, de acordo com a SETUR, é o segundo destino turístico mais procurado do Rio Grande do Norte, tem, a exemplo de Baía Formosa, em seus arredores, remanescentes de mata atlântica e como fronteira oceânica falésias escarpadas com alturas que chegam a ultrapassar os 10 (dez) metros, além de suas praias sofrerem os mesmos efeitos da erosão costeira que são verificados nas praias do Porto e da Cacimba, conforme demonstram os estudos de Diniz (2002) e de Amaral (1999), o que torna, de certo modo, seus aspectos cênicos-paisagísticos semelhantes aos da cidade de Baía Formosa.

Diante disso, aqueles atores sociais defendem a adoção de um turismo diferenciado para Baía Formosa, contrário ao experimentado pela Vila de Pipa, que possa ser a mola propulsora do desenvolvimento econômico e social da cidade, e que possa preservar os seus recursos naturais.

A utilização da área urbana atual, acrescida de espaços existentes em seu entorno, que não se constituíssem áreas vulneráveis sob o ponto de vista ambiental, os quais seriam desincorporados do patrimônio privado, através de processos de desapropriações, poderia se constituir em uma alternativa adequada para que o espaço urbano resultante formado fosse, ao mesmo tempo, lugar dos equipamentos turísticos e local de moradia da comunidade, fazendo isso com que houvesse uma integração entre os visitantes e os visitados, no modelo adotado na Ilha de Fernando de Noronha.

Ao longo deste capítulo se pode verificar, na opinião dos atores sociais entrevistados, que a cidade de Baía Formosa apresenta um modelo insustentável de

expansão urbana que, além de recente, provoca agressões ao meio ambiente, é atípico, devido ao confinamento que a área está submetida, e pode, em face disso, deflagrar sérios conflitos fundiários em curto prazo.

Apesar do temor demonstrado por alguns acerca dos malefícios que a atividade turística pode trazer para a cidade, o turismo é visto, pela grande maioria, como a grande saída para os problemas de emprego e renda ali existentes, representando, inclusive, a alternativa mais adequada para a organização socioespacial da cidade, caso a atividade seja bem planejada e disciplinada adequadamente.

Exemplos se sucedem em várias partes do país e do mundo, especialmente nas regiões litorâneas, de pequenas cidades que, em face de seus atributos ambientais e cênico-paisagísticos, são transformadas em destinos turísticos, e onde as populações locais acabam por ficar a margem dos benefícios trazidos pelo turismo, absorvendo, tão somente, os problemas que a atividade traz. Daí a insistência feita para que a população que vive nesses locais seja ouvida (e esclarecida) acerca do cenário futuro que deseja para o seu lugar de vivência, e na criação de mecanismos efetivos que garantam a reversão desses benefícios para as populações dos núcleos receptores, através da institucionalização de políticas claras e realistas, efetivadas por meio de instrumentos legais que assegurem parte dos recursos advindos do turismo em prol de obras e outros benefícios para as populações dessas localidades receptoras, ao mesmo tempo, que promovam a integração do turismo com as demais atividades econômicas ou não ali existentes, entendendo que desta forma poderá, enfim, se construir um modelo diferente de cidade turística, que possa distribuir os benefícios do turismo com seus habitantes, promovendo a melhoria de vida de todos, indistintamente da classe social em que se situem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática urbana, em função do extraordinário processo de urbanização experimentado pela sociedade contemporânea, vem suscitando, cada dia mais, discussões e reflexões.

Enquanto o processo de urbanização do Brasil, e em especial das regiões costeiras, segue numa velocidade alucinante, o planejamento urbano associado à prática social da sociedade urbana e, em especial, as questões relativas à Cidade e à realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas, nem assumiram politicamente a importância e o significado que têm, concorrendo para a produção de um espaço urbano caótico, onde as ações dos planejadores visam muito mais sanar os problemas dos assentamentos já existentes do que estabelecer ações diretivas na construção e (re)produção desses espaços, que sejam submetidas ao crivo da crítica.

Essas preocupações foram focalizadas ao se analisar o processo de expansão urbana da sede do município de Baía Formosa, no estado do Rio Grande do Norte, como também as possibilidades para sua organização socioespacial, que propiciem a elaboração de diretrizes para o planejamento urbano e gestão de cidades submetidas a situações de organização espacial semelhantes à sua.

Entendendo que é necessário associar a *práxis* (prática social) da sociedade urbana local ao planejamento técnico/científico para a construção de um modelo de intervenção urbanística que atenda aos anseios das comunidades, se buscou identificar a essência da problemática da expansão urbana observada atualmente naquela cidade, sob a ótica dos atores sociais envolvidos.

Nessa perspectiva, constata-se que, apesar de a cidade de Baía Formosa ainda não padecer do fenômeno do grande aumento populacional verificado na maioria das demais cidades da zona em que está inserida, a proximidade com esses lugares e o seu potencial turístico, representado pelos atrativos cênicos-paisagísticos, conduz a que essa fronteira logo venha ser desbravada pelos agentes que patrocinam o turismo.

O fato de a cidade de Baía Formosa se apresentar numa situação particularmente incomum, pois está confinada, por coexistirem, em seu entorno,

propriedades privadas que se dedicam à monocultura da cana-de-açúcar; pelo remanescente de Mata Atlântica ali existente; pelo Oceano Atlântico no seu limite Leste; e pelas dunas existentes ao longo da linha de costa, caracteriza sua expansão urbana como um problema que deve ser tratado urgentemente.

A inexistência de terrenos públicos disponíveis impede ou dificulta a implantação de novos equipamentos urbanos comunitários, como escolas, praças, áreas de lazer, e até mesmo a infra-estrutura básica que proporcione o surgimento de novos bairros para atendimento à demanda habitacional de sua população.

Ao analisar as localizações dos elementos da estrutura urbana de Baía Formosa e estabelecer quais as correlações entre esses elementos, a fim de se poder conhecer as direções preferenciais da expansão urbana da cidade e da segregação ali existente, verificou-se que a atratividade do sítio natural foi o elemento que mais influenciou para que a expansão urbana da cidade se desse para a sua parte sul ao longo da orla marítima, em face de ser essa a área de maior valorização fundiária. É ali onde estão se fixando os bairros com residências de melhor padrão construtivo e as áreas de expansão de negócios.

O fato de o município apresentar grande potencial para o turismo, atividade que é vista nas políticas do Governo Federal como a alternativa econômica mais viável para a promoção do desenvolvimento da Região Nordeste, e estar situado no Litoral Oriental do estado, nos limites de abrangência do Pólo Costa das Dunas, área prioritária para receber os investimentos do PRODETUR/NE, pode explicar a intensificação na ocupação dessas áreas da cidade.

Essa situação leva a se perceber claramente a segregação das camadas de mais alta renda na parte sul da cidade, nas áreas situadas à beira mar e nos locais mais privilegiados com relação aos aspectos cênico-paisagísticos. Enquanto isso se verifica que a população mais pobre ou é expulsa para as áreas mais internas do núcleo urbano, que apresentam condições topográficas adversas ou para o que resta das áreas periféricas, ou então é obrigada a deixar a cidade.

O Poder Público local direcionou os poucos recursos disponíveis para obras de infra-estrutura urbana na pavimentação de ruas da parte sul da cidade (sua área nobre), em detrimento dos serviços de drenagem urbana indispensáveis a uma outra parte da cidade, que em função de suas características topográficas desfavoráveis, freqüentemente é atingida por inundações, quando da ocorrência de fortes chuvas, problema que é agravado pela inexistência de uma rede de

esgotamento sanitário, o que faz com que os efluentes sanitários se misturem às águas pluviais. Isso caracteriza a chamada espoliação urbana, onde os fundos públicos prioritariamente privilegiam as camadas de maior renda.

Verificou-se, ainda, que a cidade também apresenta dois outros fatores que obstruem ou dificultam sua expansão urbana, favorecendo o adensamento do tecido urbano. O primeiro deles é representado pelos obstáculos naturais: a Mata Estrela, zona de proteção ambiental, que ocupa toda área à Oeste e parte das áreas ao Sul e à Noroeste; e as áreas de dunas e de bordas de falésias, que acompanham quase que toda linha de costa da cidade, com estas últimas sendo submetidas, a partir da praia do Porto em direção ao Norte, a um intenso processo de erosão costeira.

O segundo fator é a reduzida área da sede do município que é fruto do processo de ocupação da área do entorno do Curimataú/Cunhaú. Até fins da década de cinquenta do século passado, pelo fato de a Vila ter crescido muito pouco, permanecendo praticamente estagnada, povoada basicamente por pescadores e pequenos agricultores, não houve maiores problemas.

O crescimento da prática do lazer, difundido em maior escala a partir da década de sessenta, especialmente no Litoral Oriental do estado, área mais próxima a Capital e detentora de melhor infra-estrutura de transportes, e o forte crescimento da atividade canavieira, verificado em toda a região de Mata Atlântica nordestina, em fins da década de setenta, dinamizaram o processo de expansão das cidades situadas no Litoral Oriental do estado do Rio Grande do Norte.

Esses fatores combinados ocasionaram um crescimento bem maior da antiga Vila de Baía Formosa. Mesmo quando foi alçada a condição de cidade toda área permaneceu sob o domínio da Fazenda Estrela, somente vindo a ser desapropriada após penoso processo reivindicatório de setores da população local. Mesmo assim, a área desapropriada foi muito reduzida, sendo isso um dos maiores entraves à expansão da cidade.

Quase toda área em volta da cidade é de preservação ambiental, existindo apenas uma pequena faixa de terra ao Sul que pode ser utilizada para sua expansão urbana. Apesar de ser uma área privada, o município pode desapropriá-la ou aplicar outros instrumentos (como o consórcio imobiliário) para esse fim. Áreas um pouco mais distantes, não contíguas à atual área urbana, separada desta pela Mata Estrela, também podem se constituir em espaços para expansão da cidade.

Verificou-se que os instrumentos legais de regulação existentes no município são insuficientes para o atendimento às mediações necessárias. Baía Formosa dispõe apenas de sua Lei Orgânica e de um Código Tributário, que é antigo e desatualizado. Não dispõe de Plano Diretor nem de Código de Obras, o que facilita o uso indevido e a ocupação desordenada do solo urbano, trazendo, em consequência, sérios danos ambientais pela utilização de áreas que integram seus frágeis ecossistemas, além de provocar o adensamento do tecido urbano.

O crescimento desordenado da cidade pode ser atribuído a falta desses instrumentos de controle de uso e ocupação do solo, e a falta de políticas públicas na área de habitação e, até, a doação feita, por parte do Poder Público Municipal, sem quaisquer critérios, das pouquíssimas terras disponíveis para as pessoas construírem moradias.

De outro modo, a incipiente participação social no município, que se reflete em movimentos sociais frágeis, e a falta de compreensão de sua população sobre a preservação de bens de interesse coletivo, aliada a inobservância dos poderes públicos sobre a sua competência em proteger os bens públicos, somente contribuem para que os espaços públicos da cidade sejam a cada dia mais privatizados, estejam eles na orla marítima, como é o caso das áreas de praia, nas praças e, até em ruas, todos considerados bens de uso comum do povo.

Tudo isso pode ser reflexo da realidade brasileira, que a partir dos anos noventa, o tratamento da questão ambiental assumiu papel de destaque na agenda das políticas locais, não havendo, contudo, uma articulação adequada com o tratamento específico da problemática urbana. Apesar das questões urbana e ambiental, em tese, já estarem sendo concebidas de forma articulada, na prática elas estavam amplamente dissociadas.

A falta de oportunidade de ocupação constitui-se como outro fator que vem limitando o crescimento da cidade. A pesca decadente e a redução no número de postos de trabalho na Destilaria Baía Formosa vem reduzindo as oportunidades de ocupação e renda na cidade, já que a pesca e o beneficiamento da cana-de-açúcar se constituem nos seus dois principais segmentos econômicos.

A queda na produção do pescado pode ser atribuída à pesca predatória e a falta de uma política voltada ao incremento da atividade pelas autoridades do governo. A redução na oferta de emprego na Destilaria apresenta-se também como causada por dois fatores: a mecanização/automação dos processos

de plantio, colheita e de produção do álcool e do açúcar (produtos industrializados), e a baixa qualificação das pessoas da cidade.

O turismo, apesar do seu grande potencial em Baía Formosa, ainda se constitui numa atividade incipiente no município, não garantindo a inserção, pelo menos por enquanto, de grande quantidade de pessoas no mesmo, além da baixa qualificação e do baixo nível educacional das pessoas do lugar, representarem um entrave a essa pretensão.

Esse quadro de deficiência já começa a se manifestar, uma vez que os restaurantes, as pousadas, e demais estabelecimentos de comércio local surgidos nos últimos anos na cidade, foram desenvolvidos para atender, em especial, à demanda dos veranistas e turistas. A maioria dos empreendimentos é de empresários de fora do município, e a população local, em grande parte, não se insere nos trabalhos desenvolvidos por esses projetos.

Apesar disso, o turismo é visto pelos moradores como a atividade redentora para a economia da cidade e do município, que poderá resolver os graves problemas da ocupação e da geração de renda, em que pese a grande preocupação manifestada com os efeitos colaterais que essa atividade pode trazer. Violência, drogas, prostituição infantil e degradação ambiental, dentre outros poderão se ampliar na cidade, se não forem adotadas medidas preventivas e se não se direcionar, de forma adequada, o turismo e a expansão urbana da cidade por ele provocada.

Somente com a participação ativa da comunidade se poderá garantir que o processo de inserção do turismo como agente promotor do desenvolvimento da coletividade venha, de fato, ocorrer, e seja dada sustentabilidade à atividade turística, uma vez que são as comunidades nativas que conhecem muito bem as características ecológicas do meio natural e seu limite de saturação. Só assim elas, e igualmente as gerações futuras, poderão ser as beneficiárias do turismo.

O ecoturismo e o turismo voltado para a aventura (surf, esportes náuticos e radicais, e de integração com a natureza) são formas diversificadas dessa atividade que podem ser desenvolvidas no município, em face das características que lhe são muito próprias. O equilíbrio entre a utilização de seus frágeis recursos naturais e o desenvolvimento da atividade turística nos moldes acima propostos deve ser buscado. Somente assim, o turismo ali desenvolvido será realizado com bases sustentáveis, fundamentadas no respeito mútuo entre a população visitante e

a comunidade local e com a inserção da comunidade na atividade para que ela seja beneficiária direta da atividade.

As atividades produtivas de seu entorno, principalmente a indústria canavieira, de significativa importância econômica para o município, que, como o turismo, se constitui numa permanente ameaça a esse patrimônio natural, impõe a adoção de uma planificação integrada que observe os instrumentos legais de regulação, como única forma de conciliar os conflitos de interesses das atividades.

O estabelecimento de pequenos negócios voltados para a atividade turística, com o apoio do Poder Público e o incentivo dos organismos financiadores, através dos diversos programas de fomento à atividade, e que integre a comunidade local nos mesmos, articulado com outras atividades produtivas ou não existentes no município, como o artesanato, o folclore, a agricultura familiar, a pesca artesanal e a gastronomia, baseada na culinária local rica em frutos do mar e no pescado da albacora, podem se constituir em estratégias efetivas de inserção da comunidade local no turismo, podendo isso vir a significar a melhoria da qualidade de vida das pessoas do lugar, a geração de novas oportunidades de ocupação (e até emprego) e renda, e a expansão urbana da cidade sob bases sustentáveis.

Por outro lado, outras conseqüências nocivas que a cidade pode enfrentar causadas por um processo de expansão urbana, como o agravamento dos problemas de esgotamento sanitário e do lixo atualmente existentes, e a possibilidade de mudança nos hábitos locais e o desaparecimento da cultura original do lugar, entende-se que são questões inerentes à própria problemática urbana e devem ser logo enfrentadas, enquanto a área urbana da cidade é pequena, além de já existirem propostas de soluções, como no caso da questão do lixo, cujo modelo de gestão de resíduos sólidos da cidade foi elaborado pelo Pólo Costa das Dunas, cabendo ao Poder Público Municipal, pressionado ou não pela sociedade local, viabilizar a sua implementação. Idêntica situação ocorre com a questão do esgotamento sanitário, onde uma articulação com a CAERN e com os programas do Governo Federal deve ser buscada pelo Poder Público local.

Quanto às questões voltadas à mudança dos hábitos locais e ao desaparecimento da cultura do lugar, a articulação do turismo com o folclore, o artesanato e a gastronomia do lugar podem se constituir não só na preservação desses valores, como em novas oportunidades de geração de ocupação e renda, e na conseqüente melhoria da qualidade de vida das pessoas do lugar.

As propostas de parcerias, descentralização, convergência de ações e envolvimento/controle social por meio de diversas formas de organização da sociedade, caso observadas, poderão conduzir a que o desafio atual da gestão de cidades submetidas a processos de expansão urbana semelhantes ao de Baía Formosa, que está em buscar modelos de políticas que combinem as novas exigências da economia globalizada à regulação pública da produção da cidade e ao enfrentamento do quadro de exclusão social e de deterioração ambiental, seja superado, podendo isso representar os legítimos anseios de sua comunidade.

Para que a população residente seja atuante em prol da melhoria da qualidade de vida do lugar é preciso que sejam adotados procedimentos que introduzam sua participação efetiva. Até aqui a participação da população local tem sido mínima nesse processo, o que dificulta o enfrentamento da transformação dos índices de pobreza e marginalidade. A classe trabalhadora, agente, portadora e suporte social da realização da transformação e renovação da cidade, deve estar presente no processo de expansão urbana de seu lugar, para que esta inverta a lógica hoje vigente, de *lugar de consumo*, e se torne em *usufruto de lugar*.

Entende-se, ainda, que as discussões que irão preceder a elaboração do Plano Diretor Municipal devem ser aprofundadas nos meios científicos, institucionais e comunitários e se constituem numa oportunidade ímpar para que a haja uma mobilização das comunidades locais, a fim de que a população conheça seus direitos e seja partícipe na construção de seu lugar de moradia, e possa, assim, buscar novos caminhos para a melhoria da qualidade de vida e novas formas de participação, que combinem as exigências da economia global com o enfrentamento do quadro de exclusão social no local.

Considerando, finalmente, que por Baía Formosa ainda ser uma cidade pequena e tranqüila, debruçada sobre o mar, ter clima ameno, com muitos dias ensolarados, praias paradisíacas e ser cercada de belos ambientes naturais - manguezais, dunas, lagoas e falésias, e da Mata Estrela - atributos que a caracterizam como um local singular de rara beleza cênico-paisagística, em que pese os problemas urbanísticos e ambientais que atualmente lhe acometem, permite sonhar que **Entre o Mar e a Estrela**, se forem adotadas medidas que garantam a sustentabilidade desses ambientes e a adequada organização socioespacial da cidade, a mesma pode se tornar **um lugar para se bem viver**.

6 REFERÊNCIAS

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Jonas Dornelos. **A importância da Arrecadação do IPTU e do ISS para o desenvolvimento sócio-econômico do município de Baía Formosa.**

Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Natal, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

ALVES, José Galdino. Conhecido como 'Parrudo'. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa.** Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Baía Formosa, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

AMARAL, Helder. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa.** Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Baía Formosa, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

AMARAL, Ricardo Farias do. **Contribuição ao Estudo da Evolução Morfodinâmica do Litoral Oriental Sul do Rio Grande do Norte, Entre Ponta de Búzios e Baía Formosa.** Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

ARAÚJO, Maria Cristina C. **Uma viagem insólita:** de um território pesqueiro a um “paraíso” turístico – Pipa/RN. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

BAÍA Formosa. Disponível em:

<http://www.baiaformosa.hpg.com.br/baia_formosa.html> Acesso em: 27 set. 2001.

BANCO DO NORDESTE. **Ações Estruturantes do Turismo no Nordeste do Brasil:** PRODETUR/NE. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente:** As Estratégias de Mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço. **Patrimônio Público, Gestão do Território e Direito ao Meio Ambiente:** Os Bens da União e dos Estados na Implantação Hoteleira e Turística no Litoral Leste do Rio Grande do Norte (1930-1990). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior. **Estatuto da Cidade**: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 2001. 274 p.

_____. **Lei n.º 7.661, de 30 de setembro de 1988**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 18 jun. 2003.

_____. **Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 17 jun. 2003.

CAERN. **Base cartográfica da cidade de Baía Formosa**. Natal, 2000. 1 mapa. Escala 1:5.000.

CÂMARA, Maria Salete Bernardo da. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa**. Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Baía Formosa, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos e Brasília; MEC/INL, 1979.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Tradução de: *La question urbaine*.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**: Utopias e Realidades. Uma Antologia. Tradução Dafne Nascimento Rodrigues. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. Tradução de: *L'Urbanisme: Utopies et Réalités. Une Anthologie*.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Cidades, Agendas Locais e Políticas de Promoção Econômica. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPOCS, 23., 1999, Caxambu, MG. **Anais ...** Caxambu: [ANPOCS], 1999.

CONNORS, Steven. **Cultura Pós-Moderna**: Introdução às Teorias do Contemporâneo. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. Tradução de: *Postmodernist Culture. An Introduction to theories of the Contemporary*.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, Amália Inês G. (Org.). **Turismo e impactos socioambientais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 93-103.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, Samuel Monteiro da. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa**. Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Baía Formosa, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

DAIBERT, Juliana; SALVARANI, Martha. **Desenvolvimento Democrático e Sustentável**. Disponível em: <<http://www.idr.org.br/novidades/admin/arquivos/nov107.php>> Acesso em: 19 jun. 2003.

DINIZ, Ronaldo Fernandes. **Erosão Costeira ao Longo do Litoral Oriental do RN**: Causas, Conseqüências e Influência nos Processos de Uso e Ocupação da Região Costeira. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

FERNANDES, Antônio Ronaldo; SALIM, José; OLIVEIRA, J. Fernando Félix de. **Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Carcinicultura no Estado do Rio Grande do Norte**: Cluster do Camarão do RN. [Recife]: GCL Gráfica e Editora, 2001. 72 p.

GROPIUS, Walter. **Bauhaus**: Novarquitectura. Tradução J. Guinsburg e Ingrid Dormien. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. Tradução de: *Scope of Total Architecture*.

IBGE. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico de 2000**: Mapa Municipal Estatístico: Descrição dos Setores Censitários do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, IBGE, 2003. 1 CD-ROM

INDICADORES da mortalidade. Disponível em:
<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2001/c01.htm>> Acesso em 04 set. 2003

ÍNDICE de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000. Todos os municípios do Brasil. Disponível em: < [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)> Acesso em: 18 jun. 2003.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. Campinas: Editora Alínea, 2001.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001. Tradução de: *Le Droit à la Ville*.

LEITÃO, José Carlos Martins. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa**. Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Baía Formosa, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

LEITÃO, Vera Lúcia Lopes. **Baía Formosa Descoberta em 1587**: De Vila (1892) à Município (1958). [S.l.: s.n.], [199-].

LEMOS, Amália Inês Geraiges de. (Org.). **Turismo**: Impactos Socioambientais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

LIMA, Carlos José Cavalcanti de; LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de. Turismo e Desenvolvimento Sustentável no Litoral Oriental do Rio Grande do Norte. **HOLOS**, ano 18, p. 16-20, 2º sem. 2002.

LIMA, Cledinilson Ferreira de. Conhecido como 'Nego de Agapito'. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa**. Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Baía Formosa, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

LIMA, Dália Maria Maia C. de. **A Metamorfose Sócio-Espacial de Pium**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

_____. **Geografia do Rio Grande do Norte: o turismo e o lugar**. Natal, Gráfica JB, 2003.

MADEIRO, Laís Ferreira dos Santos. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa**. Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Baía Formosa, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

MARCELINO, Ana Maria Teixeira. **O turismo e a transformação do espaço e da paisagem litorânea potiguar**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.

MEDEIROS, Márcia Maria Bezerra de; FEIJÓ, Valéria Bueno Andreassi. **A Importância do Desenvolvimento Turístico Sustentável para o Município de Baía Formosa**. Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Potiguar, Natal, 2000.

MELO, José Nivaldo. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa**. Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Baía Formosa, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, Amália Inês G. (Org.). **Turismo e impactos socioambientais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 19-25.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil: Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MORAIS, Marcus Cesar Cavalcanti de. **Terras Potiguares**. Natal: Dinâmica, 1998.

NASCIMENTO, Antônio Duarte. Conhecido como 'Antônio de Zé Grande'. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa**. Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Baía Formosa, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

NOVAES, Washington; RIBAS, Otto; NOVAES, Pedro da Costa (Coord.). **Agenda 21 Brasileira**: Bases para Discussão. Brasília, MMA/PNUD, 2000. 192 p.

OLIVEIRA, Jeferson Leite. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa**. Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Baía Formosa, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

PIMENTEL, Francisco César Rodrigues; PINHEIRO, Sérgio Bezerra (Coord.). **Gestão Ambientamente Adequada de Resíduos Sólidos Municipais**. [Natal]: Banco do Nordeste, 2000. 70 p.

PROJETO de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla: Fundamentos para Gestão Integrada. [Brasília]: Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002. 49 p.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Osvaldo Alves (Org.). **Globalização fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO FILHO, José Duarte. Conhecido como 'Zeca de Luca'. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa**. Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Baía Formosa, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei n.º 6.950, de 20 de agosto de 1996**. Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <www.idema.rn.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2003.

_____. **Lei n.º 7.872 de 20 de julho de 2000**. Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Disponível em: <www.idema.rn.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2003.

RIO GRANDE DO NORTE. Prefeitura Municipal de Baía Formosa. **Plano de Gestão do Município de Baía Formosa** (Proposta). Natal: [s.n.], 1998. 83 p.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA. **Anuário Estatístico: Rio Grande do Norte 2000**. Natal: IDEMA, 2000.

_____. **Anuário Estatístico: Rio Grande do Norte 2001**. Natal: IDEMA, 2001.

_____. **Anuário Estatístico: Rio Grande do Norte 2002**. Natal: IDEMA, 2002.

_____. **Informações Socioeconômicas Municipais 2003**. Natal: IDEMA, 2003.

_____. **Informativo Municipal: Baía Formosa 1999**. Natal: IDEMA, 1999.

_____. **Informativo Municipal: Baía Formosa 2002**. Natal: IDEMA, 2002.

_____. **Mata Estrela Senador Antonio Farias: RPPN**. Natal: IDEMA, 2000. 1 folder.

_____. Secretaria de Estado do Turismo. Unidade Executora Estadual – UEE. PRODETUR/RN II. PDTIS: **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa das Dunas**. [Natal]: SETUR, 2003. 1 CD-ROM.

RN sobe no ranking da inclusão. **Tribuna do Norte**, Natal, p. 7, 25 maio 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROLNIK, Raquel. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). **Globalização fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 351-360.

RUSCHIMANN, Doris. **O turismo sustentável: a produção do meio ambiente**. São Paulo: Papyrus, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução Econômica do Rio Grande do Norte: Do Século XVI ao Século XX**. Natal: Clima, 1994.

SILVA, Anelino Francisco da. **O Zoneamento Ecológico-Econômico e a Gestão Territorial do Estuário do Curimataú/Cunhaú (RN)**. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, Luís Eduardo da. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa**. Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Baía Formosa, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

VILAR, José Maria. **A problemática da expansão urbana da cidade de Baía Formosa**. Entrevistador: Carlos José Cavalcanti de Lima. Natal, 2003. 1 cassete sonoro (60 min.)

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WERTHEIN, Jorge. **O Desafio da Água no Século XXI**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/noticias/artigos/desafio_agua.asp> Acesso em: 19 jan. 2004.

WOLFE, Tom. **Da Bauhaus ao Nosso Caos**. Tradução Lia Wyler. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1990. Tradução de: *From Bauhaus to Our House*.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)